

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 855
17 de Maio de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

**XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP**
LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990
**começa
amanhã**

UM PARTIDO PARA O NOSSO TEMPO

«O Comité Central afastando-se decididamente de qualquer espírito de autoglorificação ou auto-satisfação partidária, retira da própria experiência desta fase preparatória a clara indicação de que se torna indispensável prosseguir com grande energia política, tensão moral e audácia o esforço de superação de inúmeras deficiências e insuficiências existentes no funcionamento e actividade do Partido.»

«A três dias do seu início, cremos ser legítimo manifestar plena confiança de que o XIII Congresso (Extraordinário) mais confirmará e consolidará o PCP como um grande partido democrático e nacional que enfrenta com coragem e lucidez as grandes e complexas questões da actualidade e da perspectiva e se afirma activamente voltado para a vida e profundamente empenhado na sua renovação e fortalecimento ao serviço dos trabalhadores, do povo, da democracia, e de um grande objectivo de liberdade, progresso, justiça e desenvolvimento para Portugal.»

Da comunicação apresentada na Conferência de Imprensa realizada na terça-feira para informar da conclusão dos trabalhos do CC no dia anterior em que foi aprovado o projecto de Resolução Política a apresentar ao XIII Congresso

**Número
especial
segunda-feira**

O «Avante!» publicará na segunda-feira um número especial contendo os principais documentos aprovados no XIII Congresso. A distribuição será realizada na noite de Domingo para segunda, em moldes idênticos às das edições normais de quarta para quinta-feira.

As organizações que desejem reforçar as suas encomendas deverão fazê-lo até às 12 horas de amanhã, sexta-feira, 18, para a CDL.

A edição do «Avante!» da próxima quinta-feira sairá normalmente.

Avante!

150
mil Contos
para o Terreno
da festa

150
mil Contos
para o Terreno
da festa
participa com a Campanha

ORGANIZAÇÃO	Percentagem	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Distrital de VILA REAL	15,17%	[Bar chart showing progress]									
» BRAGANÇA	13,5%	[Bar chart showing progress]									
» BRAGA	38%	[Bar chart showing progress]									
» VIANA DO CASTELO	27,03%	[Bar chart showing progress]									
Regional do PORTO	3,98%	[Bar chart showing progress]									
» CASTELO BRANCO	28,71%	[Bar chart showing progress]									
» GUARDA		[Bar chart showing progress]									
» COIMBRA		[Bar chart showing progress]									
» AVEIRO		[Bar chart showing progress]									
» VISEU		[Bar chart showing progress]									
Regional de SANTARÉM	1	[Bar chart showing progress]									
» LEIRIA		[Bar chart showing progress]									
» LISBOA	13	[Bar chart showing progress]									
» SETÚBAL	7	[Bar chart showing progress]									
Distrital de ÉVORA	13	[Bar chart showing progress]									
» BEJA	4	[Bar chart showing progress]									
» PORTALEGRE	7	[Bar chart showing progress]									
Regional de FARO	21,78%	[Bar chart showing progress]									
» AÇORES	9,98%	[Bar chart showing progress]									
» MADEIRA	10,33%	[Bar chart showing progress]									
JCP	2,3%	[Bar chart showing progress]									
EMIGRAÇÃO	34,5%	[Bar chart showing progress]									
CENTRAL E DIVERSOS	22,90%	[Bar chart showing progress]									
Total realizado até 14/5/90 - 36 882 161\$20											

**36 mil contos
já recebidos**

**Organizações de Braga, Aveiro e Emigração
prestes a atingir 40% das suas metas!**

Um partido para o nosso tempo

Um congresso extraordinário, num momento ele próprio extraordinário da História do Mundo e de particular significado político nacional no quadro da democracia portuguesa, é aquele que tem início neste fim-de-semana no Pavilhão Paz e Amizade da florescente vila de Loures, cabeça do terceiro maior concelho do País e que no próximo domingo encerra os seus trabalhos.

Também na história exaltante do PCP este XIII Congresso (extraordinário) se destina a ficar como um marco singular da vida e da luta dos comunistas portugueses.

Outros congressos de outras forças do espectro político português realizaram nas últimas semanas ou vão ainda realizar-se nas próximas com as suas peculiaridades e natureza próprias e no mesmo contexto histórico e político.

E sem falsa modéstia, com todos os factores adversos que o rodeiam, nenhum outro no movimento democrático português contemporâneo se processa com as características democráticas intrínsecas do PCP, com a sua carga política e a sua responsabilidade histórica.

Há três dias o Comité Central do PCP aprovou por unanimidade a proposta de Resolução Política a submeter ao Congresso incidindo sobre os cinco grandes temas que informavam as Teses para o XIII Congresso e estão na base da sua convocação extraordinária.

É um notável documento de análise da conjuntura actual, de abertura para novos caminhos e novas realidades.

A proposta de Resolução Política é, ela própria, expressão e produto da ampla democracia interna do PCP.

Cerca de 1900 propostas e emendas foram recolhidas em cerca de 850 Assembleias e 1600 reuniões de vários tipos contando com cerca de 43000 presenças. Sob o critério dominante da sua inserção na medida mais lata possível no projecto definitivo, cerca de 50% daquelas propostas e emendas foram nele incorporadas. O confronto de ideias no seio do Partido e os debates com numerosos e prestigiosos democratas independentes, as cartas de reflexão dos militantes e o espaço de debate e de opinião aberto nas páginas do «Avante!» enriqueceram-lhe extraordinariamente o conteúdo.

Se aprovada - e certamente ainda melhorada pelo Congresso, como esperamos - a Resolução tornar-se-á um importante instrumento teórico e ideológico de inapreciável valor para o enfrentamento e superação na prática das imensuráveis dificuldades que a complexa época de mudanças de projecção histórica que

vivemos coloca ao movimento comunista e operário de todos os países, no nosso caso concreto à luta revolucionária dos comunistas portugueses e à materialização das decisões e orientações políticas e organizativas do XII Congresso do PCP que apontam a uma democracia avançada no limiar do Século XXI e ao futuro socialista de Portugal.

O XIII Congresso (extraordinário) vai agora dispor de uma base de análise e debate mais aprofundada e mais reflectiva do sentir dos militantes, mais participada pelo colectivo partidário.

Pode-se dizer que o debate interno se não melhorou em termos quantitativos relativamente aos últimos Congressos do nosso Partido acusa sensíveis progressos em termos qualitativos.

Nos debates realizados e nas propostas de alteração e emendas introduzidas no projecto de Resolução Política avultaram naturalmente os acontecimentos, a situação e evolução na União Soviética e noutros países socialistas, o seu significado e consequências mais gerais.

É um processo ainda em curso mas já suficientemente expressivo das dimensões históricas das alterações produzidas no panorama político, na situação objectiva e na fundamentação das concepções teóricas do socialismo no mundo.

A Proposta de Resolução Política aprovada pelo CC a submeter ao Congresso desenvolve e aprofunda a análise do capitalismo na fase actual, põe o acento na importância da luta pela paz e a segurança e da solução dos grandes problemas mundiais, precisa a caracterização dos acontecimentos em países socialistas, acentua os pontos autocríticos em relação às responsabilidades da Direcção do Partido face à informação e conhecimento dos fenómenos negativos dos países socialistas e na transmissão de uma imagem idealizada não conforme à realidade daqueles países.

Seguramente, a evolução da situação objectiva e a necessária reformulação das condições, dos caminhos e do processo de luta pelo socialismo à luz dos acontecimentos dos países do Leste europeu não deixarão de armar a luta e de impregnar as consciências dos comunistas portugueses com o rigor das decisões políticas do XIII Congresso (extraordinário) do seu Partido.

A proposta de Resolução Política a submeter ao Congresso precisa de maneira mais sistematizada a natureza das alterações introduzidas na Constituição da República pela última revisão constitucional e

as características da ofensiva de reconstituição do capitalismo monopolista em Portugal nas condições da integração na CEE.

Torna-se evidente que a extensão e a calendarização das privatizações do Sector Público e Empresarial do Estado pelo governo PSD/Cavaco Silva obedecem aos interesses do capital financeiro e dos grandes latifundiários a quem o governo se prepara para restituir o conjunto das terras expropriadas.

Ao mesmo tempo a alienação das riquezas e bens nacionais a favor do capital estrangeiro atinge gravemente a independência e a soberania nacionais.

Cavaco Silva tornou-se o arauto e o executor na mais alta hierarquia do Estado dessa antipatriótica alienação como ficou claro nas suas declarações sobre os recursos mineiros de Neves Corvo, os projectos de concessão às grandes petrolíferas dos Estados Unidos e da CEE de prospecção e exploração dos nossos recursos petrolíferos que já se computam em mais de 200 milhões de barris, na extracção do estanho de que somos um dos principais produtores da Europa, e mesmo dos recursos auríferos cuja extracção se situa já na ordem das 400 toneladas.

Na Banca, onde as privatizações se aceleram a favor dos grupos financeiros expropriados e dos grandes grupos estrangeiros, desenvolvem-se manobras conduzidas por gestores públicos, alguns já directamente ao serviço de Bancos privatizados, para a constituição de «holdings» associando desde já vários Bancos ainda nacionalizados a outras empresas bancárias, seguradoras e de investimento nacionais e estrangeiras, acelerando o processo de concentração capitalista numa escala impressionante nas condições actuais.

Os resultados bancários no primeiro trimestre de 1990 acusam volumes relativamente aos primeiros 3 meses de 1989 que chegam a atingir em alguns casos os 438%.

A Proposta de Resolução Política, denunciando o carácter antinacional da reconstituição do capital monopolista ao abrigo dos novos dispositivos constitucionais e mesmo ultrapassando os seus limites legais, denuncia e alerta o povo português para as medidas governamentais de degradação da democracia política de que os mais gritantes atentados são a proposta da nova lei eleitoral do governo cavaquista e a confirmação pela maioria parlamentar do PSD - apesar do veto do PR e da oposição generalizada de todos os outros partidos - da instituição de uma Alta Autoridade para a Comunicação Social, visionada para garantir a sua governamentalização pelo PSD,

Resumo

9 Quarta-feira

O PCP anuncia que vai interpelar o Governo sobre o agravamento das desigualdades sociais em Portugal nos domínios social, económico e cultural ■ Decorre o primeiro dia do congresso do Sindicato dos Bancários do Norte ■ A Federação dos Sindicatos dos Ferroviários afirma em comunicado que o conflito laboral em curso na CP poder-se-á agravar se o actual ministro não der provas de maior disponibilidade para o diálogo que o seu antecessor ■ Os trabalhadores não docentes dos estabelecimentos de ensino do distrito do Porto concentram-se junto à Direcção do Ministério da Educação do Norte, exigindo a imediata abertura de negociações sobre as suas reivindicações ■ Luís Coimbra, vereador do PPM da CM de Lisboa, propõe colocar uma grande área da capital, sob a protecção da UNESCO, através da sua classificação como património mundial ■ Conclui-se no Canadá a 47.ª reunião do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO ■ Comemora-se na URSS o 45.º aniversário da vitória sobre a Alemanha nazi na 2.ª Guerra Mundial ■ Mais de 25 mil pessoas manifestam-se em Riga capital da Letónia, contra a declaração da independência desta república soviética ■ O presidente da África do Sul chega a Paris numa visita oficial ■ Cerca de 50 mil estudantes sul-coreanos integram uma vaga de contestação antigovernamental, que provocou vários combates com a polícia em onze cidades do país.

10 Quinta-feira

A Comissão de Pescas do CC do PCP exige em conferência de imprensa uma posição firme do Governo junto da CEE na defesa dos interesses nacionais ■ Trabalhadores da Função Pública formam um cordão humano em Lisboa e obrigam o Governo a agendar uma reunião ■ O Conselho de Ministros aprova uma proposta de extinção da zona de intervenção da Reforma Agrária até ao fim do ano ■ O Supremo Tribunal Militar julga como imprudente o acórdão do Tribunal Militar Territorial de Lisboa que deu por extinto o procedimento criminal relativo aos assassínios do general Humberto Delgado ■ A Comissão Concelhia de Grândola do PCP nega qualquer compromisso dos eleitos comunistas sobre a instalação de um aterro de resíduos tóxicos no concelho ■ Nelson Mandela é recebido apoteoticamente pela população de Luanda à sua chegada ao aeroporto daquela capital ■ O presidente brasileiro Collor de Mello anuncia que cerca de 400 mil funcionários terão de ser despedidos nos próximos meses em consequência do programa de reformas financeiras em curso que visa cortar drasticamente as despesas do Estado ■ É anunciado que o Vietname e a China chegaram a acordo sobre um determinado número de questões relativas à normalização das relações entre aque-

les países ■ 150 mil bancários espanhóis iniciam uma greve de três dias para exigirem a negociação de um contrato colectivo de trabalho ■ O *Pravda* acusa a CIA e os serviços secretos paquistaneses de fomentarem um islamismo belicoso na Ásia Central ■ A Checoslováquia subscreve a Convenção Cultural Europeia, considerada uma porta de acesso à participação como membro de pleno direito do Conselho da Europa

11 Sexta-feira

O PCP considera que a proposta de lei do Governo para a extinção da Reforma Agrária pretende não só retirar aos trabalhadores das cooperativas as terras como criar novas situações de instabilidade para os pequenos agricultores ■ Realiza-se em sessão especial da Bolsa de Valores do Porto a operação pública de venda de 86,26 por cento das acções representativas do capital da empresa do «Jornal de Notícias», ■ Jorge Sampaio encabeça uma delegação do Partido Socialista que se reúne com dirigentes da CGTP-IN ■ Os maquinistas da CP concluem um período de greves parciais iniciadas há 67 dias ■ A NATO apela a Moscovo para que reduza o seu armamento nuclear e ponha termo à modernização deste tipo de armas.

12 Sábado

A comissão parlamentar da juventude promove um seminário subordinado ao tema «Prevenção da toxicoddependência, Riscos e Agentes» ■ Realiza-se em Lisboa o 6.º Congresso do MDP/CDE que rejeita a hipótese de extinção ou incorporação imediata do movimento em outros partidos ■ São empossados os novos órgãos sociais da Associação Nacional de Freguesias ■ Vários milhares de pessoas juntam-se no centro de Praga reivindicando a ilegalização do Partido Comunista Checoslovaco ■ O presidente dos EUA, George Bush, anuncia a criação de um «Corpo da Democracia» destinado a canalizar ajuda privada para a Europa de Leste.

13 Domingo

O gabinete de imprensa do PCP considera susceptíveis das mais legítimas inquietações as afirmações do Primeiro-Ministro quanto ao levantamento das sanções económicas à África do Sul ■ Centenas de pessoas de todas as idades enchem o Santuário de Fátima nas tradicionais celebrações do 13 de Maio ■ Daniel Ortega afirma que a política ditatorial, antidemocrática e anticonstitucional da presidente Violeta Chamorro pode conduzir a Nicarágua aos caos e à guerra civil ■ O Papa João Paulo

II termina a sua visita ao México ■ O SPD sai vencedor nas eleições estaduais na Renânia do Norte Westfalia e na Baixa Saxónia, na RFA.

14 Segunda-feira

Reunião do Comité Central do PCP discute e aprova a versão final das Teses a apresentar ao XIII Congresso (extraordinário) ■ A comissão coordenadora da CDU pede em Belém ao Presidente da República que solicite ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade por omissão do bloqueamento do processo de instituição das regiões administrativas ■ O Governo inicia com o PS a ronda de contactos com os partidos da oposição sobre a eventual revisão da lei eleitoral ■ Começa no Porto a 1.ª Conferência de Organização do Sindicato dos Professores do Norte ■ O presidente da África do Sul, Frederick de Klerk, inicia uma visita de dois dias a Portugal ■ Manifestações de protesto acompanham o início das conversações entre o governo filipino e o representante dos EUA com vista à renovação do contrato sobre as bases militares norte-americanas naquele país.

15 Terça-feira

O ministro Dias Loureiro apresenta ao PS e ao PCP a proposta do Governo de alteração da Lei Eleitoral. Os dois partidos manifestam o seu desacordo em relação a esta proposta. Caso esta lei estivesse em vigor nas eleições de 1987, o partido mais prejudicado seria o CDS, que de quatro passaria para um único deputado ■ O PSD sozinho torna a aprovar, sem alterações a Lei para a Alta Autoridade para a Comunicação Social anteriormente vetada pelo Presidente da República ■ O PCP faz em conferência de imprensa um primeiro balanço à discussão das Teses para o Congresso que se realizará no próximo fim-de-semana ■ Os eleitos da CDU na Câmara do Montijo anunciam que vão pôr em prática uma série de medidas para repor o equilíbrio financeiro da autarquia, afectado com a anterior gestão PS/PSD ■ Um Tribunal de Lisboa embarga as obras do chamado «abecassilo» na Avenida dos Estados Unidos da América ■ A CGTP anuncia um conjunto de acções sobre higiene e segurança no trabalho ■ No Parlamento Europeu debate-se a quarta Convenção de Lomé, criticada por grande número de deputados ■ O presidente sul-africano, Frederik De Klerk pede um encontro em Belém com Mário Soares que Portugal apoie o levantamento do boicote económico internacional à África do Sul ■ Dezenas de milhar de pessoas desfilam em silêncio em Paris num protesto contra o racismo e o anti-semitismo ■ O presidente soviético, Mikhail Gorbatchev declara «ilegais» as declarações de independência da Letónia e da Estónia.

arrastando a extinção do Conselho da Imprensa, um órgão democrático que deu as suas provas numa acção positiva.

O XIII Congresso (extraordinário) na sua Resolução Política não poderá deixar de apear o Partido nesta frente de combate.

A proposta de nova Lei Eleitoral do PSD - só tornada possível pelo acordo de revisão constitucional com o PS numa óptica bi-polarizante de hegemonização política - é um monstruoso cozinhado eleitoral destinado a perpetuar de facto a direita no poder.

Numa simulação sobre os resultados eleitorais de 1987 o PSD seria o grande beneficiado da diminuição do número de deputados e da «engenharia» eleitoral que se propõe fazer aprovar na AR.

Enquanto a CDU seria a principal força perdedora com 6 deputados a menos, o PRD perderia 4, o CDS 3 e o PS 5, o PSD apenas perderia 2 e reforçaria ainda mais com a nova composição a sua maioria, passando de 51,3 para 59%!

A proposta de uma alternativa democrática do PCP tem neste vergonhoso cozinhado eleitoral inteira fundamentação.

Por outro lado o XIII Congresso (extraordinário) dará com a sua própria realização uma resposta concludente aos que preconizam o fim do nosso Partido, o seu esvaziamento político e orgânico, aos que se propõem alterar a natureza e identidade do PCP.

É significativo da vontade do Partido que a seguir ao capítulo da proposta de Resolução Política aprovada pelo CC dedicado aos acontecimentos dos países socialistas do Leste europeu tenha sido aquele outro capítulo o que mais propostas de alterações e emendas recolheu no debate das Teses.

Novas redacções foram introduzidas visando a melhoria da caracterização do ideal comunista, da concepção antidogmática do marxismo-leninismo, a correcta aplicação do centralismo democrático.

Aqueles que se guiam de facto pela prática do centralismo antidemocrático (ainda há pouco um órgão que se perfila pelos ideais da direita dizia em grandes parangonas que «apenas 5 dirigem todo o PSD») não encontraram eco nem vozes que os defendessem nos debates das Teses.

Os comunistas portugueses têm razões para confiar no êxito do seu XIII Congresso (extraordinário).

Das suas decisões e da sua aplicação prática resultará seguramente, firme na sua natureza, na sua identidade no seu ideal comunista a figura de «Um Partido para o nosso tempo».

Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matriculada: 47059
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e impresso na Heskia Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Abril: 20 800 exemplares

Congresso

Avante!

Ano 60 – Série VII

N.º 855

17 de Maio de 1990

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO

PCP 

**Balanco geral
do trabalho preparatório
de discussão das Teses:**

LOURES, PAV. PAZ E AMIZADE
18, 19 E 20 MAIO ■ 1990

**1900 propostas de emendas
850 assembleias
1600 reuniões
43 000 presenças**

Após dois meses e meio de discussão: Mil e novecentas propostas de emenda às Teses

Um primeiro balanço ao resultado da discussão que desde o passado dia 8 de Março se realiza em torno das Teses apresentadas pelo Comité Central do PCP a todas as organizações e militantes do Partido, foi dado a conhecer aos órgãos de comunicação social na terça-feira passada pelos camaradas Domingos Abrantes, Carlos Carvalhas e Vítor Dias. Domingos Abrantes fez um resumo das linhas gerais das alterações introduzidas nas Teses e que resultarão na Resolução Política a apresentar ao XIII Congresso (Extraordinário) do Partido e anunciou igualmente que o Comité Central do PCP vai reunir no sábado à noite, após a sessão desse dia do Congresso, no seguimento das decisões tomadas na reunião deste órgão da passada segunda-feira. Transcrevemos, na íntegra, a declaração lida aos jornalistas por Domingos Abrantes:

Na sua reunião plenária de ontem, o Comité Central do PCP debateu e aprovou por unanimidade a Proposta de Resolução Política que será submetida à apreciação do XIII Congresso (Extraordinário) que se inicia na próxima sexta-feira, em Loures.»

«A Proposta de Resolução Política baseia-se naturalmente nas Teses apresentadas pelo Comité Central para debate em todo o Partido, com as alterações resultantes da ponderação pela Comissão de Redacção das opiniões manifestadas nesse debate e das propostas de emenda e alterações enviadas pelos militantes.»

«Na sua reunião de ontem o CC foi desenvolvidamente informado pela Comissão de Redacção das principais alterações introduzidas e da sua justificação bem como do conteúdo das propostas recebidas.»

«A Proposta de Resolução Política será agora presente aos delegados ao Congresso acompanhada, nos termos do Regulamento da fase preparatória, de um Relatório da Comissão de Redacção donde constará a apreciação do sentido geral das propostas de alteração apresentadas, incluindo das que não tiverem sido aceites pelo Comité Central.»

«Entretanto, podemos informar que o texto das Teses sofreu numerosas reformulações e alterações suscitadas quer pelas propostas apresentadas pelos militantes quer ainda, nalguns casos, por iniciativa e propostas da Comissão de Redacção em resultado da sua reflexão sobre as ideias surgidas no curso do debate, quer também por propostas de membros do CC na reunião de ontem.»

«É nossa convicção de que o sentido geral das alterações introduzidas corresponde ao objectivo e preocupação de um maior rigor, profundidade e acerto de análise — tanto nas questões internacionais como nas nacionais — num quadro de acentuação de exigência crítica e autocrítica por parte do Partido e de um ainda mais forte sublinhado da necessidade de melhorar largamente o funcionamento e actividade do Partido.»

Desenvolvimento da análise do capitalismo

«Neste sentido, numa indicação que naturalmente não é nem exaustiva nem detalhada, podemos informar que, por comparação com as Teses, a Proposta de Resolução Política apresenta, entre muitas outras, as seguintes alterações:»

«No capítulo I «os acontecimentos nos países socialistas e suas repercussões» as alterações agora introduzidas desenvolvem a análise do capitalismo; acentuam a importância da luta pela paz e pela segurança na Europa e no mundo, assim como da solução dos problemas globais; precisam numerosos aspectos relacionados com as cinco causas que, numa análise não definitiva, se considera estar na origem dos dramáticos acontecimentos em países socialistas e dão resposta às preocupações quanto aos perigos que resultam para a *perestroika* do avolumar dos problemas não resolvidos; explicitam de forma mais precisa as consequências desastrosas de transplantação mecânica de experiências de outros países socialistas. Finalmente, correspondendo ao sentido de várias propostas de emenda, acentuou-se o tom autocrítico em relação às responsabilidades da Direcção do Partido na falta de distanciamento em relação a certos fenómenos negativos, reconhecendo que o Partido, num ou noutro momento da sua vida, partilhou de concepções predominantes no movimento comunista internacional sobre a realidade dos países socialistas e de ter contribuído para a criação no Partido de uma imagem idealizada da realidade dos países socialistas.»

«Quanto ao capítulo II, «a reconstituição do capitalismo monopolista», para além do esforço para reduzir o texto e se proceder a uma melhor sistematização com as alterações introduzidas, precisa-se que a manutenção do conteúdo global progressista da Constituição não é contraditória com a avaliação global profundamente negativa da

revisão da Constituição. Entretanto incluiu-se uma tese que contesta a afirmação de que a posição do PCP acerca da revisão constitucional implica colocar-se fora do regime democrático, salientando-se o empenho do PCP na luta pelo seu cumprimento.»

«A parte relativa ao processo de reconstituição do capitalismo monopolista foi enriquecida precisando-se melhores conceitos, tendo a parte referente à CEE sofrido uma nova alteração e um maior explicitar da reclamação para que a posição do Governo e do Estado português sobre as reformas institucionais da CEE seja precedida de um amplo debate nacional com vista à defesa dos interesses nacionais, bem como a exigência de nas conferências intergovernamentais da CEE, Portugal se bata pela defesa dos poderes dos parlamentos nacionais e se empenhe no reforço dos poderes do Parlamento Europeu à custa da Comissão, sem afectar os poderes do Conselho.»

«O capítulo III «a luta por uma alternativa democrática» sofreu uma significativa alteração, desde logo no que se refere à sistematização, autonomizando-se a parte relativa ao movimento sindical e reformulando-se os pontos relativos à unidade do movimento sindical, tendo em conta os novos desenvolvimentos, acentuando-se entretanto que a divisão do movimento sindical é da responsabilidade das forças que criaram a UGT. Por outro lado procurou-se precisar a natureza das alterações verificadas na composição da classe operária e tendo em conta o aparecimento da proposta de alteração à Lei Eleitoral apresentada pelo PSD, faz-se uma caracterização dos seus objectivos antidemocráticos.»

O ideal comunista

«No capítulo IV «o ideal comunista e a natureza e identidade do PCP» introduzem-se novas redacções visando melhorar a caracterização do ideal comunista, a concepção antidogmática do marxismo-leninismo e reproduzir integralmente as características da sociedade socialista defendida pelo PCP para Portugal no seu Programa; aprofundar a articulação entre problemas globais e internacionalismo proletário; reconhecer mais explicitamente as deficiências e insuficiências que, tanto por factores subjectivos como por factores objectivos, existem na correcta aplicação do centralismo democrático tal como é definido e concebido pelo PCP; consagrar novas orientações e

medidas concretas firmemente apostadas no reforço da democracia interna, numa maior circulação de informação e mais regular debate de ideias, na valorização da vida democrática, da importância da diversidade de opiniões para o aprofundamento da orientação colectiva, no quadro da defesa da unidade do partido e dos seus princípios de funcionamento.»

«No ponto V, «tarefas imediatas para o reforço do Partido», foram introduzidas alterações que se tornaram necessárias para adequar o texto às resoluções do Comité Central de 7 de Maio no que se refere à reestruturação dos organismos executivos do Comité Central, mas foram igualmente introduzidas outras com vista ao reforço do Partido tendo em conta que a par da valorização da força, capacidade organizativa e alto nível de intervenção se reconhece a existência de dificuldades e deficiências no funcionamento do Partido e que a preparação do XIII Congresso permitiu conhecer de forma mais precisa.»

«O trabalho de reelaboração das Teses e da sua reconversão em Proposta de Resolução Política baseou-se na consideração das cerca de 1900 propostas de emenda enviadas pelos militantes, de opiniões expressas em reuniões e assembleias e nos espaços de debate criados pelo «Avante!», de cerca de 3 dezenas de documentos de reflexão global subscritos por militantes.»

«Segundo os dados disponíveis, durante a fase preparatória que agora terminou realizaram-se cerca de 850 Assembleias e 1600 reuniões (no conjunto de cerca de 2450 iniciativas) com cerca de 43 000 presenças.»

«Durante cerca de dois meses e meio, realizou-se um amplo debate democrático nas organizações do Partido, em que os militantes expressaram e defenderam, num clima de total liberdade, as suas opiniões e posições, fizeram as propostas que entenderam e exerceram o direito de eleger e ser eleitos delegados ao Congresso.»

«Trata-se de um processo de debate democrático e de participação e envolvimento de todo o colectivo partidário que não tem paralelo no quadro partidário português.»

«É inteiramente justificado que nesta ocasião saudemos todos os militantes do Partido que, na diversidade das suas opiniões e num clima de lealdade e fraternidade, com as suas valiosas reflexões, com o seu interesse, empenho no debate e espírito construtivo, fizeram da fase preparatória do XIII Congresso um importante testemunho da força e vitalidade do PCP.»

Superar deficiências

«Entretanto, o Comité Central afastando-se decididamente de qualquer espírito de autoglorificação ou auto-satisfação partidária, retira da própria experiência desta fase preparatória a clara indicação de que se torna indispensável prosseguir com grande energia política, tensão moral e audácia o esforço de superação de inúmeras deficiências e insuficiências existentes no funcionamento e actividade do Partido.»

«O debate prosseguirá agora e terá a sua expressão final na realização do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP, nos próximos dias 18, 19 e 20 de Maio.»

«A três dias do seu início, cremos ser legítimo manifestar plena confiança de que o XIII Congresso (Extraordinário) mais confirmará e consolidará o PCP como um grande partido democrático e nacional que enfrenta com coragem e lucidez as grandes e complexas questões da actualidade e da perspectiva e se afirma activamente voltado para a vida e profundamente empenhado na sua renovação e fortalecimento ao serviço dos trabalhadores, do povo, da democracia, e de um grande projecto de liberdade, progresso, justiça e desenvolvimento para Portugal.» ■



Teses do XIII Congresso

Balanço da discussão no Porto, Beja e Algarve

Como se sabe, a discussão das Teses ao XIII Congresso mobilizou todo o Partido e produziu milhares de iniciativas por todo o País, onde participaram dezenas de milhares de camaradas e outros democratas. Nesta «recta final» antes da reunião magna dos comunistas damos aqui conta dos balanços que nos foram enviados pelas Organizações Regionais do Porto, Beja e Algarve.

Porto

Decorreram no passado fim-de-semana no distrito do Porto as últimas Assembleias Plenárias para o debate e a eleição dos delegados do XIII Congresso.

O total de Assembleias Plenárias electivas que se realizaram na Organização Regional do Porto foi de cento e dez, em que os militantes escolheram os seus representantes, num total de duzentos e quarenta e quatro delegados.

Realizaram-se, desde o início de Março, além das Assembleias Plenárias referidas, mais de duas centenas e meia de reuniões e outras iniciativas de debate, que contaram com a participação de vários milhares de militantes. Em números exactos, segundo uma nota distribuída à comunicação social, um balanço que se reporta apenas até à data de 26 de Abril refere a realização de 259 reuniões e debates, com registo da participação de 4228 militantes.

Segundo o mesmo comunicado, «este amplo e profundo debate, que não tem qualquer paralelo com a participação das bases de outros partidos que realizaram recentemente os seus congressos, como é o caso do CDS e do PSD ou, proximoamente do PS, comprova bem a vitalidade do PCP e a inigualável participação dos seus militantes na sua vida democrática interna».

Informa ainda a DORP que está previsto que também assistam ao Congresso várias centenas de convidados do distrito do Porto e que, apesar de os convites disponíveis terem sido desdobrados, devido às limitações do espaço no Pavilhão Paz e Amizade na maioria das organizações tem sido impossível corresponder aos pedidos de muitos militantes e outros democratas que pretendiam assistir ao XIII Congresso, o que naturalmente se lamenta.

Beja

No distrito de Beja, entre 23 de Março e 10 de Maio, realizaram-se 101 iniciativas preparatórias do XIII Congresso, nas quais participaram 2253 membros do Partido e outros democratas.

Foram eleitos 94 delegados efectivos e 85 delegados suplentes:

Nos dias 11 e 12 foram eleitos os 6 delegados que faltam eleger em Almodôvar, Mértola e Ferreira do Alentejo.

Assim, no total a organização distrital de Beja do PCP estará representada no Congresso com 100 delegados. Estão convidadas 59 personalidades do distrito para ir ao Congresso.

Sobre as grandes questões contidas nas Teses as opiniões dos militantes comunistas do distrito de Beja, apontam nas seguintes direcções principais:

— O PCP deve continuar a ser **um partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses** e ser também um partido dos agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos, da juventude, das mulheres, de todos aqueles que estão

empenhados na batalha por uma democracia avançada no limiar do século XXI, pelo socialismo como futuro de Portugal.

— O PCP deve continuar a ser **um partido marxista-leninista**, antidogmático, capaz de pôr de lado tudo aquilo que no marxismo-leninismo esteja ultrapassado e trazer a esta doutrina novas componentes resultantes dos conhecimentos e das realidades dos novos tempos em Portugal, como em todo o Mundo, bebendo e aprendendo nas fontes revolucionárias e democráticas do mundo contemporâneo.

— **O ideal e os ideais comunistas fundamentais** — liberdade, democracia, socialismo, desenvolvimento económico, progresso social, justiça social, solidariedade, fim da exploração e da opressão do homem pelo homem, paz, — **são ideais que percorrem as sociedades da época contemporânea que se mantêm vivos e mobilizadores.**

— **O PCP deve continuar a reger-se inteiramente pelo centralismo democrático**, potenciando sempre a componente democrática e procurando e introduzindo os mecanismos que assegurem a democracia e a disciplina interna, que permita a todos os militantes participar na elaboração da linha geral do Partido e na eleição dos órgãos dirigentes, a todos os níveis, desde a célula ao Comité Central.

O centralismo democrático, como tudo na vida, não é imutável e terá necessariamente que evoluir.

— A existência de fracções é rejeitada e criticada praticamente por todos os membros do Partido no distrito.

— Há um número muito limitado de membros do Partido, que têm muitas dúvidas de que o centralismo democrático seja a forma mais eficaz de assegurar a democracia interna no Partido.

— Também um número muito limitado de camaradas consideram a possibilidade de haver Teses alternativas às Teses do C.C.

— **A necessidade de renovar, reestruturar, rejuvenescer as organizações e fileiras do Partido**, procurar alargar a participação dos militantes e aprofundar a vida interna democrática, são preocupações sérias e construtivas que aparecem um pouco por todo o lado.

— **Sobre a evolução dos acontecimentos na URSS e nos países do leste europeu**, há perplexidade e profundo desgosto perante o ruir das situações naqueles países e as tentativas de avanço das forças do grande capital.

Pela nossa própria experiência sabemos que o capitalismo não é a solução para uma sociedade mais justa e fraterna pela qual lutamos.

A perestroika — mais socialismo, mais democracia — é apoiada pelos comunistas do distrito, tal como a questão é colocada nas Teses.

— Muitos militantes criticam o não ter sido informado e debatido no Partido,

atempadamente, a evolução da situação na URSS e nos outros países do leste.

É opinião de que é necessária **uma informação mais eficaz no Partido e a existência de espaços regulares de debate sobre as questões de carácter ideológico.**

Algarve

1. A reunião do plenário da DORAL do PCP realizada a 12 de Maio fez uma apreciação global ao trabalho preparatório do XIII Congresso do PCP realizado no Algarve, apreciou alguns aspectos da situação social e política na Região e discutiu ainda a situação da campanha dos 150 000 contos em curso com o objectivo de suportar os custos da compra do terreno da Quinta da Atalaia, futura instalação da Festa do Avante, bem como os trabalhos preparatórios que já decorrem no Algarve tendo em vista assegurar na grande festa anual do órgão central do PCP uma presença condigna da região algarvia.

2. No quadro da preparação do XIII Congresso realizaram-se no Algarve 97 iniciativas (debates, sessões públicas, reuniões e assembleias) nas quais participaram cerca de 1800 pessoas. Os 58 delegados que proporcionalmente cabem à Organização Regional do PCP, foram eleitos em 27 assembleias nas quais participaram cerca de 400 membros do Partido.

O amplo e democrático debate realizado em toda a região «caracterizou-se por grande vivacidade e participação empenhada dos principais quadros e activistas

do Partido. A análise da situação internacional, contida no 1º capítulo das Teses, bem como o ideal comunista e a natureza e identidade do PCP, matérias do capítulo 4, polarizaram a atenção e o interesse da maioria dos participantes nos diversos debates realizados», informa a nota da DORAL do PCP, que prossegue:

«Apesar de se terem verificado algumas discordâncias, registou-se uma generalizada adesão e concordância com as propostas do Comité Central contidas nas Teses postas à discussão. Várias emendas e outros contributos foram enviados para a Comissão de Redacção, com o objectivo de precisar ou melhorar a abordagem de alguns temas tratados, com particular incidência para a situação internacional».

E conclui-se:

«Embora insatisfeitos com os níveis de participação atingidos, o trabalho preparatório no Algarve constituiu, ao longo de mais de mês e meio, um espaço de debate onde cada um discutiu normalmente o que entendeu discutir. O largo trabalho que antecedeu o Congresso pode, por tudo aquilo que permitiu de aprofundamento de ideias e clarificação de conceitos, sobretudo à volta da identidade, características e objectivos do PCP, ser identificado como importante para melhorar a formação ideológica dos quadros e activistas que nele intervieram, e também como importante veículo de coesão e unidade do Partido. Assim, apesar das insuficiências já referidas, o trabalho preparatório do XIII Congresso efectuado no Algarve constituiu aqui também um exemplo sem paralelo na actividade partidária da Região». ■



Pormenor da conferência de imprensa realizada em Beja para apresentação do resultado da discussão das Teses na Organização

Opinião

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

Marxismo-Leninismo em debate

1. Ciência

No capítulo 48 do volume III de *Das Kapital*, publicado por Engels, pela primeira vez, em 1984, Marx observa:

«toda a ciência seria supérflua, se a forma de aparecimento [ou forma fenoménica, *Erscheinungsform*] e a essência [*Wesen*] das coisas coincidissem imediatamente»¹.

A ciência, a procura de um saber material e concretamente fundamentado, é, na verdade, este movimento de busca de uma inteligibilização do real que não se fica pela **descrição** — ainda que cuidada e mais ou menos completa — das suas manifestações **imediatas**, mas intenta pesquisar e surpreender estruturas, conexões, tensões que, na sua articulação **sistémica dialéctica**, facultam uma compreensão, não só daquilo que de pronto **aparece** como dado, como positivo, mas também da **totalidade devinente** em que esse mesmo real **concreto e historicamente** consiste.

2. Ideologia

Esta dinâmica constitutiva do saber ganha contornos de complexidade acrescida quando o campo da investigação se alarga a questões de natureza e de implicação **ideológicas**.

Efectivamente, a **ideologia** — no sentido categorial em que a tomo — corresponde ao conjunto das representações da consciência social que reflec-

te, é, na realidade, um ataque cada vez menos disfarçado contra o **socialismo**. Não apenas contra o socialismo enquanto conjunto **historicamente limitado** de experiências, de realizações, de processos organizativos e institucionais; mas contra o socialismo enquanto **crítica radical e alternativa** ao modo **capitalista** de produzir o viver, e enquanto projecto emancipador de intervenção transformadora na realidade. Este é o verdadeiro **contexto**, isto é o que verdadeiramente está em causa, por detrás e a pretexto das diferentes exéquias antecipadas que ao marxismo-leninismo se vão prodigalizando. Aqui reside o **nó** das questões.

3. Aparências

No quadro hodierno da luta ideológica, o tópico «marxismo-leninismo» está — ou parece estar — no centro de alguns, talvez de muitos, debates.

É a pergunta mediática pela sua **actualidade**.

É a solicitude zelosa para com a sua **derrocada**.

É o decreto dogmático da sua **falência**.

É a iteração obituária do seu **passamento**.

É a contestação aberta da sua **validade**.

Tudo isto num clima obsessivo e matraqueante de, sem mais delongas nem mediações, induzir na opinião generalizada a simples consumação de um «facto».

Tudo isto numa atmosfera de súbita im-paciência acelerada, totalmente des-preocupada pelo rigor e simploriamente

propensa a confundir putativas imediatez com o teor real e complexo dos processos.



propensa a confundir putativas imediatez com o teor real e complexo dos processos.

Tudo isto, sobremaneira, num contexto internacional e em contextos nacionais bem determinados.

4. O nó

Importa, no entanto, tomar bem consciência disto: na generalidade destes debates a **verdadeira questão** não é o marxismo-leninismo.

Ela apresenta-se sob a «forma fenoménica» de uma controvérsia sobre o marxismo-leninismo, mas a **questão essencial** é a do **socialismo**.

A investida desenfreada de **diferenciados** sectores contra um marxismo-leninismo que não conhecem, nem querem conhecer (e por isso com ele lidam como se de uma fórmula mágica ou de uma proposição inanalizável se tratasse),

é, na realidade, um ataque cada vez menos disfarçado contra o **socialismo**.

Não apenas contra o socialismo enquanto conjunto **historicamente limitado** de experiências, de realizações, de processos organizativos e institucionais; mas contra o socialismo enquanto **crítica radical e alternativa** ao modo **capitalista** de produzir o viver,

e enquanto projecto emancipador de intervenção transformadora na realidade.

Este é o verdadeiro **contexto**, isto é o que verdadeiramente está em causa, por detrás e a pretexto das diferentes exéquias antecipadas que ao marxismo-leninismo se vão prodigalizando. Aqui reside o **nó** das questões.

5. Crise

A **crise** — no seu sentido profundo, que não na sua vulgarização pejorativa — não é um episódio, nem acessório nem superveniente, no que toca ao marxismo e ao leninismo.

Podemos com segurança afirmar que é **em crise** que o próprio marxismo surge, se formula, amadurece e desenvolve.

A concepção materialista e dialéctica da história — de que Marx e Engels nos delineiam traços fundamentais em *Die deutsche Ideologie*, de 1845 — ganha corpo e expressão no decorrer de todo um processo de «auto-esclarecimento» (*Selbstverständigung*), de ajuste de contas (*abrechnen*) com a «anterior consciência filosófica» (*ehemaliges philosophisches Gewissen*)³.

O *Capital* tem, como é sabido, um subtítulo: *Kritik der Politischen Oekonomie*; e não se trata de um dispensável ornato de circunstância para efeitos de exibição da apreçoada «Gründlichkeit» (profundidade) germânica, nem de um precavido expediente publicitário destinado a inflamar a curiosidade pública.

As investigações de Lenine sobre o imperialismo, de modo algum são independentes do conjunto de problemas que subjaz à interrogação com que ele abria um artigo de 1916: «Existe uma ligação entre o imperialismo e a vitória monstruosa e abominável que o oportunismo [...] alcançou sobre o movimento operário na Europa?»⁴.

Em 1908, **Materialismo e Empirio-criticismo** é uma intervenção directa na controvérsia em torno da filosofia marxista — da qual autores que se reclamavam «marxistas» pretendiam sumariamente despedir materialismo e dialéctica.

6. Confrontos com o novo

As crises **teoricamente** produtivas são aquelas que se prendem com a descoberta, equacionamento e resolução de novos **problemas**.

As crises **praticamente** produtivas são aquelas que se consumam em **revolucionamentos** objectivos.

No contexto contemporâneo — que, neste caso, temos de fazer remontar aos meados dos anos 20 —, no que se refere ao marxismo, a **crise** está essencial e determinadamente ligada à emergência de **novas realidades** e à necessidade de **novos respondimentos**.

Não é o **socialismo** que está em causa: mas a maneira concreta determi-

nada de operar — na diversidade dos espaços e dos tempos, das tradições, do estádio efectivo de desenvolvimento — a **construção** económica, social, política, cultural, de **sociedades socialistas**.

Não é o programa emancipador da actividade organizada dos comunistas — dos «materialistas práticos»⁵ — que está em causa: mas a maneira de, em concreto, conceber e praticar a acção **revolucionária** nas novas condições do capitalismo, numa escala nacional e internacional.

Não é o marxismo-leninismo, enquanto património teórico, ideológico e de **cultura política** que está em causa: mas a necessidade de proceder ao seu desenvolvimento e enriquecimento **criador**.

A referência ao marxismo-leninismo, a tomada do marxismo-leninismo como referência, significa precisamente isto:

balizagem de uma **tradição** de fundamentos, de perspectivas, de adquiridos, que, até por fidelidade a uma dimensão que lhe é constitutiva, **tem dialecticamente de ser prosseguida e aprofundada**.

A referência ao marxismo-leninismo não é repetição e enquistamento em fórmulas sacramentais comprovadas, que apenas estariam à espera — mesmo quando correctas — de sumária aplicação ou «adaptação».

A referência ao marxismo-leninismo é fundamentalmente sinalização de um património que só estará **vivo** se for teórica e praticamente **continuado**, materializado, feito avançar.

Como?

Investigando e transformando.

Estudando e trabalhando.

Concebendo, experimentando e pon-do em prática.

Não como quem tira espécies cunículas das cartolas imensas da sapiência acabada ou da generosidade filantrópica, mas como quem toma a sério a tarefa conjunta de compreender e de afeioçar um mundo que é o nosso.

7. Horizonte

Estes são os **problemas reais** para que urge encontrar respostas, e a que urge dar resposta.

Estes são os problemas reais que um **capitulacionismo** desesperante e desesperado ante propostas de **regresso ao receituário capitalista** não resolve, antes **mistifica**.

Para os comunistas consequentes, tal como para a humanidade inteira, o único horizonte histórico que permanece em aberto são os **caminhos do futuro**.

Mas o futuro **historicamente marcante** não se pode confundir com a futurologia avulsa, com a previsão estreita de um amanhã ou de um depois-de-amanhã (que até podem simplesmente reproduzir, com ligeiras variações, um presente estabelecido, ou mesmo representar recuos objectivos).

O futuro historicamente marcante é a **feltura de um porvir** que qualitativa-

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

mente transforma, num sentido e com um cultivo de maior humanidade, as condições materiais, objectivas, do nosso viver cada vez mais planetário.

O futuro não se pára. Prepara-se. E preparar o futuro — o que, sem dúvida, convoca saberes e esperanças, análise e imaginação — não é idealizar nem propor: é trabalhar, no contraditório e as contradições.

O futuro é longínquo, mas a sua preparação não o é.

Todo o nosso viver imediato é já preparação de futuro.

Por isso e para isso há que estar vigilante.

Como já há quase 150 anos Marx e Engels tinham clara percepção um dos traços fundamentais que caracterizam a acção teórica e prática dos comunistas é o de em cada momento, em cada conjuntura (favorável ou adversa), jamais



perderem de vista e procurarem representar (e protagonizar) «o interesse do movimento no seu conjunto» (das Interesse der Gesamtbewegung) ⁹.

Por isso, deles nos continuamos a reclamar.

Para isso, continuamos a trabalhar. Atentos a uma realidade que contraditoriamente se transforma, e nos transforma.

Apostados numa congregação indispensável de esforços sociais diversificados — a tarefa é grande, e não é só nossa.

Decididos em prestar um contributo empenhado e dialogante à nossa empresa conjunta de configurar o destino do nosso viver.

Lisboa, 25 de Abril de 1990.

José Barata-Moura

NOTAS

1. «alle Wissenschaft wäre überflüssig, wenn die Erscheinungsform und das Wesen

der Dinge unmittelbar zusammenfielen», K. Marx, *Das Kapital*; MEW, vol. 25, p. 825.

2. Para desenvolvimento sobre este tópico, veja-se, por exemplo, o meu livro: *Ideologia e Prática*, Lisboa, Caminho, 1978.

3. Cf. K. Marx, *Zur Kritik der Politischen Oekonomie*, Vorwort; MEW, vol. 13, p. 10.

4. Cf. V. I. Lênine, *O imperialismo e a cisão do socialismo; Obras Escolhidas em seis tomos*, Lisboa - Moscovo, «Avante!» - Progresso, 1985, vol. 3, p. 57.

5. Cf. K. Marx - F. Engels, *Die deutsche Ideologie*; MEW, vol. 3, p. 42.

6. Cf. K. Marx - F. Engels, *Manifest der Kommunistischen Partei*; MEW, vol. 4, p. 474.

Importância do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP

O XIII Congresso (Extraordinário) do PCP, apesar dos seus objectivos limitados terá, em minha opinião, mais do que o XII Congresso, e quaisquer que sejam as suas conclusões, uma enorme importância para o futuro do Partido e para a criação de uma perspectiva viável, credível e mobilizadora de construção de uma genuína sociedade socialista em Portugal. Na realidade, embora o XII Congresso tenha tido objectivos muito mais vastos, tendo aprovado um novo Programa do Partido visando uma democracia avançada no limiar do século XXI, aprovado novos Estatutos e eleito um novo Comité Central, a verdade é que nos 18 meses entretanto decorridos, a evolução verificada na situação internacional e nacional, e na situação interna do Partido, tornou mais evidente para mim que nos encontramos numa encruzilhada muito complexa em que se torna imprescindível um profundo e muito alargado debate e um grande esforço colectivo para se escolher o melhor caminho a seguir, sob pena de assistirmos a uma acentuada quebra de influência do Partido.

Neste contexto, cada militante tem o inalienável dever de assumir, de forma consciente e corajosa, as suas responsabilidades perante o Partido, perante todos os trabalhadores, perante todas as classes e camadas mais desfavorecidas, e perante o Povo português em geral.

Tal como milhares de outros militantes, participei activamente em todas as reuniões para que fui convocado no âmbito da preparação do próximo Congresso; consultei e estudei, empenhadamente, numerosa documentação relacionada com os temas do Congresso e reflecti, com a profundidade de que fui capaz, sobre esses temas; e procurei intervir ainda, de forma construtiva, neste debate e esforço colectivo, através de diversos artigos de opinião publicados nos jornais «Avante!» e «o diário».

Neste último artigo de opinião, e como complemento dos artigos atrás referidos, pareceu-me oportuno sintetizar algumas das principais conclusões (que não traduzem certezas nem se assumem como irrefutáveis ou definitivas) a que todo este trabalho me conduziu.

1. Sem deixar de lembrar com legítimo orgulho, o papel sem paralelo que, ao longo de 69 anos de existência e luta, tem desempenhado na sociedade portuguesa, é imprescindível que o PCP assuma na prática, nesta encruzilhada histórica, a necessidade imperiosa de actualização das suas principais características identificadoras, de redefinição da sua

linha política, de reestruturação da sua organização e funcionamento, e de renovação da sua Direcção.

Só assim o PCP poderá continuar a honrar dignamente as gerações de comunistas portugueses que, com total dedicação e empenho, e enfrentando inúmeros e enormes sacrifícios, privações, repressões e muitas vezes a morte, construíram o inestimável património que hoje representa.

2. Sem deixar de proclamar a justeza, validade e real perspectiva do ideal comunista, é imprescindível que o PCP assuma intrinsecamente, na prática, esse ideal como projecto para o futuro que se vai concretizando e reconfigurando permanentemente num movimento de crítica, de luta e de transformação do presente.

3. Mais do que se reivindicar apenas do marxismo-leninismo como única ideologia inerente à sua identidade, é imprescindível que o PCP promova, na prática, o seu permanente estudo, investigação, enriquecimento, actualização e aplicação criativa, face a uma realidade em permanente desenvolvimento e mutação; combata, na prática, todas as formas possíveis de conduzir ao seu estiolamento, dogmatização e sectarização; tenha permanentemente presente, na prática que a materialidade do mundo e a dialéctica das suas leis de desenvolvimento e transformação não têm obrigatoriamente que gerar apenas o marxismo-leninismo; e que o desenvolvimento histórico-social é susceptível de colocar problemas para cuja compreensão e tratamento podem contribuir diferentes teorias de natureza filosófica e científica, diferentes referências ideológicas e diferentes programas de acção não incluíveis no âmbito do marxismo-leninismo.

4. Sem deixar de afirmar a sua natureza de classe como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, é imprescindível que o PCP seja capaz, na prática, de compreender correctamente as forças que, na nossa época, impulsionam o processo histórico, articulando devidamente os seus objectivos a curto, médio e longo prazos; e de definir, na prática, uma linha política justa que permita tratar correctamente, do ponto de vista dos interesses fundamentais das classes e camadas que pretende representar, a contradição fundamental e as contradições secundárias a ela subordinadas, tendo em consideração as exigências da situação concreta.

5. Sem deixar de se afirmar como partido comunista e revolucionário imprescindível à luta emancipadora da classe operária, dos trabalhadores e do Povo português, é imprescindível que o PCP, sem abdicar do ideal comunista, da sua natureza de classe e da sua história, crie, na prática, as necessárias condições de sensibilização e atracção para protagonizar uma vasta aliança de classes e camadas sociais (operários industriais e agrícolas, empregados, intelectuais e quadros técnicos, pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, pescadores, estudantes, etc.) com larga participação da juventude, das mulheres, etc., mobilizando-os em torno de objectivos concretos de luta pelos seus interesses específicos; de objectivos gerais de luta pelo aprofundamento da democracia participativa, do desenvolvimento económico e do progresso social, nos planos local, regional e nacional; e de objectivos mais globais de luta em defesa da paz, do ambiente, da libertação dos povos sujeitos a regimes ditatoriais, do direito à diferença, etc.

Só assim o PCP estará, na prática, em condições de impulsionar as alianças políticas necessárias à criação de uma perspectiva credível de alternativa democrática de poder.

6. Mais do que considerar o internacionalismo, apenas ou fundamentalmente, no quadro do internacionalismo proletário, da solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo, e da luta de classes à escala internacional e mundial, é imprescindível que o PCP enquadre muito activamente, na prática, o internacionalismo num âmbito mais amplo que englobe também a solidariedade entre todas as classes, sectores sociais, povos e forças políticas mobilizáveis para a luta em defesa da paz mundial, e contra o militarismo, a ameaça nuclear, o desequilíbrio irreversível dos ecossistemas, o esgotamento irreversível dos recursos naturais, o agravamento da fome e subnutrição generalizadas no Terceiro Mundo, etc.

O internacionalismo não deve, também, servir de justificação para o encobrimento e silenciamento de graves violações e preversões das liberdades democráticas, feitas em nome do socialismo, sendo imprescindível que o PCP se demarque claramente, na prática, de tais violações e preversões, quer através de uma autocrítica corajosa e profunda relativamente a situações passadas, quer através de uma crítica vigorosa e frontal relativamente a situações presentes ou futuras.

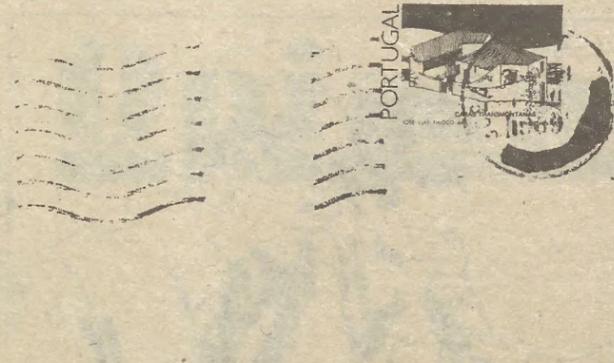
7. Mais do que tomar o centralismo democrático como princípio orgânico inerente à sua identidade, é imprescindível que o PCP crie e mantenha permanentemente, na prática, a par de uma única orientação geral e de uma única direcção central, as condições mais propícias para que a democracia interna seja essencialmente participativa e contemple tanto a informação e discussão verticais como horizontais, nas suas mais variadas formas; para que o debate ideológico se desenvolva e aprofunde; para que a vontade colectiva maioritária seja genuinamente expressa sem estar sujeita a qualquer tipo de compulsão ou constringimento; para que os defensores de opiniões diferentes das da maioria, as possam livremente manifestar e demonstrar o seu real valor ou, pelo contrário, vir a aderir conscientemente às posições da maioria; para que possam surgir propostas alternativas tanto sobre as principais orientações a seguir como sobre os dirigentes a eleger; e para que a disciplina partidária seja livre e conscientemente assumida sem a ocorrência de tendências fraccionistas expressas ou encapotadas, ou de fenómenos de seguidismo, carreirismo, amorfismo e desinteresse.

Neste contexto, considero vantajosa a adopção predominante do voto secreto nas votações para eleição de dirigentes aos vários níveis sobre decisões muito importantes e controversas.

8. Mais do que uma reestruturação dos organismos executivos do Comité Central, é imprescindível que o PCP prepare cuidadosamente uma renovação adequada de todo o Comité Central (bem como dos outros organismos de direcção) tornando-o política, ideológica, científica e tecnicamente mais apto para a aplicação correcta e eficaz da linha política e para a condução da actividade do Partido; mais representativo das opiniões do colectivo partidário; e mais intimamente ligado aos trabalhadores e aos principais sectores de actividade e intervenção do Partido.

É desejável que o actual Secretário Geral tenha um papel determinante na preparação e condução desta renovação do Comité Central assegurando a unidade do Partido; é desejável também que, neste contexto, sejam encontradas as soluções mais adequadas para preparar, nas melhores condições possíveis, a sua substituição.

Mário Lino



Cartas do leitor

• PCP, Críticos e Marxismo-Leninismo

1) Muito se tem falado na imprensa sobre o INES e os críticos que se opõem à direcção do partido. Sem pretender discutir aqui as suas afirmações e propostas, queria no entanto chamar a atenção para o facto de alguns camaradas estarem a levantar questões internas do partido na imprensa alheia a este. É de lamentar que estes camaradas em vez de procurarem discutir as suas ideias nos locais próprios com os outros camaradas, as procurem «importar» utilizando os meios que a imprensa burguesa põe ao seu dispor.

Há inclusive camaradas que após as suas ideias serem derrotadas pela opinião maioritária do colectivo em que estão inseridos, vão depois discuti-las para os órgãos de informação hostis ao partido insultando os camaradas que os não apoiaram, utilizando os estereótipos da imprensa capitalista a fim de confundir os militantes do partido e ao mesmo tempo tentar projectar a sua imagem e o seu nome na opinião pública (isto para já não falar daqueles camaradas que nunca apareceram nas organizações a que pertencem, que não sabem colar um cartaz, que nunca distribuíram um documento, que desconhecem os métodos de funcionamento interno do Partido ou que há anos que estão desligados da organização, mas que se acham no direito de ir discutir para os meios de comunicação social burgueses o funcionamento interno do partido ou outros temas referentes a ele, para os quais na maioria das vezes não tem conhecimentos).

Todos estes camaradas que tradicionalmente se afirmam como defensores de uma **perestroika** no interior do partido parecem ignorar que o seu comportamento é claramente antidemocrático, estalinista e demonstra uma enorme falta de respeito e consideração pela opinião dos outros militantes. Seria útil se compreendessem que não são donos da verdade absoluta e que se querem que as suas ideias sejam respeitadas têm de aprender a respeitar as ideias dos outros.

2) Desde o aparecimento da **perestroika** que a imprensa burguesa vem dizendo que o comunismo e socialismo morreram, que o Marxismo-Leninismo já não faz sentido, etc., etc., e segundo afirmam a prova está na evolução que se verifica nos países do leste europeu de caminhar para o capitalismo. Infelizmente há inclusive alguns camaradas que se deixam influenciar por este tipo de palavreado. Porém que não se iludam porque o que está a acontecer no Leste europeu (na minha opinião), não é a falência do marxismo-leninismo mas sim a falência do modelo estalinista de socialismo.

No século passado a revolução francesa que derrubou a monarquia trouxe aos povos do mundo um ideal de esperança baseado na «Liberdade, Igualdade e Fraternidade», no entanto a repressão imposta por Robespierre, a falta de medidas económicas, etc., levou a que mais tarde a França voltasse ao sistema monárquico. Mas a semente estava lançada e com o passar dos anos é a luta dos povos baseada nesse ideal, o mundo deu passos gigantes que conduziram ao fim das monarquias e a instalação de regimes parlamentares burgueses.

Por sua vez Marx, Engels e Lênine e a Revolução de Outubro deram aos povos do mundo um novo ideal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade baseado no Socialismo Científico. Infelizmente a Lênine sucedeu Estaline, a repressão, os crimes e os espezinhamentos dos ideais Marxistas-Leninistas, o que trouxe consequências catastróficas para o URSS e os restantes países socialistas. (*)

É pois compreensível que após a falência económica e política do modelo estalinista de socialismo, os povos do leste europeu procurem novas vias para a resolução dos seus problemas. Por outro lado, o facto de o capitalismo possuir poderosos meios de propaganda levará muitos desses países a seguirem essa ideologia, inclusive não será de espantar se a própria URSS se dividir em vários países (derivados das repúblicas) e alguns desses novos Estados e até a própria Rússia virem a ser governados por indivíduos que defendam abertamente o capitalismo. Porém o avanço histórico na mentalidade dos povos que o Marxismo-Leninismo trouxe jamais será eliminado. Sem a Revolução de Outubro e o contributo dado por Marx, Engels, Lênine e muitos outros socialistas e comunistas, a comunidade mundial não teria evoluído tão rapidamente e os trabalhadores nunca teriam obtido os direitos que hoje possuem se a sua luta não tivesse sido inspirada pelo ideal comunista, ignorar este facto é adular a história.

Por outro lado, enquanto existir uma sociedade capitalista que se baseia na exploração do homem pelo homem, com milhões de pessoas a morrerem de fome todos os anos para que alguns andem de Rolls Royce e Ferraris a única alternativa continua a ser o socialismo, que agora graças à Perestroika de Gorbachov se encontra muito mais enriquecido com a recriação dos erros do passado e com uma nova mentalidade que se baseia no humanismo e na democracia.

Que não se iludam pois os capitalistas, o comunismo está vivo, e os recuos actuais do socialismo nalguns países serão recompensados no futuro

(*) Ao falarmos da catástrofe causada pela liderança de Estaline à URSS e aos restantes países do leste europeu não devemos esquecer os êxitos alcançados por estes povos no plano económico, cultural, social, desportivo, etc., como resultado do trabalho árduo realizado por milhões de pessoas que acreditavam que estavam a construir o socialismo e que tudo fizeram pelo enriquecimento da sua pátria.

Fernando Patrício — Lisboa

• Resposta

Prezado camarada Oliveira Marques, (e com isto julgo esclarecer uma das tuas dúvidas).

Muito obrigado pela tua carta cuja leitura me deu satisfação, principalmente pela atitude dubitativa aí expressa que se me afigura a mais inteligente e a única possível no respeito da seriedade e do rigor. Tenho o maior empenho em tentar responder às perguntas colocadas, mas cumpre-me alertar-te para duas coisas: 1.º o facto da minha situação não ser muito diferente da tua em matéria de indeterminação do saber. Sinto-me imperfeitíssimo como esclarecedor de tão complexa situação; 2.º a circunstância de o «Avante!» não aceitar mais de 60 breves linhas e se já uma vez não ter respeitado o elemental princípio do direito de resposta compromete à partida o que me solicitas. Mas aceitemos ainda esta inaceitável situação, reveladora do deficiente funcionamento da democracia, para responder ao teu questionário.

1 — Que tem sido o PCP? Um exemplo de determinado **modelo de partido** que foi ao longo de décadas **dominante** na esquerda marxista-leninista; podemos chamar-lhe **modelo leninista-stalinista** (se bem que, no fundamental, Stalin se tenha limitado a utilizar a concepção legada por Lênine acentuando o centralismo em total detrimento da democracia). Segundo este modelo o Partido é um «exército político» (organizado para a luta contra a burguesia: primeiro cumpre-se, depois...); é organização política de uma classe tida por «a mais consequente na construção da história» e assume-se como sua «vanguarda» (fundamento da «regra de ouro» da maioria operária no CC); é unidade de pensamento e acção (a diferença só é tolerada — quando é — no interior e deve ser ocultada ao observador exterior; no exterior cada um está obrigado a defender a opinião da maioria ou do CC mesmo que esteja em total discordância com ela); concebe a unidade como **unidade do semelhante**; apoia-se numa lógica de exclusão e antagonismo; tem um funcionamento centralizado e «controlista» (opiniões filtradas, base de confiança pessoal, fé nas boas intenções dos «responsáveis», obsessão de controlar — vide caso INES); supõe-se único detentor do **conhecimento científico da sociedade** e do seu processo de desenvolvimento (história) e concebe esse conhecimento como **único** — sintoma de **cientismo**; cultiva um orgulhoso dogmatismo ideológico (substituição da **teoria pela doutrina**). Duas recentes declarações de A. Cunhal exemplificam em parte o que é este velho modelo de P.: «... que ainda têm cartão, mas andam por aí a fazer críticas» (crítica entendida como sinónimo de «campanha ilegítima»); e sobre o documento de teses alternativas apresentado por J.L. Judas: «Não somos muito inclinados a aceitar teses elaboradas individualmente...» — são os dirigentes, qual Deuses olimpianos, quem determina o «aceitável!» Mas não-aceitável é, se não erro, este **modelo**. Porquê? Por estar **fora do tempo**.

2 — Supunha que já tinhas notado haver divergências dentro do Partido: entre «comunistas tradicionais» e «reformadores». Os primeiros têm dito «que os princípios ideológicos e orgânicos não são dogmas», nem a sua validade é intemporal, e que «para novas situações exigem-se novas soluções». Só que

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XIII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX

tal não passa de **pura retórica**, pois logo que são confrontados com a hipótese de rever algum princípio reagem com irritação, violência e recorrendo ao insulto (teses 4.0.3) rotulando de «impuros» os autores das propostas. Nem mesmo se apercebem de que a grande maioria dos marxistas espalhados pela Europa defende essas propostas reformadoras. Sobre as «tentativas basta ler a imprensa portuguesa desde o início de 1988.

3 — No sentido da cabal compreensão de que essa «trágica realidade» (comportamento dos comunistas no poder) é efeito do sistema e da própria teoria (materialismo histórico, leninismo), mais do que das pessoas reformadoras, creio existir ainda bastantes dúvidas em muitas cabeças.

4 — A imagem dada do «S. real» era falsa e era apresentada como referência paradigmática do nosso futuro (dizia-se haver liberdade de opinião e reunião, elevada qualidade de vida, que não eram feridos os direitos humanos, etc.). Particularmente grave foi a mentira por omissão consubstanciada no silêncio incrível mantido até ao último instante (p.e. no caso da Roménia). Em matéria de verdade convinha esclarecer a seguinte contradição: declara-se nos Estatutos que o Partido é leninista e consigna-se no programa o antileninismo (eleitoralismo, pluripartidarismo, negação da ditadura do proletariado). Em que ficamos?.

5 — O vazio teórico atinge a esquerda que procura fundamentar uma visão descontinuísta do processo histórico.

6. — Parte de várias teorias, método e técnicas legados pelas ciências sociais e humanas — o materialismo dialéctico e histórico é **um dos** «paradigmas» ao nosso serviço, não é o único.

7 — Ainda não se concluiu nenhuma redefinição de classe operária, mas é claro que a revolução científico-tecnológica motivou alterações no plano da organização do viver social e económico (crescimento do trabalho abstracto, produtor manipulador de máquinas, mecanização crescente, exigência de maiores habilitações). Grande parte dos que hoje trabalham na produção já não se podem considerar operários no sentido tradicional (o tal que nada tinha a perder). Mesmo que se passe a considerar o eng. técnico um operário subsiste o problema da consciência de classe.

8 — O desenvolvimento do saber convoca um paradigma complexo. As lutas de classes («luta» é já uma simplificação deturpante do discurso dos clássicos) são factor entre vários outros. A sua importância é relativa e não absoluta. Hoje considero preferível falar de contradições de classes abandonando o termo «luta».

9 — Refiro-me ao centralismo democrático associado ao modelo citado no ponto 1. Nesse contexto, o «centralismo» restringe a democracia. Há incompatibilidade entre os dois termos. 10 — Sirvo-me de uma *nuance* lexical para pôr em relevo a necessidade de substituir **confrontação** pela cooperação: a exclusão pela integração; a lógica disjuntiva pela dialéctica. Com o inimigo luta-se.

11. — Não.

12 — A primeira atitude deverá ser analisar sem preconceitos qual a responsabilidade do PCP na atitude de recusa do PS promovendo do mesmo passo a substituição do modelo do

Partido vigente. Outra atitude concreta é a que refiro no ponto seguinte.

13 — Em face da clara e confessada incompetência (teses 5.1.) só há uma atitude séria: demissão em bloco do CC. Quanto ao Secretário-Geral é exactamente o valor da pessoa em causa que me faz propor a sua substituição: ter posto excepcionais qualidades ao serviço do modelo que se esgotou torna deselegante a perpetuação de funções. Não concebo que A. Cunhal só aceite militar na qualidade de Secretário-Geral. O essencial resume-se no conteúdo da seguinte frase de Lowell: «New times demand new measures and new men» (novas épocas convocam novas medidas e novos homens). A história sempre comprovou esta verdade.

Com as melhores saudações.

João Maria de Freitas Branco
Berlim

Por um debate permanente

A semanas do XIII Congresso (extraordinário) do nosso Partido parece haver concordância, entre nós, quanto à necessidade de adoptarmos, na prática, um novo estilo.

Passou um ano e meses, depois do XII Congresso (ordinário), sem que se verificassem mudanças, além das motivadas pela crise dos países de Leste, que tão duramente atingiu o movimento comunista, em todo o mundo.

A braços com a descrença existente, neste momento, assistimos a um debate intenso na procura do caminho certo que conduza à resolução dos múltiplos problemas que se perfilam no horizonte revolucionário.

Não será de admirar que, por isso, o XIII Congresso seja marcado, principalmente, pelas preocupações dos comunistas portugueses quanto ao processo revolucionário em curso e mal será que assim não seja.

De todo o lado chovem análises, umas que pretendem explicar, outras que apontam novos caminhos.

Justifica-se que, para além do XIII Congresso, continue um debate indispensável.

Será um erro cair, de novo, num trabalho rotineiro, sem perspectivas revolucionárias.

Na minha opinião as posições divergentes justificam a procura de consensos.

Não aceito a exclusão de ninguém.

Não aceito os rótulos que, por vezes, alguns camaradas, se apressam a colocar naqueles de quem discordam.

Todos são necessários na busca do caminho certo, com o apoio duma teoria que, correcta nas suas linhas gerais, necessita de ser aprofundada.

É necessário que os chamados «renovadores» não se isolem — ou não sejam isolados — do Partido.

Aceito que as suas posições e as suas propostas tenham aspectos positivos que é necessário analisar, sem julgamento antecipado.

Os chamados «conservadores», para quem tudo está bem, devem vir a esse debate, abandonando a inércia que motiva a sua postura e

ocasiona a estagnação do processo revolucionário e do nosso Partido.

Coloco entre estas duas posições todos aqueles que podem exercer o papel moderador, na defesa duma coesão dinâmica, indispensável, mais do que nunca.

Primeiro há que acabar com o receio de discordar, acabar com o amém, exercer um papel crítico, sempre que necessário.

Que ninguém seja marginalizado por discordar ou por emitir opiniões diferentes, seja um simples militante, seja um funcionário — que também é um camarada e um militante — libertando-os da posição de simples executores de decisões a que foram alheios.

Dirão que os nossos Estatutos contemplam todas as facetas dos nossos direitos e deveres.

Só que, na prática, nem sempre é assim — ou tem sido —, afirmo-o.

Há que dar a maior atenção ao Centralismo Democrático, de modo a evitar os malefícios que ele contém, em potência, desde que utilizado para impor situações menos democráticas.

Reafirmo a sua necessidade por poder ser a expressão da maior democraticidade e sede segura da coesão do Partido.

Com a sua utilização indevida e viciosa se forjaram as situações que abalaram o movimento comunista.

A AL.º c) do Capítulo III dos nossos Estatutos abre a porta a esses processos quando definem «o carácter vinculativo das decisões dos organismos superiores para os inferiores...», desde que as decisões importantes não sejam objecto dum debate prévio em todo o colectivo do nosso Partido e, aqui, ousa afirmar que esse colectivo, para mim, é um único e não os vários colectivos em que o colectivo geral é dividido e subdividido, com a agravante de uns serem superiores e, outros, inferiores, classificação de que discordo.

Se não formos capazes de resolver, democraticamente, os nossos problemas, como poderemos demonstrar a justeza das nossas posições perante as grandes massas e os trabalhadores, em particular?

Quando as coisas correm mal buscamos, sempre, um bode expiatório. É o que acontece, neste momento.

Uns culpam a teoria, considerando que estiolou (?) e que é necessário adaptá-la a um mundo que julgam diferente. A verdade é que, sendo diferente, nuns aspectos, continua a ser um mundo onde há exploradores e explorados onde as contradições do sistema capital-imperialista se mantêm e se agravam.

Outros, responsabilizam o Centralismo Democrático, negando reconhecer que ele é profundamente democrático, **desde que utilizado democraticamente**, é motor duma coesão necessária para a luta revolucionária, **desde que seja final de debates onde se procure unanimidade ou maiorias bem definidas**. Só em situações muito especiais poderá deixar de ser assim.

Por outro lado não faltam vozes a responsabilizar as organizações (partidos) pelo falhanço (parcial) do projecto socialista.

Julgo que, em todas estas posições, há (poderá haver) uma parte de verdade. Na minha opinião a teoria não estiolou (!) e começo por discordar do verbo utilizado, um galicismo que poderíamos substituir por definir, perder o vigor, debilitar.

A teoria não foi aplicada como devia, não foi aprofundada de acordo com as suas bases essenciais e isto não significa que definiu ou perdeu o vigor.

É na acção dos homens e das suas organizações que devemos procurar as causas da paragem, no tempo e no espaço, da teoria revolucionária, da perda do seu vigor.

Que mais poderei dizer, a favor ou em desfavor do Centralismo Democrático juntando a minha voz à de tanta gente?

É fonte de coesão, é um processo democrático que não sofre na comparação com o processo democrático-burguês em que se apoia a desigualdade existente.

Nas mãos de colectivos que minimizem o processo democrático forjará situações centralizadoras, será a base de erros e de desvios, classificará os colectivos em superiores e inferiores, dando a uns o papel do cérebro que comanda, aos outros o de executores.

Com base na utilização, defeituosa, do Centralismo Democrático, se têm criado situações complexas, algumas irreversíveis, a médio ou longo prazo. Quanto aos partidos, ao seu funcionamento, ao seu respeito, ou não, por processos democráticos, não os podemos isentar de responsabilidades. Funcionando de forma defeituosa, desligados da teoria e das grandes massas, escondendo as realidades, admitindo, no seu seio, oportunistas e sabotadores, promovendo a posições de responsabilidade individuais cheios dos defeitos duma mentalidade bur-

guesa que, por muito escondidos que estivessem não eram invisíveis, esses «colectivos» tinham que falhar.

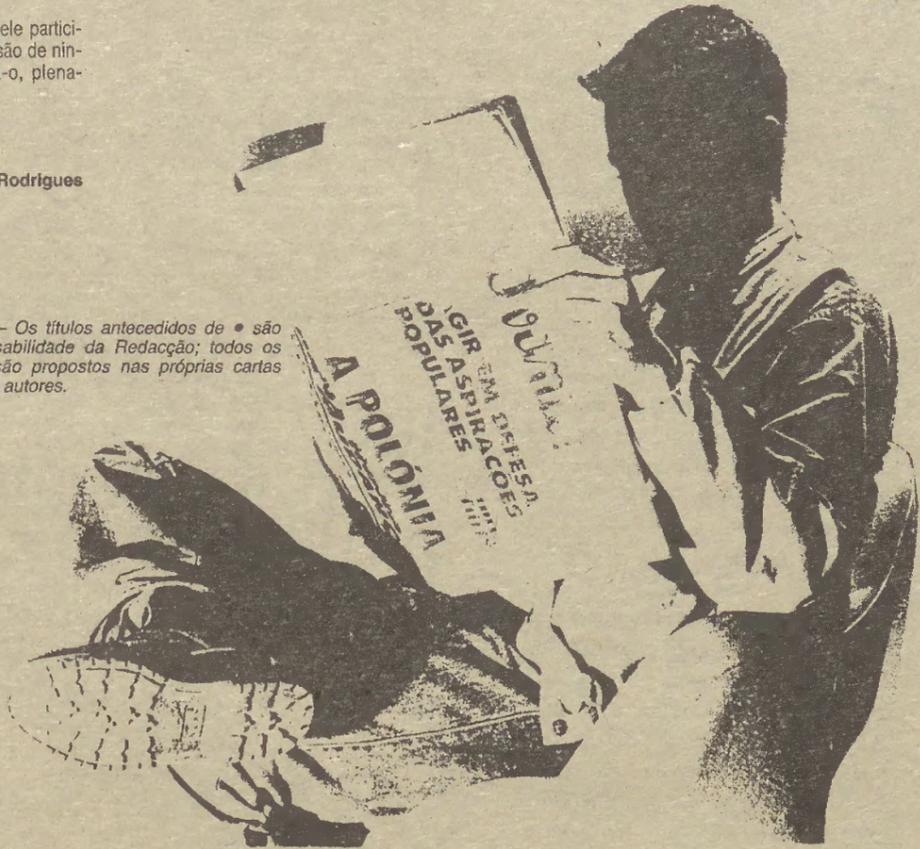
E, para terminar, justifica-se, repito, que para além do XIII Congresso, continue um debate indispensável.

Que o Partido o promova e que nele participem todos os comunistas, sem exclusão de ninguém. A situação presente justifica-o, plenamente.

Tires, 1 de Maio de 1990

Ernesto Rodrigues

*Nota — Os títulos antecedidos de * são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.*



• Algumas interrogações

No decorrer deste grande debate no seio do nosso partido tive a oportunidade de intervir no organismo concelhio a que pertenço e desejo participar com algumas questões no debate mais geral, assinalando um paradoxo que reflete em mim um sentimento onde se misturam, uma certa ansiedade e também uma certa angustia que me coloca numa situação desagradável de possível impotência, face às exigências actuais da luta ideológica.

Por um lado, temos um vasto material para ler e reflectir, teses, Cartas do Leitor, mesas redondas, reuniões, que elevam o debate a um nível que creio nunca ter sido atingido na história do partido. A estes documentos, junto o programa e estatutos, saído do XXII congresso que me parece um complemento indispensável aos documentos acima citados.

Por um lado, a dificuldade e quantas vezes, impossibilidade para muitos camaradas de lerem tudo isto e conseqüentemente, reflectir e intervir.

Porque quero **intervir** por ser esta, a quota parte da minha militância, no sentido de compensar aquilo que do Partido recebo e que é francamente superior ao que eu próprio recebo e que é francamente superior ao que eu próprio dou, (o que só reflecte, naturalmente a superioridade do colectivo sobre o individual e não qualquer «endeusamento» tantas vezes para aí insinuado) aqui fica a minha preocupação do momento.

Fazendo um esforço razoável para acompanhar o debate, tento sempre fazer o meu possível para transmitir o interesse evidente deste documentos a outros camaradas.

É com certa mágoa que constato as dificuldades em se conciliar a pré-disposição para leitura e a fadiga duma jornada de trabalho por um lado, mas também o cumprimento das tarefas normais que garantem o funcionamento do Partido, por outro.

Tanto mais que o volume de leitura me parece *à priori*, desmobilizador.

Poder-se-á dizer que isto são as conseqüências de uma profunda democracia interna! Quando há dias, à mesa do café mostrei a um amigo que é militante do PS o número de páginas do «Avante!», que me propunha ler e que por isso, me iria recolher a cada mais cedo, ele argumentou com ar sedutor, **vem para o PS que não dá tanto trabalho.**

É claro que o meu amigo teve razão quanto à prática do PS no que diz respeito à democracia interna e à participação dos militantes na sua política.

É aliás, a minha profunda convicção de

que teremos um Partido tanto mais forte, quanto maior for o número de participantes no debate.

Temo porém, os reflexos do paradoxo que destaquei em cima.

Não se estará, pelo volume e diversidade dos materiais propostos a restringir o debate?

Não estaremos a correr o risco de animar em alguns aspectos fundamentais, um debate elitista, quando se vê no «Avante!» repetidas participações transformadas em diálogo?

Será que o camarada Gralheiro (simples exemplo) disse algo de novo que possa enriquecer o debate, na sua segunda contribuição?

Fizeram a direcção do Partido assim como a direcção do «Avante!», os esforços necessários para estarem à escuta daquilo a que chamaria a **teoria empírica** do Partido?

Penso que teria sido útil o «Avante!» ter prestado mais atenção às centenas de **debates informais** que têm lugar na vida quotidiana dos nossos CT's onde se reflectem com mais naturalidade as pressões de certa comunicação social sobre o nosso Partido e onde as reacções espontâneas seriam dum grande interesse para o debate.

Como tornar mais curta a distância entre o alto nível do debate e a capacidade de assimilação deste, por todo o Partido?

Aqui cabe falar do papel determinante da imprensa do Partido que deve, com espírito moderno e criativo funcionar como instrumento para a assimilação de todo este debate por todos os militantes do Partido.

Este papel da imprensa do Partido passa necessariamente por medidas políticas audaciosas a serem tomadas nomeadamente pelas direcções regionais, no que diz respeito à difusão. Pois é minha opinião que aqui existe uma lacuna grande.

Aqui ficam algumas interrogações e observações que exprimem a minha perplexidade quanto à capacidade de resposta dos comunistas na batalha actual. Capacidade que passará forçosamente pelo reforço do Partido, que é como dizer, pelo aumento considerável do número de militantes mais bem armados para travar a luta ideológica.

O pós-congresso está aí, as próximas eleições também, o debate vai subir de tom. O aumento do número de militantes armados com ideias adequadas e capazes de encarar uma grande ofensiva ideológica na defesa e divulgação do ideal comunista é o nosso maior e apaixonante desafio do momento.

Mas atenção ao que diz o poeta:
«O amanhã começa agora mesmo e já estamos atrasados»

José Machado — Maia

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990

XIII CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP
LOURES - 18 - 19 - 20 - MAIO - 1990

O Congresso na comunicação social FATAL COMO O DESTINO

Andávamos esquecidos, mas de repente, fez-se luz e tudo ficou mais claro: a emergência da questão da tentativa de alterar a lei e o sistema eleitorais são um evidentiíssimo sinal de que se perfila no horizonte próximo da vida nacional o fim de uma época de domínio hegemónico do Governo e do Parlamento pelo PSD.

É claro que isto pode ser — e tem sido — afirmado porque a própria iniciativa de Cavaco Silva indicia o pavor do PSD perante a perspectiva de uma derrota eleitoral nas legislativas e a pretensão de a circunscrever ou evitar pelo recurso a expedientes de engenharia e manipulação eleitoral.

Mas foi sobretudo, não a iniciativa do projecto de lei, mas as linhas de força de argumentação que procura sustentar a razoabilidade, necessidade e bondade das soluções e critérios que o projecto consagra ou que, segundo alguns, ainda devia melhor e mais brutalmente consagrar, visando afectar ou mesmo liquidar o princípio da proporcionalidade na conversão de votos em mandatos, que, com o apoio sempre útil da memória, nos ajudam a confirmar que se deve estar aproximando a probabilidade de uma viragem política.

É que, em defesa de soluções indecorosamente expropriadoras da soberania popular, escandalosamente destruidoras da igual eficácia do voto dos cidadãos, gritantemente concebidas para castigo de determinadas opções de voto e para imoral benefício de outras, irromperam subitamente no palco político terríveis catilânias e raivosas estocadas contra a impunidade da «classe política», o «poder dos partidos», a «indignidade do Parlamento», apresentando-se o projecto do PSD como um misto de anjo vingador e de superdetergente contra infundáveis porridões e arrogâncias.

Andávamos distraídos, humildemente o confessamos. Mas agora já estamos lembrados que é sempre, e quase exclusivamente, à beira do esgotamento de soluções políticas, que este velho disco é posto a tocar e que este paleio, em rigor cínico e sobretudo mistificador, entra novamente em veloz circulação.

Consulte-se a imprensa das respectivas épocas e ver-se-á que foi assim à beira do fim da AD, foi assim à beira do fim do «bloco central» PSD. Era fatal como o destino que tinha de ser assim à beira do provável fim dos Governos PSD sob batuta cavaquista. Mas atenção, ponto crucial para a compreensão da manobra, nunca foi assim no início ou no meio da AD, no início ou no meio do «bloco central», no início do ou no meio do governo PSD/Cavaco Silva.

Ou seja, quando o tempo está mais que maduro para uma frontal e directa responsabilização das políticas fracassadas e dos partidos e governos que as comandam, é preciso dissolver as responsabilidades num conjunto genérico de «culpados».

É a hora de marcar com ferro em brasa a vergonha da actuação prepotente da maioria parlamentar do PSD (que, en-

lei eleitoral, pro-
ria, é preciso co-
stidade" e aquela
mente apregoa, a
ca todas as forças
e limita o papel do
gundo mandato.
De o PS) e acentua,
a redução, ou para o
fosse aceite e aplica-
talvez deputados do
amente restringido.
imediatamente diminui, ou
nhor chegar a primei-
te sabe melhor do que
ria absoluta em 1991.
nselheiros, o PS terá,
ção é mesmo de excluir

tre muitas outras coisas, se aumenta escandalosamente a si própria é faz adoptar um regime de incompatibilidades que é o contrário do que o nome indica)? Vá então de responsabilizar todos os deputados de todos os partidos, o Parlamento ele mesmo e mais a sua «indignidade».

É a hora de denunciar até ao fundo o fracasso de um partido — «o PSD que entre acompanhado e sozinho já leva 10 anos seguidinhos de Governo? Vá então de responsabilizar todos os partidos, o poder dos partidos», «classe política» e mais a «democracia coxa».

É a hora de o PSD pagar pelo que de mau não prometeu mas fez e pelo que de bom prometeu mas não fez e de ampliar a corrente para a alternativa com os que são indispensáveis para ela? Vá então de proclamar a excelência da «personalização do voto» e da «aproximação» dos deputados, dos eleitores, excelente invenção para que, em cada eleição, mudando o candidato, o partido nunca pague ou, por outras palavras, para aplicar o truque de Cavaco Silva em 1985 a cada círculo eleitoral. Vá então ainda de exaltar os gloriosos méritos de leis eleitorais que, penalizando os mais firmes combatentes pela alternativa, deixem os menos firmes ou nada firme à beira das velhas tentações do costume.

Tudo isto se resume num objectivo capital: fazer barragem de fogo contra as mudanças necessárias e contra a alternativa possível e indispensável.

Nem que para isso, por força da filosofia, do conteúdo e das consequências de leis eleitorais iníquas, tenham de ficar de rastos e pelas ruas da amargura os inu-

etário-geral do PS s verdadeiros interesses

A proposta de reforma eleitoral do dr. Cavaco é um primeiro passo para a democratização do regime e dos partidos. O dr. Cavaco tocou no intocável. Tocou na lei que funda a impotência e a indignidade do Parlamento e garante as actuais autocracias partidárias.

O senhor não se deve interrogar sobre as intenções que presidiram a esse ataque. Quer mais e melhor. Peça mais e melhor, porque há muito a pedir.

dr. Cavaco. Com argumentos decorosos (como a defesa dos pequenos partidos e o óbvio oportunismo do PPD), com argumentos decorosos (como o respeito pelas "realidades geográficas" e o respeito com que se pretende de-

de habilidades. E a ressurreição do PS implica, pelo menos, que ele não tenha o poder como único fim e as suas conveniências particulares como único critério político. O espírito de facção é transparente e sempre repulsivo. Ora, apesar da estúpida guerra do PS a Cadihe e de outros episódios semelhantes, eu continuo a admitir que o senhor percebe o perigo e a tragédia de transformar o seu partido numa facção egoísta e ávida que o país despreze.

Entendamo-nos. A proposta de reforma eleitoral do dr. Cavaco é um passo, e é nesse capítulo o primeiro passo, para a democratização do regime e dos partidos. Dir-me-á que é um passo excessivamente curto e um pouco para o lado. Concordo. Resta, no entanto, que as suas vantagens são evidentes. A lista nacional exige o recrutamento de indivíduos com alguma reputação, cuja independência na Assembleia da República e nos partidos será inevitavelmente maior do que a da tropa sem cara e sem nome, nomeada pelo arbitrio e favor do chefe. A lista nacional alivia as listas da província das denominadas "personalidades" de Lisboa, que, segundo o costume, lá se encaixam à força, e valoriza as personalidades locais. Só por si isto não torna os eleitos responsáveis perante os eleitores, mas contribui para atenuar os efeitos perversos do sistema vigente. E, se a redução dos círculos e do número de deputado nada altera de substantivo ao que existia, esta é uma medida útil.



Vasco Pulido Valente

meráveis cânticos que partidos de direita e comentadores e políticos dessa e outras áreas têm entoado sobre a democracia representativa, o primado do individual sobre o colectivo, o papel dos partidos, o respeito e protecção da sociedade civil contra a impositiva dureza e injustiça das leis.

Como é sabido, em resultado de uma peculiar originalidade nacional, os que no concreto querem calcar estes bem aventurados princípios são indefectíveis democratas, e os que mais se opõem à cilindragem de tais princípios e valores são obviamente totalitários e reúnem em Congresso, amanhã em Loures.

AVANTAGE

e por fim, Moscovo

«Viagem aos lugares míticos do PCP» (título): «na semana em que se realiza, em Loures, o XIII Congresso do PCP (marcado para sexta-feira próxima), o «Público» dá início a um conjunto de reportagens sobre alguns dos lugares míticos tradicionais dos comunistas portugueses. Hoje é a vez de Baleizão, terra de Catarina Eufémia (na foto, a enorme foice e martelo que assinalam o local onde foi assassinada. Amanhã e até sexta-feira, diariamente, visitaremos a Marinha Grande, o Couço, o Barreiro, o Arsenal do Alfeite e, por fim, Moscovo».

«Público» de 14.5, em texto de 1.ª página

Semanário nos segredos de Alá

«Desde há algum tempo que o PCP vem estabelecendo contactos com países árabes tentando sensibilizá-los para que participem nas concessões de ajuda financeira».

«Semanário» de 12.5

finalmente, para variar, uma voz do bom senso

«Todavia, o colapso eleitoral do PCP, repetidamente profetizado, ainda não teve a confirmação dos factos. E não há sinais evidentes de que ele seja uma fatalidade ou que se venha a concretizar no curto prazo. Há mesmo indícios de relativa estabilidade em votações e sondagens» (...): «A pergunta a fazer torna-se então mais simples: o que tem levado estes trabalhadores a votarem PC? Creio que a resposta só pode ser uma: consideram-no o partido que melhor exprime politicamente os seus interesses sociais. Hesito em escrever isto, de tal modo a conclusão é elementar. Mas atrevo-me a fazê-lo pensando nos que se perdem em digressões ideológicas e em abordagens geo-estratégicas, quando não em querelas de bastidores, esquecendo a simplicíssima realidade social e a sua conexão com a esfera política».

Luis Molta, no «Público» de 11.5

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO

PCP 

**Bemvindos
ao
Congresso**



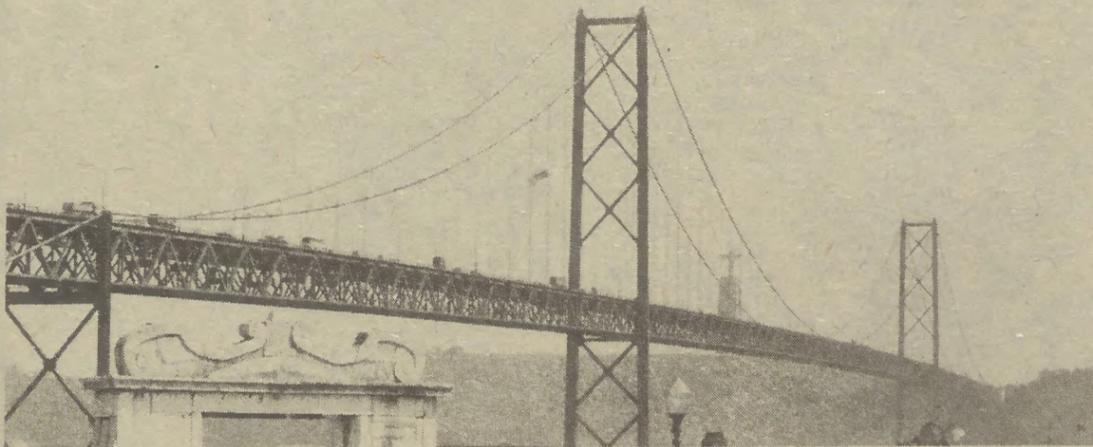
ACESSOS A LOURES

Pavilhão Paz e Amizade

• Para quem vem em transporte próprio

Para quem vem do Norte

- Após a Portagem de Sacavém, seguir até à saída CAMPO GRANDE/LUMIAR. Seguir em frente, paralelamente ao viaduto junto à «Churrasqueira»; — tomar a via rápida e sair no desvio para St.º António dos Cavaleiros, e em Ponte de Frielas virar à direita da EN 8 (direcção Loures) ou — tomar a «via rápida» (passa perto dos terrenos da Festa do «Avante!» do ano passado) e, no final desta, virar à esquerda para Loures.
- Quem vem do Norte pode, ainda, deixar a Autoestrada do Norte em Alverca e seguir por Vialonga, Granja, Tojal, Santo Antão do Tojal e Loures.



Para quem vem do Sul

- Atravessar a Ponte 25 de Abril e seguir para a Praça de Espanha.
- Aí, virar à esquerda em direcção à Avenida dos Combatentes (passa perto do Hotel Penta), seguir pela 2.ª Circular até ao Campo Grande.
- A partir daí, seguir o mesmo percurso indicado para quem vem do Norte.

Para quem vem dos Concelhos a Norte de Lisboa

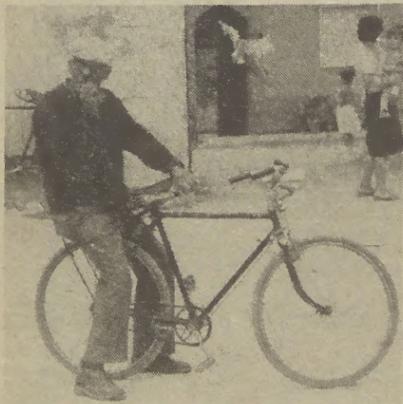
- Apanhar o caminho para Lisboa, que passa por Loures, quer vindo pela Malveira, quer por Bucelas.

Para quem vem do Concelho de Cascais

- Apanhar a autoestrada, seguir em direcção à Praça de Espanha e aí virar à esquerda em direcção à Av. dos Combatentes (passa perto do Hotel Penta), seguir pela 2.ª circular até ao Campo Grande, continuando depois pelo percurso até Loures já indicado para quem vem do Norte.

Para quem vem dos Concelhos de Sintra

- Deve tomar a Estrada para Rio de Mouro, depois Aqualva, Belas, Caneças, Montemor e Loures.



• Para quem vem em transportes públicos de passageiros

Chegada de Comboio a Santa Apolónia

- Tomar o Autocarro n.º 90, «Linha Verde», com destino ao «Aeroporto».
- Descer em Entrecampos e, no Terminal das Camionetas, apanhar a RN.

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade». Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

- Período das 06.30h às 06.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 06.40h às 07.00h — de 10 em 10 minutos
- Período das 07.00h às 07.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 5 em 5 minutos

Sábado

- Período das 06.35h às 07.00h — de 25 em 25 minutos
- Período das 07.00h às 08.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Domingo

- Período das 06.40h às 07.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 07.00h às 07.30h — de 30 em 30 minutos
- Período das 07.30h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.



Chegada de camioneta (expresso) ao Campo das Cebolas

- Seguir a pé até ao Rossio e apanhar o Metro para Entrecampos (direcção Cidade Universitária) ou — Apanhar na Praça do Comércio (é perto do Campo das Cebolas) os seguintes autocarros: 90, «Linha Verde» • 45 • 44 • 1.
- Descer em Entrecampos e, no Terminal das Camionetas, apanhar a RN
- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade». Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

- Período das 06.30h às 06.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 06.40h às 07.00h — de 10 em 10 minutos
- Período das 07.00h às 07.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 5 em 5 minutos

Sábado

- Período das 06.35h às 07.00h — de 25 em 25 minutos
- Período das 07.00h às 08.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Domingo

- Período das 06.40h às 07.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 07.00h às 07.30h — de 30 em 30 minutos
- Período das 07.30h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

Chegada de Barco à Praça do Comércio, vindo do Barreiro, do Seixal ou de Cacilhas

- Seguir a pé até ao Rossio e apanhar o Metro para Entrecampos (direcção Cidade Universitária) ou — Apanhar na Praça do Comércio os seguintes autocarros:

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade». Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

- Período das 06.30h às 06.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 06.40h às 07.00h — de 10 em 10 minutos
- Período das 07.00h às 07.40h — de 5 em 5 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 5 em 5 minutos

Sábado

- Período das 06.35h às 07.00h — de 25 em 25 minutos
- Período das 07.00h às 08.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 08.00h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Domingo

- Período das 06.40h às 07.00h — de 20 em 20 minutos
- Período das 07.00h às 07.30h — de 30 em 30 minutos
- Período das 07.30h às 09.30h — de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

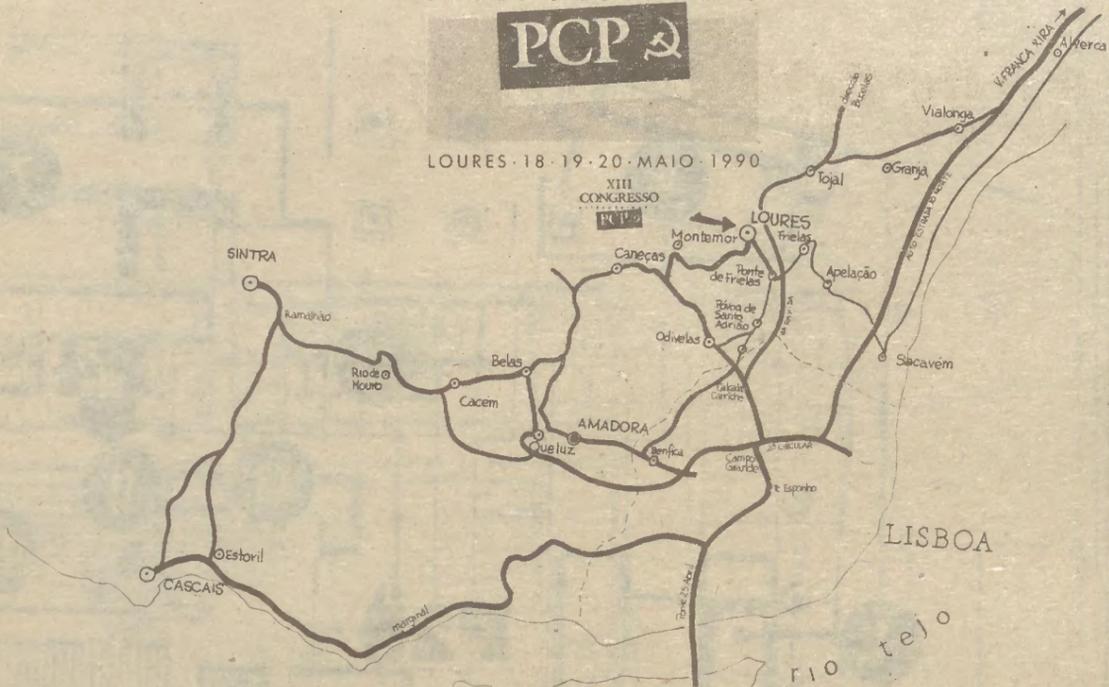
O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

Chegada de Comboio ao Rossio

- Apanhar o Metro com destino a Entrecampos (direcção Cidade Universitária) ou os seguintes autocarros: 1 • 21 • 36 • 44 • 45 • 90, «Linha Verde»
- Descer em Entrecampos e, no Terminal das Camionetas, apanhar a RN
- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)



LOURES - 18 - 19 - 20 - MAIO - 1990



Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade».

Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

Período das 06.30h às 06.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 06.40h às 07.00h - de 10 em 10 minutos
 Período das 07.00h às 07.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 5 em 5 minutos

Sábado

Período das 06.35h às 07.00h - de 25 em 25 minutos
 Período das 07.00h às 08.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 06.40h às 07.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 07.00h às 07.30h - de 30 em 30 minutos
 Período das 07.30h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

Chegada de camioneta (RN) à Praça de Espanha

— Apanhar o Metro, com destino a «Alvalade» até à estação da «Rotunda» e, aí, mudar de linha e apanhar o Metro com destino a Entrecampos (direcção Cidade Universitária).

— Sair em Entrecampos e, no Terminal das Camionetas, apanhar a RN.

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade».

Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

Período das 06.30h às 06.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 06.40h às 07.00h - de 10 em 10 minutos
 Período das 07.00h às 07.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 5 em 5 minutos

Sábado

Período das 06.35h às 07.00h - de 25 em 25 minutos
 Período das 07.00h às 08.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 06.40h às 07.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 07.00h às 07.30h - de 30 em 30 minutos
 Período das 07.30h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

Chegada de camioneta (RN) à Av. Casal Ribeiro

— No Saldanha (ao cimo da Av. Casal Ribeiro), apa-

nhar o Metro com destino a Entrecampos (direcção Cidade Universitária) ou qualquer autocarro que desça a Av. da República.

— Sair em Entrecampos e, no Terminal das camionetas, apanhar R.N.

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade».

Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

Período das 06.30h às 06.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 06.40h às 07.00h - de 10 em 10 minutos
 Período das 07.00h às 07.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 5 em 5 minutos

Sábado

Período das 06.35h às 07.00h - de 25 em 25 minutos
 Período das 07.00h às 08.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 06.40h às 07.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 07.00h às 07.30h - de 30 em 30 minutos
 Período das 07.30h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

Quem vem no comboio da Linha da Azambuja

— Descer na estação de Entrecampos e, no Terminal das Camionetas, apanhar a RN.

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Antes de chegarem ao destino, estas carreiras fazem o percurso, ENTRECAMPOS, OLIVAL BASTO, PÓVOA DE SANTO ADRIÃO, FLAMENGA, SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS, PONTE DE FRIELAS, MEALHADA, LOURES...

Em Loures, há uma paragem perto do Pavilhão «Paz e Amizade».

Frequência destas carreiras, com saídas de Entrecampos:

6.ª Feira

Período das 06.30h às 06.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 06.40h às 07.00h - de 10 em 10 minutos
 Período das 07.00h às 07.40h - de 5 em 5 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 5 em 5 minutos

Sábado

Período das 06.35h às 07.00h - de 25 em 25 minutos
 Período das 07.00h às 08.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 08.00h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 06.40h às 07.00h - de 20 em 20 minutos
 Período das 07.00h às 07.30h - de 30 em 30 minutos
 Período das 07.30h às 09.30h - de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos.

O bilhete de Entrecampos para Loures custa 135\$00 comprado ao motorista.

RUBEN COELHO DESIGN 1990

mini-FEIRA do LIVRO



PROMOÇÕES ESPECIAIS LIVROS DISCOS CASSETES VIDEOS ARTESANATO PROMOÇÕES ESPECIAIS LIVROS DISCOS CASSETES VIDEOS ARTESANATO

PROMOÇÕES ESPECIAIS LIVROS DISCOS CASSETES VIDEOS ARTESANATO

20% DESCONTO

POR OCASIÃO DO

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO



RESTAURANTE

— Destina-se aos delegados e aos camaradas que estão nos serviços centrais de apoio ao Congresso.

— Funciona nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Loures — Rua Guilherme H. Soromenho, sequência da Rua Augusto Marques Raso (é uma rua logo em frente ao pavilhão onde decorre o Congresso).

Horário: As refeições são servidas a partir das 13 horas

Preço: refeição completa com bebida (vinho, sumo ou cerveja) — 400\$00.

Ementa:**Almoço**

Dia 18 — Febras com batatas cozidas

— Caldo verde

— Fruta

Dia 19 — Feijoada à transmontana

— Sopa de legumes

— Fruta

Dia 20 — Pescada frita com arroz

— Sopa de legumes

— Fruta

— As senhas de refeição devem ser adquiridas aos camaradas do Serviço de Apoio aos delegados no decurso dos trabalhos do Congresso.

LEMBRANÇAS

— Stand de vendas, junto ao pavilhão do Congresso, do lado exterior, à esquerda da entrada.

Materiais à venda:

— medalha numerada comemorativa do XIII Congresso, ao preço de 1200\$00;

— cartazes do Congresso em papel couché;

— artesanato da região de Lisboa;

— outras recordações e materiais do Partido;

— outros materiais.

Horário de funcionamento:

Dias 18 e 19: das 8.30 às 19.30 horas

Dia 20: das 8.30 às 14.00 horas

LIVROS — DISCOS — JORNAIS

— No exterior do Pavilhão, à direita da escadaria de acesso à zona do café e bares.

— Haverá lançamentos de livros com desconto.

— Estarão à venda discos, cassetes, CD's e vídeos, bem como todos os materiais a lançar pelo Partido por altura do Congresso.

— Vender-se-á também artesanato doutros países

Horário de funcionamento:

Dias 18 e 19: das 8.30 às 19.30 horas

Dia 20: das 8.30 às 14.00 horas

BAGAGENS

— Existe um depósito de malas e sacos, no lado exterior do pavilhão do Congresso, à esquerda da entrada, destinado aos delegados.

— Ao depositar cada mala ou saco, o Delegado receberá um talão numerado que facilitará o controlo e levantamento da sua bagagem.

Horário de funcionamento:

Dia 18: das 8.30 às 20.00 horas

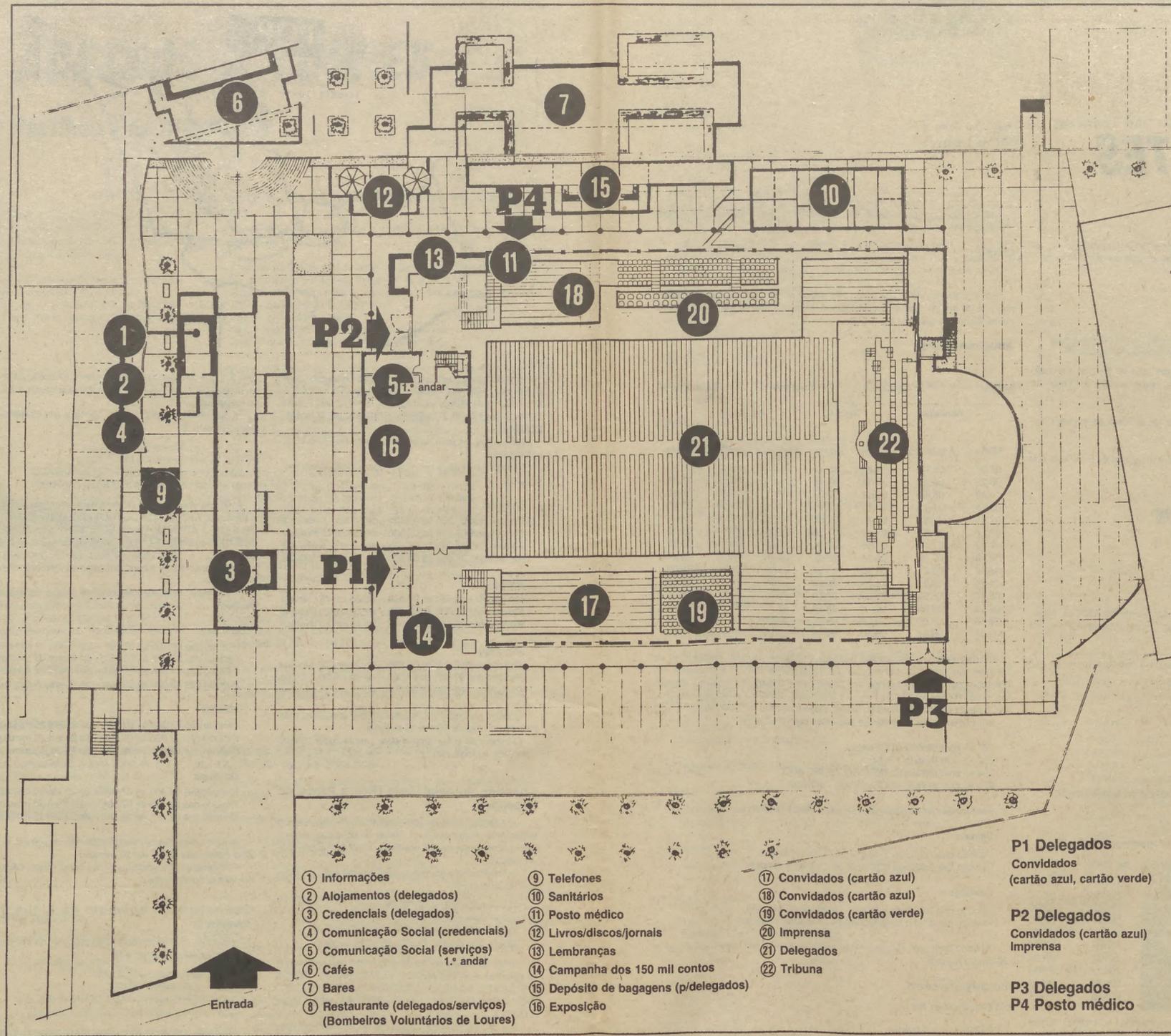
Dia 19: das 8.30 às 20.00 horas

Dia 20: das 8.30 às 14.00 horas

POSTO MÉDICO

— Situa-se no interior do Pavilhão, à esquerda da entrada, na cave, à esquerda das escadas que lhe dão acesso. Com médico e pessoal de enfermagem, para pequenos tratamentos e casos de urgência.

— Este posto médico dispõe de ambulância, para qualquer caso que requiera deslocação imediata para os Serviços de Urgência dos Hospitais.



- ① Informações
② Alojamentos (delegados)
③ Credenciais (delegados)
④ Comunicação Social (credenciais)
⑤ Comunicação Social (serviços) 1.º andar
⑥ Cafés
⑦ Bares
⑧ Restaurante (delegados/serviços) (Bombeiros Voluntários de Loures)

- ⑨ Telefones
⑩ Sanitários
⑪ Posto médico
⑫ Livros/discos/jornais
⑬ Lembranças
⑭ Campanha dos 150 mil contos
⑮ Depósito de bagagens (p/delegados)
⑯ Exposição

- ⑰ Convidados (cartão azul)
⑱ Convidados (cartão verde)
⑲ Convidados (cartão verde)
⑳ Imprensa
㉑ Delegados
㉒ Tribuna

P1 Delegados
Convidados
(cartão azul, cartão verde)

P2 Delegados
Convidados (cartão azul)
Imprensa

P3 Delegados
P4 Posto médico

Horário

É o seguinte o horário previsto para o desenrolar dos trabalhos do XIII Congresso (extraordinário):

Sexta-feira — os trabalhos têm início às 10.30 horas, devendo os delegados estar presentes na sala às 10 horas, a fim de tomarem os seus lugares e receberem os documentos necessários ao seu trabalho; a jornada encerra às 19.30.

Sábado — início às 9.30, encerramento às 19.30.

Domingo — início às 19.30, conclusão às 13 horas.

BARES 1, 2, 3 E 4

— Destinam-se a todos os participantes no Congresso (delegados, convidados, camaradas dos serviços, etc.)

— Funcionam no exterior do pavilhão do Congresso, do lado esquerdo da entrada, na parte superior do recinto.

Horário de funcionamento:

Dias 18 e 19: das 8.00 às 20.30 horas

Dia 20: das 8.00 às 14.30 horas

Ementas:

BAR 1 — Pastelaria, leitaria, doçaria, sobremesas
BAR 2 — Hamburgers, sandes diversas, sobremesas, sopa, cervejaria e bebidas diversas.

BAR 3 — Sandes de carne assada, bifanas, e sandes diversas,

BAR 4 — sopa, vinho e outras bebidas

— Aquisição de senhas: pré-pagamento junto aos bares

BAR SÓ CAFÉ

— É uma unidade especializada só em serviço de café, aberto aos delegados, convidados e camaradas dos serviços.

— Funciona no exterior do pavilhão do Congresso, do lado esquerdo da entrada, logo em frente da escadaria de acesso à parte superior do recinto.

— Preço do café: 35\$00

Horário de funcionamento:

Dias 18 e 19: das 8.00 às 20.30 horas

Dias 20: das 8.00 às 14.30 horas

SANITÁRIOS

— Os sanitários encontram-se em dois sectores:

— no exterior do pavilhão, do lado esquerdo da entrada, logo a seguir ao «depósito de malas e sacos»

— no interior do pavilhão vários, nas caves à esquerda e à direita.

EXPOSIÇÃO

No interior do Pavilhão existe uma sala de estar, localizada junto às entradas de delegados e convidados, onde se localiza uma Exposição sobre a história dos congressos do PCP, os princípios e o projecto de sociedade defendidos pelos comunistas portugueses.

No mesmo recinto localiza-se também uma zona de computadores, onde todos os interessados podem obter informações por consulta directa sobre o Congresso e os serviços de apoio; sobre o PCP, a sua organização, funcionamento, orientação e propostas. E podem até levar consigo resposta escrita à pergunta que formularam, utilizando para tal as impressoras existentes no local.

TELEFONES

— Está situado no exterior do Pavilhão um posto móvel dos TLP com telefones de acesso ao público.

— Sendo possível telefonar para qualquer ponto do País e estrangeiro, utilizando para tal moedas ou cartões credifone.

— Os cartões credifone estão à venda no posto móvel dos TLP.

CAMPANHA DOS 150 000 CONTOS

— Stand de vendas, junto ao pavilhão do Congresso, do lado exterior, à direita da entrada.

Materiais à venda:

— Títulos de Participação na Campanha dos 150 000 contos para o terreno da Festa do «Avante!»

— Recordações de Festas anteriores

— Coleção de postais ilustrados (da Quinta da Atalaia) — 250\$00

— Estará em exposição uma maquete do terreno da Quinta da Atalaia.

Horário de funcionamento:

Dias 18 e 19: das 8.30 às 19.30 horas

Dia 20: das 8.30 às 14.00 horas

**ALOJAMENTOS**

— Os delegados e outros camaradas ligados aos serviços centrais do Congresso que se deslocam de todo o País têm alojamento garantido em casa de camaradas da região de Lisboa, devendo para isso ter feito atempadamente a respectiva solicitação através das suas Organizações.

— Os delegados e os camaradas dos serviços devem ter em conta que todos os camaradas que oferecem as suas casas as terão preparadas para os receber. No caso de não serem utilizadas, estes camaradas deverão ser avisados com antecedência.

— Além disso, qualquer camarada que desista da casa que lhe está atribuída deverá avisar os Serviços de Alojamento, através do responsável regional ou directamente.

— O Serviço de Apoio aos Alojamentos funciona no exterior do Pavilhão do Congresso, em frente à entrada no recinto do Pavilhão Paz e Amizade, com o seguinte horário de funcionamento:

Dia 18: das 8.00 às 00.30 horas

Dia 19: das 8.00 às 20.00 horas

— Para apoio e orientações dos camaradas que precisem de alojamento, funcionarão também extensões deste Serviço de Apoio nos seguintes Centros de Trabalho:

C.T. Vitória

— Av. da Liberdade, 170 — Lisboa (Tel: 53 21 61)

C.T. Algés

C.T. Cacém

C.T. Loures

C.T. Vila Franca de Xira

— O funcionamento do Serviço de Apoio nestes Centros de Trabalho será garantido nas noites dos dias 17 (de 5.ª para 6.ª feira) e 18 (de 6.ª feira para sábado)

— No C.T. Vitória, o Serviço de Apoio funcionará logo a partir das 14 horas do dia 17 (5.ª feira).



TRANSPORTES

1. CARREIRAS ESPECIAIS

— Serão asseguradas pelos Serviços do Congresso transportes (camionetas RN e outras viaturas) para os principais Concelhos que fornecem alojamentos, para o início e no final dos trabalhos:

- Loures/Cacém e Cacém/Loures
- Loures/Amadora e Amadora/Loures
- Loures/V. F. Xira e V. F. Xira/Loures
- Loures/Sacavém e Sacavém/Loures
- Loures/Oeiras e Oeiras/Loures

— Estas viaturas (identificadas) estarão estacionadas no Parque reservado aos congressistas, situado entre a Mealhada e Loures, do lado esquerdo de quem vem de Lisboa, pela Estrada Nacional n.º 8.

— As saídas de Loures far-se-ão após terminar a última sessão do Congresso, em cada dia, menos no Domingo.

— Os preços rondam os 300\$00 (ida e volta) à excepção de V. F. Xira, que será cerca de 400\$00.

2. TRANSPORTES PÚBLICOS

Loures/Cacém

6.ª feira	Sábado
20h05	20h05

Faz o seguinte percurso: Loures, Montemor, Ponte da Bica, D. Maria, Águas Livres, Belas, Idanha, Venda Seca, Lopa, Cacém (Estação CP), demorando cerca de 50 minutos.

Tarifa a bordo — 250\$00

Pré-comprados — 7 módulos/carteiras de 1 módulo (com 20 módulos)/540\$00.

Cacém/Loures

6.ª feira	Sábado	Domingo
7h25	7h25	7h25
8h05	8h05	8h05
9h45	9h45	9h45

Com o percurso inverso e as mesmas tarifas. Sai da estação da CP.

Loures/Amadora

Não há camioneta para a Amadora.

Os camaradas devem apanhar a RN para «Entrecampos»:



6.ª feira	Sábado
19h00	19h00
19h10	19h10
19h20	19h20
19h30	19h35
19h40	19h50
19h50	20h05
20h00	20h20
20h20	20h35
20h35	20h50
20h50	21h05
20h55	

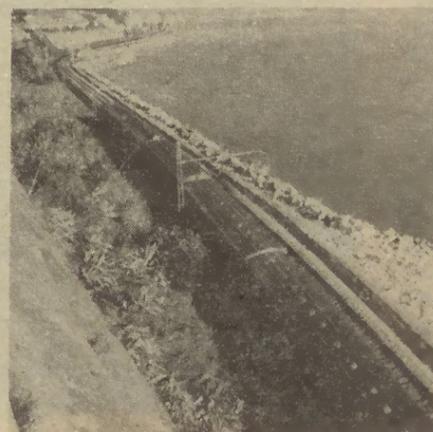
Há também outras carreiras de passagem com destino a «Lisboa» do Baraqueiro (Leonardo Mota) e ID (Isidoro Duarte) cujos horários não estão incluídos e são mais espaçados.

Em Entrecampos devem apanhar os autocarros:

90, «Linhas Verde» • 45 • 44 • 36 • 32 • 21 • 1; ou o Metro com destino a «Alvalade», e sair nos Restauradores ou Rossio.

Seguidamente, na Estação de Caminhos-de-Ferro do Rossio, apanhar o comboio com destino a «Sintra», «Amadora», «Queluz» ou «Cacém» e que tem os seguintes horários:

Lisboa (Rossio)	Amadora	Cacém	Sintra
x	x	x	x
	Benfica	Queluz	Algueirão



6.ª feira
19.28 — Vai até ao Cacém
19.32 — Vai até Sintra
19.36 — Vai até à Amadora
19.40 — Vai até Queluz
19.44 — Vai até ao Cacém
19.48 — Vai até Sintra
19.52 — Vai até à Amadora
20.00 — Vai até ao Cacém
20.04 — Vai até Sintra
20.08 — Vai até à Amadora
20.16 — Vai até ao Cacém
20.20 — Vai até Sintra
20.32 — Vai até ao Cacém
20.36 — Vai até Sintra
20.48 — Vai até ao Cacém
20.52 — Vai até Sintra

Há, a seguir, comboios de 20 em 20 minutos até às 00.20 h e outros mais espaçados até às 02.40 h.

Sábado

19.32 — Até Sintra

Há, a seguir, comboios de 16 em 16 minutos até às 20.25 h e, a partir desta hora, de 20 em 20 minutos até às 23.52 h. Depois a periodicidade é diferente até às 02.40 h. Todos até Sintra.

Amadora/Loures

Sintra	Cacém	Amadora	Lisboa (Rossio)
x	x	x	x
	Algueirão	Queluz	Benfica

Sintra	Algueirão	Cacém	Queluz	Amadora	Benfica	Lisboa
06.07	06.13	06.22	06.30	06.34	06.41	06.52
06.23	06.29	06.38	06.46	06.50	06.57	07.08
06.39	06.45	06.54	07.02	07.06	07.13	07.24
06.35	07.01	07.10	07.18	07.22	07.29	07.40
07.11	07.17	07.26	07.34	07.38	07.45	07.56
07.27	07.33	07.42	07.50	07.54	08.01	08.12
07.43	07.49	07.58	08.06	08.10	08.17	08.28
07.59	08.05	08.14	08.22	08.26	08.33	08.44
08.15	08.21	08.30	08.38	08.42	08.49	09.00
08.31	08.37	08.46	08.54	08.58	09.05	09.16
08.47	08.53	09.02	09.10	09.14	09.21	09.32
09.03	09.09	09.18	09.26	09.30	09.37	09.48
08.19	09.25	09.24	09.42	09.46	08.53	10.04
09.35	09.41	09.50	09.58	10.02	10.09	10.20

Naturalmente, os camaradas terão de coordenar as suas saídas com os horários dos restantes transportes (nomeadamente com as camionetas em Entrecampos), não esquecendo que devem tomar a seguir os mesmos autocarros — 90, 45, 44, 36, 32, 21, 1 — ou o Metro com destino à «Cidade Universitária» e tendo em conta a hora do começo dos trabalhos do Congresso.

Em Entrecampos, apanhar as seguintes camionetas RN:

- 331 — com destino BUCELAS
- 332 — com destino TOJAL
- 334 — com destino QUINTA DO INFANTADO
- 335 — com destino BUCELAS (via Fanhões)

Frequência destas carreiras com saída de Entrecampos:

Sábado

Período das 7.00 h às 7.40 h — de 5 em 5 minutos
Período das 8.00 h às 9.30 h — de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 7.00 h às 7.30 h — de 30 em 30 minutos
Período das 7.30 h às 9.30 h — de 15 em 15 minutos

Noutros períodos, as frequências são irregulares, mas pelo menos são de 20 em 20 minutos

Loures/Sacavém

Há camioneta da RN às:

6.ª feira	Sábado
19.15 h	19.15 h
20.05 h	20.05 h
20.25 h	20.25 h
21.05 h	21.05 h

Tarifa a bordo — 150\$00

Pré-comprados — 4 módulos/carteiras de 1 módulo (20 módulos) — 540\$00

Sacavém/Loures

Sábado	Domingo
7.00 h	7.00 h
7.30 h	8.00 h
8.00 h	*9.00 h
8.30 h	
*9.00 h	
9.30 h	

* Sai de Moscavide às 8.50 h

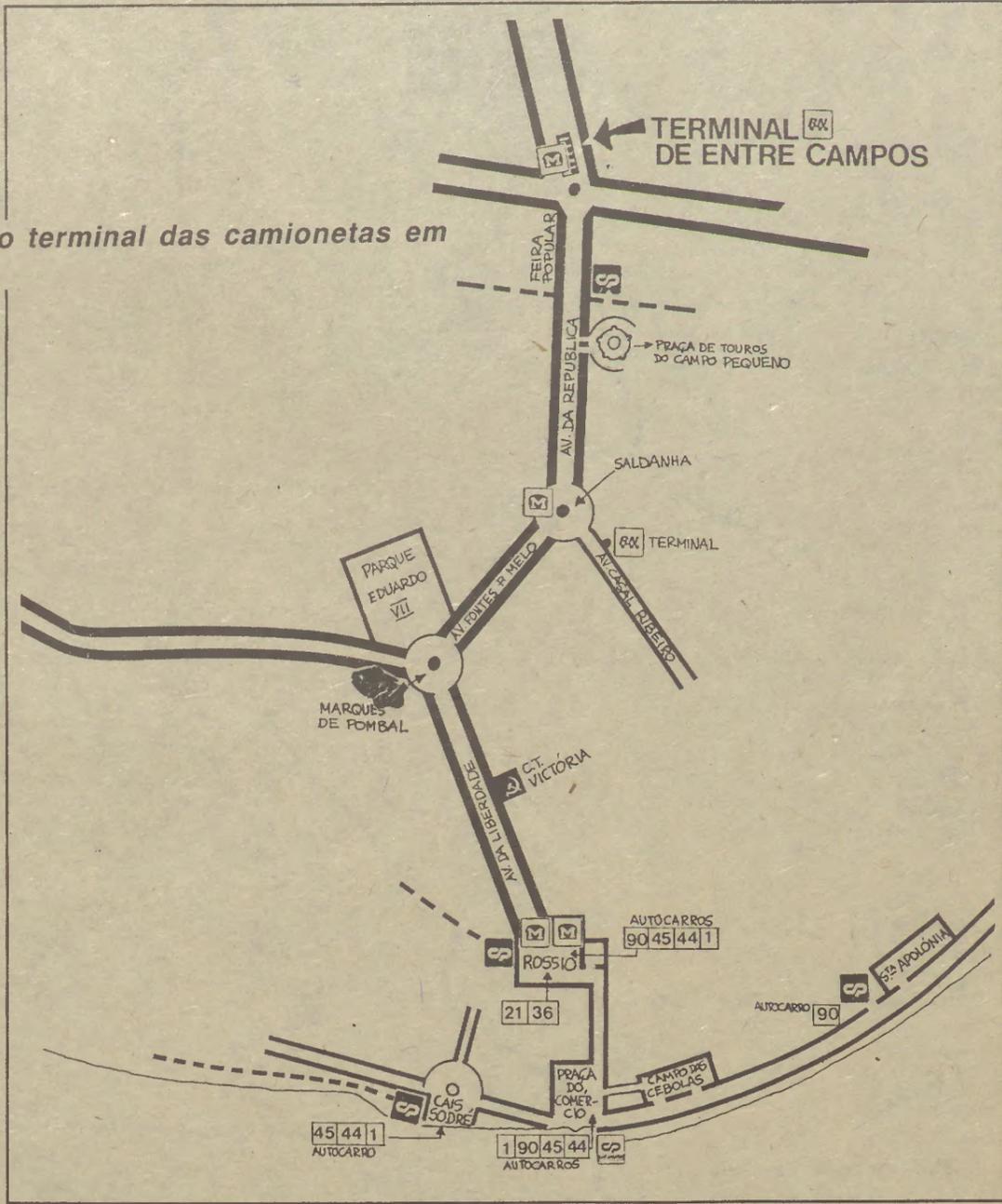
Demora cerca de 25 minutos a fazer o percurso

Loures/V. F. Xira

Não há camionetas de transporte público. Os camaradas têm duas possibilidades:

1 — Apanhar em Loures a RN para Sacavém (ver horários de saída) e, aí, apanhar o comboio com passagem em Sacavém e destino a V. F. Xira ou Azambuja:

Para chegar ao terminal das camionetas em Entre-Campos



19.48 h — com destino a Azambuja
20.27 h — com destino a V. F. Xira
20.46 h — com destino a V. F. Xira
20.45 h — com destino a V. F. Xira
22.08 h — com destino a Azambuja
22.43 h — com destino a V. F. Xira

2 — Apanhar em Loures a RN para Entrecampos (Lisboa). Ai, procurar a estação da CP de Entrecampos (no viaduto a seguir à Feira Popular, do lado esquerdo) e apanhar o comboio com destino à Azambuja:

às 21.26 h
e 22.23 h
Sexta e Sábado

V. F. Xira/Loures

1 — Apanhar comboio com destino a Santa Apolónia ou Rossio e paragem em Sacavém:

Sábado

6.20 h em V. F. de Xira — 6.42 h em Sacavém — 7.00 h camioneta para Loures
6.47 h em V. F. de Xira — 7.10 h em Sacavém — 7.30 h camioneta para Loures
7.30 h em V. F. de Xira — 7.53 h em Sacavém — 8.00 h camioneta para Loures
8.24 h em V. F. de Xira — 8.50 h em Sacavém — 9.00 h camioneta para Loures

Domingo

6.20 h — em V. F. de Xira — 6.42 h em Sacavém — 7.00 h camioneta para Loures
7.30 h — em V. F. de Xira — 7.53 h em Sacavém — 8.00 h camioneta para Loures
8.24 h — em V. F. de Xira — 8.50 h em Sacavém — 9.00 h camioneta para Loures

2 — Podem também apanhar comboio com destino ao Rossio e paragem em Entrecampos:

sai às 6.20 h de V. F. de Xira
chegada a Entrecampos às 7.02 h

Apanhar em Entrecampos a RN para Loures

Sábado

Período das 7.00 h às 7.40 h — de 5 em 5 minutos
Períodos das 8.00 h às 9.30 h — de 15 em 15 minutos

Domingo

Período das 7.00 h às 7.30 h — de 30 em 30 minutos
Período das 7.30 h — de 15 em 15 minutos

Loures/Oeiras

Não há carreiras de transportes públicos.
Apanhar a RN para «Entrecampos»:

6.ª feira		Sábado	
19h00	20h00	19h00	20h05
19h10	20h20	19h10	20h20
19h20	20h35	19h20	20h35
19h30	20h50	19h35	20h50
19h40	20h55	19h50	21h05
19h50			

Há também outras carreiras de passagem com destino a «Lisboa» do Baraqueiro (Leonardo Mota) e ID (Isidoro Duarte) cujos horários não estão incluídos e são mais espaçados.

Em Entrecampos devem apanhar os autocarros: 45 • 44 • 32 • 1; e sair no Cais do Sodré

Seguidamente, na estação de caminhos-de-ferro, apanhar o comboio com destino a «Cascais», «S. Pedro» ou «Oeiras» e que tem os seguintes horários:

Cais do Sodré	Algés	Oeiras	Estoril
x	x	x	x
Belém	Paço	Parede	Cascais

6.ª Feira

19.17 h — vai até Oeiras	20.25 h — vai até Cascais
19.26 h — vai até S. Pedro	20.30 h — vai até Oeiras
19.29 h — vai até Cascais	20.40 h — vai até Cascais
19.32 h — vai até Oeiras	20.45 h — vai até Oeiras
19.41 h — vai até S. Pedro	20.55 h — vai até Cascais
19.44 h — vai até Cascais	21.00 h — vai até Oeiras
19.47 h — vai até Oeiras	21.10 h — vai até Cascais
19.56 h — vai até S. Pedro	21.20 h — vai até Oeiras
19.59 h — vai até Cascais	21.30 h — vai até Cascais
20.00 h — vai até Oeiras	21.40 h — vai até Oeiras
20.10 h — vai até Cascais	21.50 h — vai até Cascais
20.15 h — vai até Oeiras	22.00 h — vai até Cascais

Há a seguir comboios para Cascais de 20 em 20 minutos até às 00.00 h e de 30 em 30 minutos até às 02.30 h.

Sábado

19.20 h — vai até Oeiras	20.50 h — vai até Cascais
19.30 h — vai até Cascais	21.00 h — vai até Oeiras
19.40 h — vai até Oeiras	21.10 h — vai até Cascais
19.50 h — vai até Cascais	21.20 h — vai até Oeiras
20.00 h — vai até Oeiras	21.30 h — vai até Cascais
20.10 h — vai até Cascais	21.40 h — vai até Oeiras
20.20 h — vai até Oeiras	21.50 h — vai até Cascais
20.30 h — vai até Cascais	22.00 h — vai até Oeiras
20.40 h — vai até Oeiras	

Há a seguir comboios para Cascais de 20 em 20 minutos até às 00.00 h e de 30 em 30 minutos até às 20.30 h.

Oeiras/Loures

Comboios de Cascais com os seguintes horários, quer sábado quer domingo.

Cascais	Parede	Paço de Arcos	Belém				
x	x	x	x				
Estoril	Oeiras	Algés	Cais do Sodré				
Cascais	Estoril	Parede	Oeiras	P. Arcos	Algés	Belém	C. Sodré
6.30 h	6.33 h	6.40 h	6.45 h	6.50 h	6.58 h	7.02 h	7.10 h
7.00 h	7.03 h	7.10 h	7.15 h				7.32 h
7.30 h	7.33 h	7.40 h	7.45 h				8.02 h
8.00 h	8.03 h	8.10 h	8.15 h				8.32 h
8.30 h	8.33 h	8.40 h	8.45 h				9.02 h
8.53 h	8.56 h	9.03 h	9.08 h				9.25 h
9.13 h	9.16 h	9.23 h	9.28 h				9.45 h
9.33 h	9.36 h	9.43 h	9.48 h				10.05 h

Comboios saindo de Oeiras, com os seguintes horários, quer sábado, quer domingo:

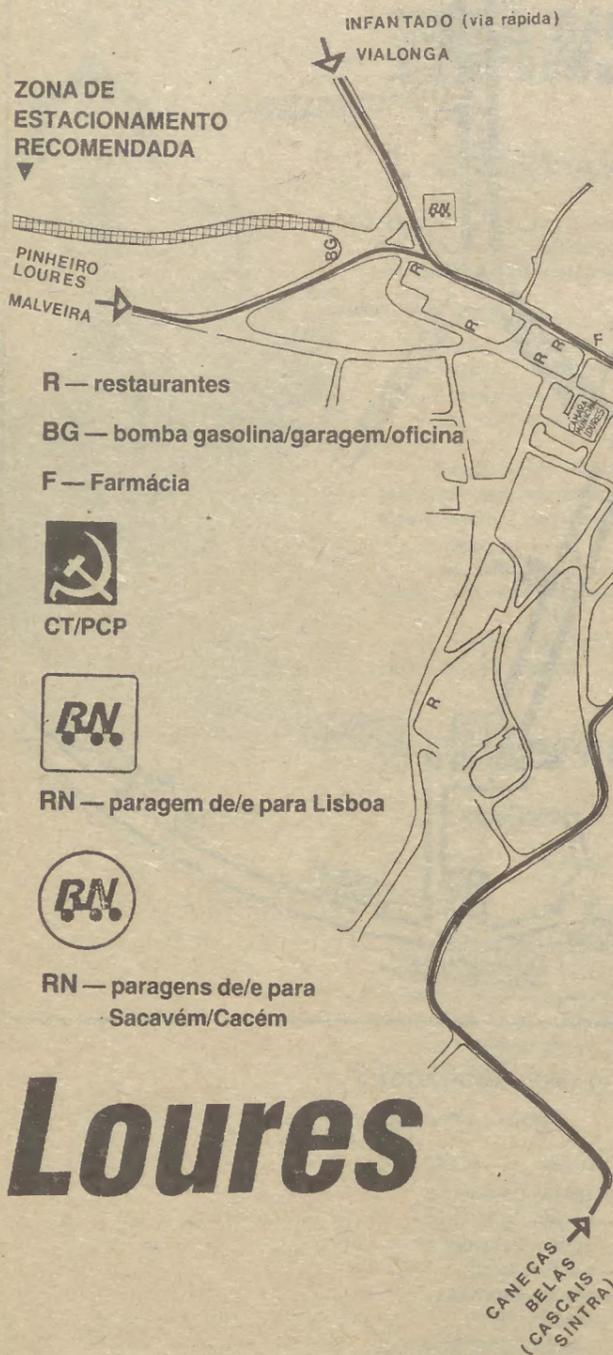
Oeiras	P. Arcos	Belém		
x	x	x		
Oeiras	Algés	Cais do Sodré		
Oeiras	P. Arcos	Algés	Belém	Cais do Sodré
7.17 h	7.22 h	7.30 h	7.37 h	7.42 h
7.47 h	7.52 h	8.00 h	8.04 h	8.12 h
8.17 h	8.22 h	8.30 h	8.34 h	8.42 h
8.47 h	8.52 h	9.00 h	9.04 h	9.12 h
9.10 h	9.15 h	9.23 h	9.27 h	9.35 h
9.30 h	9.35 h	9.43 h	9.47 h	9.55 h



XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

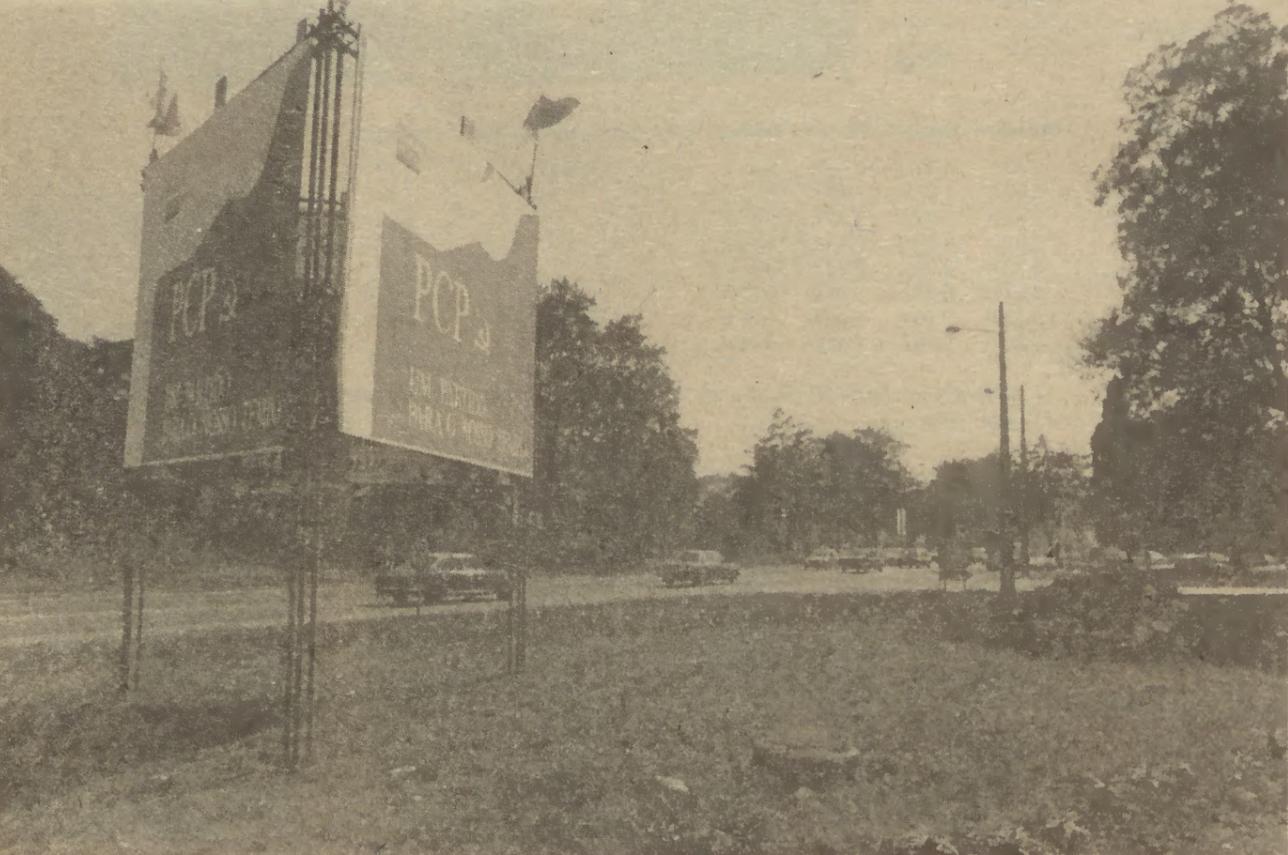


LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990



— Restaurante Delegado /BVL

Loures



PARQUE ESTACIONAMENTO PARA CAMIONETAS E OUTRAS VIATURAS DE CONGRESSISTAS



Em breve, por iniciativa do PCP Desigualdades em debate no Parlamento

O Grupo Parlamentar do PCP deu início a um intenso programa de contactos e visitas com vista a preparar a sua interpelação ao Governo através de um debate de política geral centrado no agravamento das desigualdades na sociedade portuguesa com a proliferação de fenómenos de marginalidade, discriminação e outras injustiças no plano social, económico, educativo e cultural.

Acolher o máximo de contributos e sugestões que permitam enriquecer o debate e conferir-lhe o máximo de eficácia constitui o principal objectivo das diligências agora encetadas, envolvendo encontros com organizações sociais e sindicais e visitas a regiões, a empresas, a equipamentos de saúde e educação e a bairros e zonas de habitação degradadas.

Ao prestar uma enorme importância ao trabalho preparatório da interpelação — cujo agendamento está neste momento apenas dependente da conferência de líderes parlamentares — o Grupo Parlamentar comunista evidencia assim o seu propósito de nada deixar ao acaso, em ordem a que os trabalhos constituam não apenas uma oportunidade para denunciar as desigualdades que hoje atingem uma elevada percentagem de portugueses e portuguesas e determinar suas causas e efeitos, mas também um ensejo para propor as políticas necessárias e alternativas que lhes permitam fazer frente.

Nesse sentido estão, aliás, a ser preparadas várias iniciativas legislativas em áreas como a juventude, habitação e Segurança Social (neste âmbito deu já entrada na Mesa da

Assembleia na passada semana um projecto de lei da sua iniciativa sobre Rendas Sociais), sem esquecer o momento de intervenção privilegiado que é ainda o da apresentação de propostas no decorrer da aprovação do Orçamento do Estado.

Mas para já, na perspectiva dos parlamentares do PCP, segundo o que foi dito faz hoje oito dias em conferência de imprensa para anunciar a interpelação, o que importa é que o debate traga para primeiro plano as sequelas provocadas por uma política económica que apesar do crescimento verificado «cavou mais o fosso entre os rendimentos do capital e do trabalho» e que no centro das atenções sejam colocados os problemas para os quais urge encontrar respostas. Estão neste caso, como foi assinalado, a precari-

zação do emprego, a dificuldade de acesso à habitação e a sua escassez, a deficiente protecção social, o analfabetismo e as dificuldades de acesso ao ensino e as novas manchas de pobreza.

A qualidade de vida das po-

pulações, quer nas zonas urbanas, quer nas regiões do interior, constitui outro dos temas que os parlamentares comunistas querem ver desenvolvidamente tratado ao longo do debate, muito especialmente as questões que se

prendem com a desertificação do interior, os acessos aos grandes centros urbanos e os ritmos alucinantes a que as pessoas são sujeitas ao nível da sua deslocação para os locais de trabalho e no próprio emprego.



Denunciar as desigualdades que atingem hoje uma elevada percentagem de portugueses constitui um dos objectivos da interpelação ao Governo a realizar em breve por iniciativa dos parlamentares comunistas, foi anunciado por estes em conferência de imprensa

Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais A confissão envergonhada do erro...

Tivesse tido a maioria governamental um mínimo de abertura às propostas e opiniões da oposição, pondo de lado a auto-suficiência que normalmente a caracteriza, e certamente teria evitado passar pelo incómodo de ser confortada com um diploma do Executivo que constitui o reconhecimento implícito de alguns dos graves defeitos de que enferma a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais.

Tratou-se de uma proposta de lei levada a plenário na passada semana na qual se

adita um artigo à referida Lei Orgânica, artigo esse cujo conteúdo vem objectiva-

mente dar razão às críticas feitas no momento próprio pelos partidos da oposição é designadamente pelo PCP, deitando simultaneamente por terra as palavras do então ministro da Justiça, Fernando Nogueira, segundo o qual, recorde-se, as soluções impostas pelo PSD iriam permitir aos Tribunais funcionar eficaz e atempadamente na sua função de administrar a Justiça.

Como salientou no debate agora realizado a deputada comunista Odete Santos não foi preciso muito tempo para que os factos viessem desmentir a visão optimista do então titular da pasta da Justiça, pondo a nu aquilo que em sua opinião é a verdadeira «dimensão do desastre».

Com efeito, recordou a deputada do PCP, os conflitos negativos criados pela Lei Orgânica dos Tribunais Judi-

ciais, sobretudo os conflitos de competência gerados entre os Tribunais Singulares e os Tribunais de Círculo, acabaram por ocasionar atrasos nos processos pendentes nos Tribunais Judiciais que em muitos casos atingiram os dois anos.

Situação verdadeiramente lamentável só possível, em larga medida, porque a proposta de Lei Orgânica aprovada há cerca de dois anos e meio esvaziou os Tribunais de Comarca, transferindo a maior das suas competências para os Tribunais de Círculo, transformando os juizes de Comarca em Juizes menores e atingindo mesmo a própria vida social da Comarca.

Ora foi esta situação, severamente criticada pela bancada comunista na altura, que o diploma agora apresentado veio tardiamente aumentando as competências dos Tribunais de Comarca, desde logo porque passam a preparar para julgamento acções cuja preparação lhes era vedada pelo artigo 81 da Lei Orgânica, passando ainda a ter competência para execuções que pela lei em vigor pertencem ao foro do Tribunal de Círculo e a ver alargada a sua competência em processos penal.

Outro aspecto do diploma que, no entender de Odete Santos, carece de correcção imediata em ordem a evitar que futuras emendas venham a ter de ser feitas para sanar outros conflitos ou outras situações de impossível resolução, prende-se com o número 3 do já referido artigo 81º, uma vez que, alertou, tal como está, «vai gerar novas dificuldades, situações de impasse, novos atrasos processuais».

Comentando o «afecto que o ministro da Justiça tem pelo Tribunal de Círculo» — as palavras são suas — Odete Santos disse não partilhar desse carinho, posição que nada tem obviamente a ver com os profissionais «que arcaram com o tremendo esforço que tem representado o trabalho nesses tribunais», mas sim unicamente pelo facto de ser uma instituição «que não está adaptada à realidade do País» representando ainda a «distanciação da Justiça em relação aos cidadãos» e um agravamento dos «custos da Justiça» ao já insuportável peso do «actual sistema das custas judiciais».

Luta pela dignificação das freguesias Comunistas não cruzam os braços

Prosseguindo a luta pela dignificação e fortalecimento da autarquia-freguesia, o Grupo Parlamentar do PCP decidiu reapresentar em 15 de Outubro o projecto de lei da sua autoria que define o regime de competências e meios financeiros deste órgão do poder local.

Esta decisão de apresentar de novo o diploma, eventualmente enriquecido com as contribuições entretanto recebidas dos eleitos das freguesias, decorre da situação criada num dos debates parlamentares da passada semana com o chumbo pelo PSD das iniciativas legislativas do PCP e do PS que preconizavam o referido reforço das freguesias no plano das suas competências e meios próprios.

Classificando de «escandalosa» esta posição da maioria governamental, o Grupo Parlamentar do PCP

considera-a tanto mais incompreensível quanto surge na sequência do 11 Congresso da ANAFRE (Associação Nacional das Freguesias), concluído recentemente realizado em Braga onde os próprios autarcas do partido do Governo uniram as suas vozes às dos autarcas de todas as outras correntes político-partidárias.

Na ocasião, recorde-se, os congressistas exigiram praticamente por unanimidade (apenas seis abstenções) o reforço da capacidade financeira e administrativa das freguesias e a dignificação do seu papel e das condições do exercício do mandato dos respectivos eleitos, encarando estes atributos como uma condição indispensável à satisfação dos interesses das populações que representam e como «uma exigência», proclamaram, «de um Estado democrático que se pretende eficaz».

A memória e o mito

Quem, ao olhar para trás na sua vida, tem a visão de um deserto e costuma definir o seu rumo ao acaso do interesse apenas pessoal e imediato — a satisfação gananciosa, a urgência de um lugar, usando a vida como quem a gasta — tem sempre dificuldade em compreender, nos outros, a assumpção do passado. Custa-lhe a entender que haja quem tenha da vida uma visão perspectivada. Com um passado onde, com algum rigor — e não estamos a falar de nostalgias — se perfilam memórias, que são pontos de referência. Com um futuro onde se perfilam objectivos e projectos. Com um presente que é função de um e de outro, onde o passado se não apaga, e onde o futuro se prepara.

Nos muito jovens, tais dificuldades são naturais. O passado pessoal é curto e foi escasso ainda o tempo para discernir entre a névoa do passado dos outros, as referências que não de partilhar-se. Aí sim, as imagens chegam pela primeira vez carregadas por uma aura de mito. Até ser possível contar o tempo, pesar o significado de acontecimentos que se não viveram mas que vêm a transformar-se em património colectivo.

Há porém, casos seróios de desmemória. Ou de confusão entre a memória e o mito. Ou, para ser mais rigoroso, entre o mito, como representação e símbolo de uma explicação do mundo, e o lugar místico, que é uma coisa perfeitamente diferente e que, para maior facilidade, poderia ser identificado como o lugar onde os deuses pousaram o rabo.

Vem isto a propósito de uma «viagem aos lugares míticos do PCP», que diariamente o jornal «Público» se dá ao trabalho de fazer.

Não vem ao caso o verdadeiro propósito destas viagens — que é, como muito claramente se percebe ao ler os relatos do viajante, o de, em uma semana de correria, «mostrar» ao leitor como o PCP «é um mito», como a realidade de hoje o «desmente», como o tempo o terá tornado numa «barafunda» ou numa «seca».

Que vê o repórter Gomes ao chegar a Baleizão? Que «as searas mal deixavam ver a foice e o martelo de latão que assinalam o local onde tombou Catarina Eufémia». Como se a natureza, de conluio com os acontecimentos dos «países de Leste», apostasse no afogamento do ideal comunista.

Que diálogo mantém? Por exemplo aquele em que um velho militante lhe responde: «Não ouço. Cá por mim não ouço bem.» Como se o tempo houvesse retirado aos comunistas a capacidade de ouvir ou de fazer-se entender.

Que imagina o repórter? Que daqui a mais uns dias, na romagem à terra de Catarina, «o ritual cumprir-se-á». Apesar de tudo?

Que constata, por fim? Que «já não há, como os repórteres de 74 descreviam, «muros com foices e punhos e martelos». O tempo e os novos ventos apagaram das paredes os vivos ao PCP, e o nome a vermelho de Catarina»...

Eis-nos portanto nos lugares do mito, nos lugares místicos. Ignoramos se o repórter Gomes, nos idos de 74, escreveu assim e se prefere agora escrever assado. O que sabemos é que se engana ao atribuir-nos a nós, comunistas, o mito e a mística. O que nós temos é memória. Uma memória viva que é muito mais difícil de apagar do que as pinturas nas paredes.

O próprio projecto de reportagens — chamemos assim aos relatos de viagem onde se não vai à descoberta da realidade ou da memória, mas à cata de sinais de apagamento dela — revela uma ignorância activa do que é o PCP e do que são e querem os comunistas portugueses. Meter no mesmo saco a Marinha Grande, o Couço, o Barreiro, o Arsenal, Baleizão e... por fim (!) Moscovo, mostra bem a propositada confusão em que se pretende enfiar o leitor.

Sim, nós temos memória. E referências históricas. E mesmo os mais novos de entre nós se lembram da Marinha Grande, do 18 de Janeiro de 1934. E dos operários vidreiros de então. E da insurreição. E dos nomes deles. E da luta. E de outros lugares — e não mitos — a que ela conduziu e por onde esforçadamente atravessou. E dos que caíram ao longo do caminho. E lembramo-nos do Couço. Da coragem do seu povo, das prisões em massa, do renovado espírito de combate pela liberdade. E recordamos o Barreiro e as células operárias da clandestinidade. E o Arsenal e o arsenalista Bento Gonçalves, e os outros. E de Baleizão e do assassinato de Catarina. E de muitos outros lugares da nossa terra, que um jornal não chegava para escrevê-los todos. De Moscovo partilhámos a memória com muitos mais comunistas pelo mundo fora, mas não foi lá que lutámos. Como também não foi em Cuba, no Vietname. Nem fizemos a Longa Marcha atravessando a China: Nem por isso perdemos a memória por não serem esses lugares do PCP.

Nenhuma dessas referências é um mito. Nenhum desses lugares de memória ficou, entretanto, siderado no tempo. Não somos daqueles que andamos para aqui a lembrarmos saudosamente do passado. E tanto assim é que, no próximo fim-de-semana, desses lugares vivos — apesar dos Gomes — virão delegados vivos e não ícones, para falar no Congresso sobre os problemas de hoje. Para preparar o futuro.

■ LM

Assembleia da República

Indiferente ao repúdio geral PSD aprova Alta Autoridade para a Comunicação Social

Nada foi capaz de demover o PSD de levar por diante a sua proposta de Alta Autoridade para a Comunicação Social nos moldes sectários e governamentalizadores com que a arquitectou. Nem o veto presidencial, nem os protestos dos jornalistas e do seu Sindicato, nem os alertas dos membros e ex-membros do Conselho de Imprensa ameaçado de extinção, nem a totalidade dos partidos da oposição que desde a primeira hora vêm chamando a atenção para a descarada governamentalização de que enferma a Alta Autoridade e

para a obsessão da maioria em extinguir os órgãos e mecanismos que possibilitam a fiscalização independente da comunicação social e a intervenção democrática dos jornalistas.

Foi sem surpresa, pois, que na passada terça-feira, passando por cima deste repúdio geral, a bancada da maioria se levantou em peso para aprovar de novo, sem alterar uma vírgula, como chegaram a vangloriar-se, a proposta de lei que regula as atribuições orgânicas e o funcionamento da Alta Auto-

ridade para a Comunicação Social.

Em resultado da atitude autoritária do PSD, seriamente comprometido no seu prestígio fica assim um órgão que deveria estar vocacionado para garantir o direito à informação e a liberdade de imprensa, a independência dos meios de comunicação social face ao poder político e ao poder económico e assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Facto tanto mais grave quanto é certo, como lem-

brou da tribuna o deputado comunista António Filipe, que incumbe constitucionalmente à Alta Autoridade o parecer prévio para a decisão de licenciamento de canais privados de televisão, o parecer prévio fundamentado sobre as candidaturas para o exercício da radiodifusão e sobre a nomeação e exoneração dos directores dos órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado, a outras entidades públicas ou a entidades directas ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico.

Lanifícios da Covilhã Saídas para a crise não sensibilizam o Governo

A indústria dos lanifícios do concelho da Covilhã corre sérios riscos de ver acentuada a crise que vem afectando, sendo de admitir que a manter-se a situação actual possa ocorrer um agudizar dos problemas sociais em consequência do eventual encerramento ou falência de várias empresas.

Para esta situação pouco tranquilizante contribui decisivamente a posição de intransigência do Governo que se recusa a introduzir medidas correctoras à Portaria n.º 381/88 que se propunha reestruturar o subsector dos lanifícios, mas cujos resultados ficaram muito aquém do inicialmente previsto.

Ainda na passada sexta-feira esta questão veio a lume em plenário na sessão de perguntas ao Governo, tendo o Secretário de Estado da Indústria, em resposta a uma questão sobre esta matéria colocada pelo deputado comunista Júlio Antunes, recusado a hipótese de vir a aceitar quaisquer propostas de alteração à referida Portaria que evitem a contínua degradação de muitas empresas e potenciem o seu relançamento económico.

Na ocasião, assinala-se, o deputado do PCP confrontou o Governo com a necessidade de alargar o âmbito da Portaria e demais regulamentação no sentido de permitir que as empresas do subsector dos lanifícios possam, sem restrições, apresentar os seus projectos de reestruturação, prorrogando para o efeito o prazo de apresentação dos projectos correspondentes até pelo menos finais de 1991.

Correspondendo à vontade consensualmente existente no sector dos lanifícios, Júlio Antunes questionou ainda aquele membro do Governo sobre a possibilidade de tornar mais fácil a negociação entre as empresas e o sector público (EDP, Banca, Segurança Social, etc.) no sentido de serem nomeadamente en-



Zona de mono-indústria, sem outras alternativas no presente, o concelho da Covilhã corre sérios riscos de ver agudizados os problemas sociais em consequência do eventual encerramento ou falência de empresas do sector dos lanifícios

contradas formas concretas que permitam que os passivos destas empresas não inviabilizem a apresentação do projecto de reestruturação.

Insensível aos argumentos apresentados, o Secretário de Estado reafirmou o seu não assentimento a quaisquer facilidades de negocia-

ção, recusando-se igualmente a aumentar o valor das verbas para a reestruturação, tal como preconizara o deputado comunista.

Papel das cooperativas, hoje, em plenário

Dando satisfação a uma antiga aspiração do movimento cooperativo, os trabalhos parlamentares de hoje serão inteiramente preenchidos na sua ordem do dia com a discussão de três diplomas da iniciativa do PCP e do PS que alargam o papel daquele sector na organização económica e social.

Trata-se, no fundamental, no caso do projecto do Grupo Parlamentar comunista, de quem partiu em primeiro lugar a iniciativa de levar este

assunto a plenário, de garantir o acesso imediato das cooperativas às actividades de transporte rodoviário de longa distância, de transporte internacional de mercadorias, de agência de turismo e de mediação de seguros.

Simultaneamente, de acordo com o texto constitucional, o projecto do PCP prevê que o Governo proceda no prazo de 60 dias à revisão da legislação aplicável ao exercício das actividades referidas no sentido de criar

condições mais favoráveis à acção das cooperativas.

Deste modo, na opinião dos parlamentares comunistas, ao garantir que as cooperativas tenham acesso a diversas actividades, ressaltando as restrições previstas na própria Constituição, está-se a dar um passo importante para um maior desenvolvimento económico do movimento cooperativo e para o crescimento da propriedade social.

Trabalhadores

FUNÇÃO PÚBLICA

Após semana de luta Governo marca reunião

Embora não esteja afastada a proposta de greve, os sindicatos representativos dos trabalhadores da Função Pública conseguiram quinta-feira passada, último dia da semana de luta promovida em Lisboa, que o Governo marcasse uma reunião de negociações para o próximo dia 25, dada proposta pelos sindicatos.

Os trabalhadores da Função Pública reclamam do Governo a actualização salarial de 12 por cento em 1990; o descongelamento dos escalões; revalorização das carreiras; redução dos horários de trabalho; e estatuto de aposentação sem perda de regalias.

Continua, no entanto, a assembleia-geral extraor-

dinária (11 a 18 do corrente), na qual a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores «pede aos sócios mandato para decretar novas formas de luta — inclusive a greve — caso o Governo apresente posições inaceitáveis quanto à proposta reivindicativa/90».

Em luta mantém-se também o Stal e os trabalhadores que representa. Este Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local decidiu convocar, por motivos idênticos aos seus congéneres da Função Pública, «**uma jornada de greve geral nacional**» para a 2ª quinzena de Maio.

Assuntos relacionados com a contratação colectiva, designadamente a falta de diálogo da parte patronal,

continuam a levantar protestos sindicais no que respeita aos super e hipermercados do distrito de Setúbal, nos consultórios médicos, laboratórios, fisiatras e centros de diálise (o Ministério da Saúde não publica uma portaria de extensão: os trabalhadores estão sem aumentos salariais há cinco anos).

A Federação das Comunicações e Telecomunicações referia, entretanto, que os trabalhadores dos CTT, recentemente em greve, podem voltar à luta por reajustamentos salariais de 10 por cento e outras reivindicações relacionadas com a contratação colectiva e com o protesto sindical contra o projecto de demantelamento dos CTT.

Ambiente

Protesto da CGTP

A direcção da CGTP, reunida a semana passada para «fazer o balanço das acções do 1.º de Maio e concretizar as acções a desenvolver proximamente», protestou em comunicado à imprensa contra o afastamento dos sindicatos da Conferência Europeia sobre Ambiente, efectuada em Bergen, na Noruega, entre 8 e 16 do corrente. Numa nota do seu departamento de informação (DIF), a comissão executiva da CGTP-IN acusa o Governo português de não incluir na delegação que enviou a Bergen «representantes do Movimento Sindical».

Jorge Sampaio na sede da CGTP

O secretário-geral do PS e presidente da Câmara Muni-

cipal de Lisboa fez parte da delegação do seu partido que em 11 do corrente se deslocou à sede da CGTP para debater com os dirigentes da Central «questões que se ligam com o aprofundamento da integração europeia, nomeadamente as que se referem à orientação a imprimir à revisão dos tratados da CEE, tendo em vista a realização da União Económica e Monetária e a grande reforma das instituições, conducente à União Política Europeia».

O encontro foi solicitado em carta do PS, que acabámos de citar de acordo com informação do DIF. Este departamento da CGTP-IN acrescenta que a referida reunião se insere «num vasto programa de contactos, tendo por objectivo a realização de uma Conferência Nacional Interinstitucional em que seja debatido o futuro de Portugal na Europa do futuro» (citando a carta do PS).

agendou um debate sobre saúde para 2 de Junho e, para 20 do mesmo mês, um fórum acerca do anteprojecto de lei de bases sobre segurança, saúde e ambiente no trabalho.

A mesma direcção anunciou também a realização de um debate, em finais deste mês (Maio), sobre o trabalho nocturno das mulheres.

Quanto às declarações do Primeiro-Ministro, entretanto proferidas acerca da legislação sobre eleições, a comissão executiva da CGTP-IN concluiu, segundo o DIF, que «a proposta de lei eleitoral apresentada pelo Governo constitui uma tentativa de subverter o princípio da proporcionalidade que, a concretizar-se, será preocupante para a democracia em Portugal».

Nova direcção da USL

Ao manifestar o seu apoio às lutas em curso, o conselho distrital da União dos Sindicatos de Lisboa, estrutura intermédia da CGTP, anunciou recentemente a eleição, ou melhor, a reeleição do seu coordenador, Florival Lança. Na mesma reunião do conselho distrital foi eleita a comissão permanente e a comissão executiva. Esta última viu renovado um terço dos seus componentes e alargada a sua composição unitária.

Saudação

A direcção (comissão executiva do conselho nacional) da CGTP verificou haver «sobejas razões para saudar os trabalhadores portugueses» pela sua participação em massa nas comemorações do Dia Mundial do Trabalhador. Na sua reunião de 7 do corrente, a CE decidiu marcar para 24 de Maio em curso, em local a designar, um **Plenário de Sindicatos**,

Finanças contra a Ivima

O plenário dos trabalhadores da Ivima revelou sexta-feira passada que o Ministério das Finanças pode consumir a «trágica perspectiva» de colocar a empresa à beira do encerramento, «ficando em sério risco 600 postos de trabalho e a subsistência de 1500 pessoas deles dependentes».

O plenário refere-se àquele Ministério como um dos credores da Ivima que interpôs recurso junto do Ministério Público no sentido de uma pretendida «salvaguarda dos interesses da Fazenda Pública».

Os trabalhadores da Ivima acusam o Ministério das Finanças de não reconhecer os

instrumentos legais que presidem à gestão da empresa (decretos-leis 177/86 e 10/90).

Segundo o plenário, que veio a público sexta-feira com uma curta nota sobre o caso, tanto o Ministério como as outras entidades credoras, deveriam ter tomado as posições que entendessem durante o processo judicial, «incluindo a decisória assembleia de credores».

O plenário da Ivima decidiu dirigir uma comunicação sobre o caso ao Procurador-Geral da República e ao Ministério das Finanças, lê-se ainda na nota à imprensa de 11 do corrente, emitida por aquela organização de trabalhadores.

Provável luta na EDP

As organizações de trabalhadores que constituem a comissão de defesa da EDP marcaram para ontem uma conferência de imprensa onde, como se previa em 14 do corrente, podem ser anunciadas «formas de luta».

O encontro com os jornalistas destinou-se, segundo nota do SIESI (Sindicato), emitida na passada segunda-feira, «a divulgar os resultados do plenário nacional de

representantes dos trabalhadores da EDP», efectuado nesse dia.

Segundo aquela comissão de defesa, estão em causa postos de trabalho e direitos dos trabalhadores.

A referida comissão é composta pela CT/EDP, a CIS/EDP (CGTP-IN) e a COS/ID (UGT), lembra o SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas), filiado na CGTP.

Professores com lugares suspensos

As organizações sindicais de professores, designadamente o SPGL (Grande Lisboa) têm efectuado nos últimos dias várias diligências e alguma movimentação para solucionar os problemas levantados ao professorado com lugares suspensos; para resolver a «grave situação» em que se encontra o grupo de docentes da Universidade Aberta; e ainda para conseguir o acesso ao vínculo por parte dos professores e educadores contratados a prazo.

Segundo a direcção do SPGL «a manutenção de docentes necessários ao sistema educativo na situação de contratados a prazo é lesiva, quer da eficácia do ensino e da implementação das necessárias reformas com vista à promoção do sucesso educativo, quer da dignidade pro-

fissional daqueles em cuja formação o próprio Estado investiu».

Entretanto, o secretariado nacional da Fenprof (Federação sindical) afirmava que existe «um evidente jogo do empurra» quanto à Universidade Aberta entre o Ministério da Educação e aquela instituição universitária. O ME escuda-se na autonomia universitária para obrigar os professores em formação a pagar quantias elevadas, quando a situação exigiria outra atitude do Ministério. A Fenprof, que já analisou o que se passa com os interessados e com o Ministério, não afasta a adopção de formas de luta, caso se verifique, nesse como em outros casos, o arastar de situações que o diálogo e a negociação não conseguem resolver.

Jornadas pedagógicas

Anunciadas com «um programa, que tenta dar corpo à descentralização e à aproximação cada vez maior do SPGL aos professores e vice-versa», o secretariado distrital de Santarém do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa organiza pela quarta vez as suas jornadas pedagógicas. O respectivo programa, de que constam várias iniciativas, procura, segundo o secretariado distrital, «dar resposta às necessidades de formação contínua e actualização permanente dos professores, abrangendo todos os sectores do ensino».

Entretanto, o Sindicato dos Professores da Região Centro, com sede em Coimbra, anunciava encontros com os jornalistas nos diversos distritos da sua área, nos dias 15,

17, 21, 22 e 24 do corrente. Proximamente, haverá eleições para os corpos gerentes daquela organização sindical.

Ameaça agravar-se o conflito na CP

O conselho nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP) endereçou pela segunda vez, em 8 do corrente, uma carta ao novo ministro dos Transportes, pedindo uma audiência urgente. Se acontecer como da primeira vez — ausência de resposta e até de recepção da carta — aquela Federação anuncia medidas a tomar em plenário de trabalhadores, devido à gravidade atingida pelo conflito na CP, que a tomada de posse do novo ministro, Ferreira do Amaral, em nada minorou, piorando, pelo contrário, a já prolongada ausência de diálogo —

atitude privilegiada pelo seu antecessor, o ministro Oliveira Martins.

Recorde-se, entretanto, que os maquinistas mantinham ainda recentemente a perspectiva de greve geral, em substituição das paralisações por turnos que têm afectado seriamente a normal laboração da empresa e os serviços que deveriam ser prestados aos utentes.

Anunciada paralisação na Autosil

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIE-



VSEVOLOD KNIGJINSKI

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL

300 páginas — 750\$00

AVANTE! Duas palavras sobre as greves dos maquinistas e a «caótica situação que se vive na CP»

O Executivo da Comissão Distrital de Aveiro do PCP divulgou recentemente um breve comentário sobre os efeitos da greve dos maquinistas da CP, alertando, nomeadamente, para as responsabilidades do Governo nesta matéria. Têm a palavra os comunistas de Aveiro.

A luta dos maquinistas tem sido aproveitada para denegrir quer as empresas públicas, quer os direitos fundamentais. Pelo descontentamento que esta luta provoca nos utentes do distrito e pelos enormes prejuízos materiais e psicológicos que causa, não podemos ser indiferentes à falta de diálogo manifestada pelo Conselho de Gerência da CP e do Governo, numa clara falta de vontade de resolução do conflito.

Igualmente não podemos ignorar a responsabilidade destas duas entidades pela péssima qualidade dos serviços prestados pela CP aos utentes, mesmo em situações normais de ausência de greve.

- Comboios diariamente atrasados e frequentemente avariados;
- Passageiros a viajar de pé por insuficiência de carruagens;
- Redução excessiva de comboios aos fins-de-semana;
- Deficiente serviço de informação;
- Passageiros à chuva e ao frio, por falta de abrigo, até nas estações onde se gastaram milhares de contos em obras.

Unir esforços

Tendo o transporte ferroviário carácter social, porque existe para servir as populações com dignidade e eficiência,

convenhamos que deixa muito a desejar nessa sua função.

Muitos são os motivos de descontentamento em relação à CP que abrangem trabalhadores e utentes.

A prolongada greve que vem sendo efectuada pelos maquinistas da CP, sendo globalmente justa nos seus objectivos, é impopular pelos prejuízos que causa.

É importante e urgente superar esta contradição. É necessário procurar formas de luta que permitam a convergência de trabalhadores e utentes pela resolução de reivindicações comuns, pois a todos interessa uma rede de transportes ferroviários, moderna e eficiente.

O Executivo da CDA do PCP, considera importante unir esforços contra os verdadeiros responsáveis da caótica situação que se vive na CP — o Governo PSD/Cavaco Silva — cujos ministros usufruíram de aumentos de

56%, mas que negam aos trabalhadores o direito a uma vida digna.

Ao Governo e ao Conselho de Gerência da CP, serve este descontentamento dos utentes contra os maquinistas porque ajuda a encobrir a política de degradação social protagonizada pelo Governo, que abrange vários sectores da vida nacional e que é a negação da tão falada política de desenvolvimento. Política que, no caso, regateia as justas reivindicações dos trabalhadores e a dignificação dos transportes ferroviários mas que enche os bolsos aos operadores privados dos chamados «alternativos».

É necessário estar alerta e unir esforços para exigir o diálogo com vista à resolução urgente do conflito e uma política diferente e democrática, que respeite os verdadeiros interesses e as necessidades das populações, conclui o Executivo da Distrital de Aveiro do PCP.

Plenário da DORAL Região Administrativa do Algarve — uma necessidade urgente

Em relação à situação política e social, o plenário da Direcção Regional do Algarve (DORAL) do PCP, reunido recentemente, de acordo com análises já efectuadas, chama de novo a atenção para o brutal agravamento das condições de vida no Algarve, para o aumento da conflitualidade social que se verifica, para fenómenos de insegurança e criminalidade que estão a crescer na região, para a recessão que se verifica na construção civil e para os sintomas de crise no turismo, factores que não podem dissociar-se do carácter e objectivos da política empreendida pelo PSD.

O brutal agravamento das condições de vida que está a atingir a esmagadora maioria da população trabalhadora afecta também, como reflexo, importantes áreas tradicionais do sector comercial, provocando nestes um justificado sentimento de apreensão

quanto ao futuro, refere a DORAL do PCP.

A conflitualidade social tem vindo a aumentar de forma significativa como inevitável e justa resposta dos trabalhadores à ofensiva do patronato para retirar regalias sociais, para fomentar a instabilidade

e insegurança nos postos de trabalho, pelo aumento do número daqueles que se encontram com salários, em atraso, ou ainda como recurso a medidas do Governo que, como é exemplo à pesca artesanal, tendem a obstaculizar o desenvolvimento deste importante sector da actividade pesqueira no Algarve, sublinha a DORAL do PCP, acrescenta: «Fenómenos de criminalidade e insegurança tendem, embora ainda de forma localizada, a progredir na região, expressão igualmente indissociável da degradação das condições de vida que se verifica e dos valores que são impostos à sociedade, nomeadamente à juventude.»

Mais adiante, os comunistas algarvios referem:

«A recessão que se observa em importantes sectores da construção civil ligados à actividade do imobiliário-turístico, produto da anarquia em que este sector vem desenvolvendo a sua actividade na região, pronuncia uma crise que, a verificar-se em extensão acarretaria enormes custos sociais, atingindo particularmente elevado número de trabalhadores do sector.»

O plenário da DORAL do PCP reafirma mais uma vez a disponibilidade dos seus eleitos e de outros democratas no quadro da CDU para, conjuntamente com outras forças e sectores apreciar, discutir e empreender linhas de acção conjuntas, visando dar justo combate à linha centralizadora do poder central.

Sendo necessário um Plano Regional de Ordenamento do Território, tal instrumento não pode ser feito sem as autarquias nem desenvolvendo contra a sua vontade e participação. Plano que, para além de mais, terá que contemplar uma filosofia clara do desenvolvimento, combatendo as fortes assimetrias e distorções que desde há muito se verificam na região.

A luta contra esta linha política do Governo PSD/Cavaco Silva só terá êxito se travada em conjunto e em torno da defesa global das características e poderes que estão conferidos ao Poder Local, isto é preservando e defendendo todas as suas competências e campos de acção e caminhando rapidamente na criação da Região Administrativa do Algarve, conclui a DORAL.

«Na procura das melhores soluções»

Debate aberto e franco no distrito de C. Branco

«A fase preparatória do XIII Congresso (Ext.) do PCP no distrito de Castelo Branco desenvolveu-se de forma satisfatória e empenhada por parte do colectivo partidário», considera a Comissão Distrital do PCP em breve apontamento que fez chegar aos jornalistas.

O debate franco e aberto na procura de melhores soluções para o funcionamento interno e reforço da organização do Partido, tem sido a característica de todas as assembleias, reuniões e plenários realizados, sublinha aquele organismo de direcção do PCP no distrito beirão.

A situação internacional, a identidade e funcionamento interno do Partido, têm merecido

a atenção, a análise e os contributos dos militantes do PCP no distrito, sendo de realçar a vontade firme e inequívoca de confirmar o PCP como um partido para o nosso tempo, orientado pelos princípios marxistas-leninistas, refere ainda a Distrital de Castelo Branco, que acrescenta:

«Assinale-se que em algumas das iniciativas têm partici-

pado democratas independentes, que eram opiniões, representando muitas delas valiosos contributos para a melhoria do conteúdo e da forma das Teses em discussão.

«O processo de eleição dos delegados confirma o carácter profundamente democrático do PCP, já que, tal como determina o Regulamento para a preparação do Congresso, todo e qualquer militante pôde apresentar as propostas que bem entendeu, votadas pelo método que a Assembleia decide, em igualdade de condições e de oportunidade com as propostas dos organismos de direcção.»



As responsabilidades do Governo na situação que se vive na CP são tema saliente deste comentário da Distrital de Aveiro do PCP

ÁLVARO CUNHAL em Baleizão

Homenagem a CATARINA EUFÉMIA Sábado 26 de Maio/90-15 h.

A Comissão Distrital de Beja do PCP convida todos os seus militantes e a população do distrito a estar presentes.

Homenagear Catarina é estar com o PCP na luta!

PELO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DO DISTRITO DE BEJA POR UMA DEMOCRACIA AVANÇADA NO LIMAR DO SÉCULO XXI.

Beja, 1990
Comissão Distrital de Beja do Partido Comunista Português



Deputados na Marinha Grande Em defesa do desenvolvimento

Na sequência de um convite da Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP, os deputados comunistas Jerónimo de Sousa e Lino de Carvalho, membros do secretariado do Grupo Parlamentar e do Comité Central do Partido Comunista Português, acompanhados de António Orcinha, membro da Comissão Política do Partido, Saul Fragata e José Augusto Esteves, igualmente membros do Comité Central, visitaram o concelho da Marinha Grande para tomarem contacto directo com a região e designadamente com a situação da indústria de limas e da cristalaria. No âmbito desta recente deslocação foram visitadas as empresas Tomé Feteira, Ivma e Manuel Pereira Roldão, onde após a passagem pelas instalações fabris se realizaram reuniões com as organizações dos trabalhadores e as administrações. Igualmente foi realizado um encontro com dirigentes sindicais do distrito, tendo a visita culminado na Câmara Municipal da Marinha Grande, onde foram recebidos pelo respectivo Executivo e representantes das Juntas de Freguesia do concelho.

Da visita efectuada verifica-se, ao contrário do que o Governo tem propagandeado, uma preocupante situação nas indústrias visitadas, apesar dos esforços desenvolvidos pelos vários agentes locais e pelos trabalhadores em particular. Todas elas têm um forte serviço de dívidas que se acumulou ao longo de

anos, que constitui hoje um autêntico garrote financeiro e um forte travão ao seu desenvolvimento. Todas têm, igualmente, salários em atraso, presentes ou consequentes de situação passada. Consta-se que tanto o sector das limas como de cristalaria têm inegável viabilidade e potencialidades de cresci-

mento, particularmente no mercado externo, factor essencial para o desenvolvimento do concelho e da região e para a defesa do emprego e de condições de vida de milhares de trabalhadores e suas famílias.

Neste sentido é entendido o Partido Comunista Português que se impõem medidas urgentes de apoio do Governo visando o saneamento financeiro, a reestruturação e relançamento dos sectores em causa.

Em consequência, o Grupo Parlamentar vai de imediato interpelar o Governo no sentido de reclamar medidas de desbloqueamento dos projectos de viabilização financeira e reestruturação tecnológica.

Mais de 2000 com salários em atraso

Do encontro com dirigentes sindicais do distrito constata-se, por sua vez, a crescente tendência para a insta-

bilidade do emprego bem patente no facto de cerca de 55% dos trabalhadores por conta de outrem no distrito estarem sob o regime de vínculo precário, havendo mais de dois mil trabalhadores com salário em atraso.

Preocupante é também a situação de discriminação salarial e profissional a que os representantes eleitos dos trabalhadores estão sujeitos em diversas empresas.

Igualmente quanto a esta questão a bancada comunista em São Bento tem agendado para o dia 12 de Junho, por sua iniciativa, um projecto de lei de combate às discriminações dos representantes eleitos dos trabalhadores que, a ser aprovado, porá termo a situações desta natureza.

Na visita à Câmara Municipal, o Executivo e os representantes das Juntas informaram da situação que se vive em todo o concelho, verificando-se um grande esforço e uma acentuada dinâmica para o seu desenvolvimento.

A necessidade do Governo apoiar esforços que estão a ser desenvolvidos para assegurar o futuro da Marinha Grande (criação de duas zonas industriais, turismo, infra-estruturas educativas — extensão do Ensino Politécnico e cursos adequados à economia do concelho, infra-estruturas desportivas, etc.) foi ponto saliente do encontro com os eleitos do Poder Local.

A necessidade de concretização das vias de comunicação projectadas como o IC 9, cuja construção não está garantida, foi outra das preocupações expostas.

O Grupo Parlamentar do PCP irá inserir estas preocupações na interpeção que brevemente fará sobre política geral, centrada sobre as questões das dificuldades sociais e regionais. Igualmente na AR, irá requerer ao Governo esclarecimentos sobre o futuro do IC 9 e apresentar um projecto de lei para a criação do Museu do Vidro na Marinha Grande, velha aspiração.

Aterros de resíduos tóxicos O secretismo do Governo Cavaco

Com o objectivo de analisar a situação no sul do distrito de Setúbal face à pretensão do Governo em instalar unidades de incineração e aterros de resíduos tóxicos e perigosos, nesta zona, reuniram em Grândola membros do PCP dos executivos das Comissões Concelhias e eleitos nas Câmaras e Assembleias Municipais, incluindo independentes da CDU, dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

Reconhecendo a necessidade imperiosa de tratar os resíduos industriais, particularmente os tóxicos e perigosos e denunciando a inércia e conivência dos sucessivos governos do PSD e do PS que, protegendo o lucro fácil contra os interesses e a vida do povo, nunca obrigaram a tratar e cuidar na origem os resíduos que as fábricas produzem, os participantes naquele encontro decidiram:

1. Recusar qualquer tentativa de imposição da instalação das referidas unidades, exigindo que o Governo informe cabalmente as populações e as autarquias, as ausculte e respeite a sua vontade;

2. Manifestar a sua oposição à instalação daquelas unidades nas proximidades de áreas de reservas natural, paisagem protegida ou de especial vocação turística, como é o caso desta zona do litoral alentejano;

3. Denunciar o secretismo com que o Governo PSD/Cavaco Silva vem, há muito tempo, conduzindo este processo, da sua inteira e exclusiva responsabilidade;

4. Defender que os órgãos autárquicos promovam as formas de esclarecimento e audição das populações, incluindo debates e sondagens de opinião que considerem adequadas à sua realidade local, apoiar as iniciativas concretas já tomadas pelos eleitos das autarquias e intensificá-las;

5. Reafirmar a inabalável disposição dos organismos e militantes do PCP e dos independentes seus aliados na CDU, em particular dos eleitos nas autarquias de, nesta como noutras matérias, assegurarem a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e do povo, da segurança e qualidade de vida das populações.

Executivo da DORS comenta

Situação dos rendeiros e isenções de impostos municipais

Analisando a situação social no distrito, o Executivo da DORS do PCP considerou de particular importância os graves problemas que afectam actualmente os agricultores-rendeiros do distrito, vítimas do livre arbítrio do Governo do PSD que, há anos atrás, lhes distribuiu terras nacionalizadas, desencadeando agora uma ofensiva legislativa para lhes retirar, estando nesta situação um elevado número de agricultores-rendeiros dos concelhos de Alcácer do Sal e Santiago do Cacém.

O Executivo da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP, recentemente reunido, encara com preocupação a cobertura dada pelos serviços do MAP aos agrários, permitindo aumentos exorbitantes de rendas, muito acima do estipulado nas tabelas em vigor.

O Executivo da DORS solidariza-se com os agricultores-rendeiros do distrito de Setúbal, na acção que desenvolvem para contrariar os intentos do Governo e para que, no nosso distrito, continuem a desem-

penhar o papel que lhes compete como agentes de desenvolvimento.

Sobre a recente decisão governamental de estabelecer isenções de impostos municipais, sem se conhecer as correspondentes compensações em termos de Orçamento de Estado, o Executivo da DORS considera que o Governo está a «fazer obra» à custa das autarquias, desfalmando as Câmaras do distrito de verbas significativas, impedindo-as de responderem com eficácia aos problemas das populações.

Nota do gabinete de Imprensa do PCP

Destruição completa da Reforma Agrária nos planos do Governo

1. Confirmando a prevenção contida na nota do Executivo da Comissão Política do PCP, datada de 2 de Abril de 1990, o Conselho de Ministros anunciou a aprovação de uma nova proposta de lei a submeter à Assembleia da República que, a pretexto da revisão constitucional, visa a liquidação completa da Reforma Agrária e a privatização de toda a terra expropriada e nacionalizada.

2. Depois de laboriosas negociações com a organização dos grandes proprietários rurais, o Governo propõe-se, não só retirar aos trabalhadores das cooperativas agríco-

las as terras que estes ainda exploram, como criar novas situações de instabilidade para os pequenos agricultores a quem governos anteriores, demagogicamente, entregaram parcelas de terra.

3. As consequências da política do Governo para a região, estão patentes: a mais alta taxa de desemprego do País, mais de 60 por cento da superfície agrícola de novo submetida ao regime de absentismo, tendência acelerada para a desertificação da região, enfraquecimento das condições de inserção da agricultura portuguesa na Comunidade. Estes

são alguns dos efeitos da política de reconstrução da estrutura de propriedade latifundiária.

4. O PCP confirma a sua solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária e para com os pequenos agricultores e reafirma que os deputados do PCP na Assembleia da República tomarão todas as iniciativas que visem impedir a concretização deste novo passo para a destruição das transformações progressistas realizadas no Portugal de Abril.

11.5.90
O Gabinete de Imprensa do PCP

FAIAL Nova Comissão de Ilha em actividade

Na primeira reunião efectuada após ter sido eleita em recente assembleia, a Comissão de Ilha do Faial do PCP analisou e debateu diversas questões políticas e organizativas, sobre as quais tomou importantes decisões.

Os comunistas faialenses congratulam-se pela forma dinâmica, democrática e aberta como decorreu nesta ilha e em toda a Região a preparação do XIII Congresso (Ext) do PCP, formulando votos para que o Congresso corresponda ao que dele esperam os militantes do Partido e, de uma maneira geral, os

seus simpatizantes e eleitores.

A Comissão de Ilha do Faial formula, ainda, votos de bom trabalho aos delegados eleitos por esta ilha e a toda a delegação açoriana ao XIII Congresso (Ext.).

«A aprovação, em sessão da Assembleia Municipal da Horta, de uma proposta da CDU segundo a qual a Assembleia recomenda à Câmara Municipal que seja posta, com a dignidade devida, a designação de «Avenida 25 de Abril» à avenida marginal da nossa cidade», é assunto destacado pelos co-

munistas do Faial, que, entretanto manifestam total solidariedade da Comissão da Ilha do PCP aos trabalhadores dos CTT, hospitais e centros de saúde, em luta contra as prepotências dos Governos nacional e regional do PSD, e pela satisfação das suas justas reivindicações.

A proposta de encontros com as direcções locais do PS, CDS e PSD, para apresentação de cumprimentos da nova Comissão de Ilha do PCP, «no momento em que esta inicia as suas funções», foi outra das decisões tomadas.

União Política e UEM

Duas faces da mesma moeda?

Delegações da Comissão, do Conselho e do Parlamento Europeu estão hoje reunidas em Estrasburgo para preparar a conferência intergovernamental sobre a União Económica e Monetária (UEM), agendada para Dezembro próximo e decidir sobre a eventual realização, em simultâneo, de uma conferência intergovernamental sobre a União Política (UP). Duas questões que têm vindo a mobilizar as atenções das principais forças políticas, económicas e sociais dos países membros da Comunidade, quer pelas suas implicações a médio prazo quer pelas inevitáveis consequências no futuro da Europa.

A conferência interinstitucional a decorrer em Estrasburgo, em ambiente de grande secretismo, foi convocada pelo Parlamento Europeu que parece apostado em ver reforçado o seu papel político no seio da Comunidade. Na «mesa» desta conferência estão duas teses distintas:

- uma, do PE, defendendo a realização de uma única conferência intergovernamental sobre a UEM e a UP, com o argumento de que a criação da união económica e monetária é uma decisão essencialmente política, pelo que deve ser parte de um projecto global que venha redefinir os objectivos e competências a nível comunitário;

- outra, do Conselho de Ministros, a favor da realização de duas conferências intergovernamentais, em separado, sobre aquelas matérias, independentemente dos seus objectivos deverem entrar simultaneamente em vigor. O principal argumento é o de que a união política tem implicações mais profundas e levanta problemas onde se torna mais difícil o consenso, pelo que a união económica e monetária não deve ser atrasada ou posta em causa por isso.

Seja qual for a solução que venha a ser adoptada, tudo parece apontar para um novo salto qualitativo a nível comunitário, cujas consequências estão longe de estar definidas. Pelo menos em Portugal, onde o Governo de Cavaco Silva continua a funcionar como se tivesse sido ele, Governo, a aderir às comunidades e não o país. Ou seja, sem trazer para o debate público questões de interesse nacional. E isto apesar de nas negociações em curso os países pequenos como Portugal estarem nitidamente em desvantagem face aos grandes parceiros comunitários, tendência que se vem acentuando desde que as votações por maioria substituíram as decisões por unanimidade e o direito de veto foi abolido.

Vale a pena referir, a propósito, que na reunião à porta fechada hoje a decorrer em Estrasburgo Portugal está representado apenas por um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não havendo na delegação do Parlamento Europeu nenhum eurodeputado português.

Muitas questões poucas respostas

Após a reunião que levou a Dublin, no final do mês pas-

sado, os chefes de Estado e de Governo da Comunidade Europeia, os dados foram lançados. De acordo com o documento final, ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze receberam a incumbência de elaborarem «propostas para debate no próximo Conselho Europeu de Junho, com vista à tomada de uma decisão quanto à realização de uma segunda conferência intergovernamental, cujos trabalhos seriam paralelos aos da conferência sobre a União Económica e Monetária»; para tal deveriam proceder a «uma análise circunstanciada da necessidade de eventuais alterações ao(s) Tratado(s), destinadas a consolidar a legitimidade da união, para permitir à Comunidade e às suas instituições responder com eficiência e eficácia às solicitações da nova situação e assegurar a unidade e a coerência da acção comunitária internacional».

O objectivo do Conselho é claro: garantir que tudo estará preparado para que a ratificação dos tratados venha a ocorrer «antes do final de 1992», ou seja, até à entrada em vigor do mercado único de 1993.

Só que as questões em aberto não são de fácil resolução. Para além das conhecidas resistências da Inglaterra à UEM e da hostilidade declarada à união política, continuam por resolver, em relação à primeira problemas como o enquadramento e disciplina impostas às políticas orçamentais nacionais, a adopção ou não de sanções aos Estados-membros cujos défices ultrapassem os limites fixados, a adopção de uma moeda comum...

A propósito, cabe lembrar as críticas de Jacques Delors, no início de Abril, à posição da RFA, acusando-a de pouco entusiasmo face ao desenvolvimento do papel do ecu como moeda de reserva do futuro sistema europeu de banco central antes da sua adopção como moeda comum. Segundo Delors «haverá uma moeda comum na condição de que não seja nenhuma das moedas da CEE», pelo que as veladas pretensões do marco arriscam tornar-se «um problema altamente político».

De então para cá, aparentemente, a posição alemã mudou. Na cimeira de Dublin, o presidente francês, Mitterrand e o chanceler da RFA, Kohl apresentaram uma proposta comum sobre a união política a par da união económica e monetária. Dir-se-ia que uma série de etapas foram queimadas no in-

tervalo das duas reuniões de Dublin, apesar de então como agora se desconhecer o modelo que teria a tal união política. O que naturalmente levanta dúvidas e interrogações, já que, se no caso da UEM, se levantam problemas de soberania, outro tanto sucede, e com maior incidência, com a união política.

Cavaco Silva foi cauteloso na posição assumida na Cimeira de Dublin, afirmando que «para dar um novo salto qualitativo no processo de integração europeia é necessário que estejam bem claros os objectivos a atingir». Na ocasião, reafirmou a decisão de abrir um debate nacional sobre a questão, que preferiu classificar de «dimensão política de união europeia».

Mas acontece que o tempo passou, a reunião interinstitucional está a decorrer em Estrasburgo, o próximo Conselho Europeu está à porta e em Portugal o assunto continua no segredo dos gabinetes do executivo. Com este ritmo, o tal «debate nacional» arrisca a não passar de uma farsa para entreter os meses de verão, e antes que os portugueses se dêem conta chega-se a Dezembro com uma enorme surpresa do Pai Natal europeu.

PCP exige debate nacional

As principais forças políticas da oposição, designadamente o PS e o PCP, estão conscientes da gravidade da situação. Ainda recentemente o secretário-geral do PS, Jorge Sampaio, reuniu com representantes da direcção da CGTP-IN para debater esta questão. Por seu turno, o PCP, nas teses ao XIII Congresso (extraordinário), chama a atenção para o facto da realização do mercado único tender a acentuar as dependências e a subalternizar as economias mais débeis, considerando que tal tendência será agravada com o projecto da União Económica e Monetária que, determinada pelos dogmas do neoliberalismo e da desregulação, implicará perdas de soberania e de decisão dos Estados membros.

Na análise sobre a matéria, alerta-se para o aumento previsível do domínio das transnacionais sobre as economias nacionais, um acréscimo da preponderância da RFA na CEE e a subalternização cada vez maior da «coesão económica», da «coesão social» e do desenvolvimento na sua dimensão social aos interesses do capital financeiro e especulativo.

Num momento de profundas alterações no panorama político europeu, a defesa dos interesses nacionais exige cada vez mais a desgovernamentalização das questões da integração, o empenhamento de todos os órgãos de soberania e dos parceiros sociais, de forma democrática e participada, na definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento no âmbito comunitário

e europeu; em causa está a necessidade de garantir uma mais justa divisão internacional do trabalho, o reforço do potencial económico, financeiro e tecnológico de todas e de cada uma das economias nacionais dos países da comunidade e a sua conver-

gência real por forma a conseguir a elevação do nível de vida das populações e as condições de vida na Europa.

Trata-se, naturalmente, de tarefas de crucial importância que não podem nem devem ficar apenas à mercê da vontade do Governo. Por

isso o PCP defende que a posição a tomar face à União Económica e Monetária e à União Política deve ser precedida de «um amplo debate nacional com vista à defesa dos interesses nacionais, da soberania e da independência do país».

Kutlu e Sargin convidados a visitar o Parlamento Europeu

O grupo Coligação de Esquerda, em que se inserem os deputados do PCP no Parlamento Europeu, convidou o presidente e o secretário-geral do Partido Comunista Turco da Turquia, Haydar Kutlu e Nihat Sargin a visitarem a sede do PE em Estrasburgo.

O convite foi feito logo que se tornou conhecida a libertação dos dois dirigentes comunistas turcos e tem como objectivo não só expressar a solidariedade das forças integrantes da Coligação de Esquerda à luta pela democracia na Turquia, mas também permitir a Kutlu e a Sargin dar a conhecer aos eurodeputados as condições em que estiveram presos e quais as perspectivas de democratização na Turquia.

Recorda-se que os dois dirigentes do PCUT foram presos em 16 de Novembro

de 1987 quando, em companhia de outros dirigentes de partidos comunistas e progressistas europeus, decidiram regressar à Turquia para contribuir para a democratização do país e lutar pela legalização do PCUT. Presos durante dois anos e meio na prisão de Ankara, Kutlu e Sargin resistiram à tortura, às penosas condições da prisão e ainda à greve de fome que se impuseram na luta pela libertação.

Como se afirma no convite do grupo Coligação de Es-

querda, «a luta dos dois dirigentes do PCUT, perseguidos por delito de opinião, é um símbolo da própria luta do povo turco pela liberdade de opinião, de expressão, pelo direito de criação de qualquer formação política e social».

Na mesma ocasião, o grupo Coligação de Esquerda reafirmou a sua solidariedade para com todos os democratas turcos e a sua luta pela abolição dos artigos 141, 142 e 163 do Código penal turco, bem como pela supressão de todos os obstáculos ao processo de democratização da Turquia e pelo reconhecimento efectivo por parte das autoridades turcas dos princípios fundamentais dos direitos humanos.

Nacional

Governo asfixia autarquias locais

Em conferência de Imprensa ontem realizada na Soeiro Pereira Gomes com a presença de cinco presidentes comunistas de Câmaras Municipais — concretamente **Pedro Canário**, do Barreiro, **Daniel Branco**, de Vila Franca de Xira, **Abílio Fernandes**, de Évora, **Fernando Cruz**, de Montemor-o-Novo e **Eufázio Filipe**, do Seixal — o PCP apresentou uma declaração sobre as isenções de pagamento de sisa e contribuição autárquica agora decretadas pelo Governo, que «atingem em cheio a situação financeira das autarquias, em

especial dos grandes municípios urbanos», pois estes deixam assim de dispor dessas verbas enquanto o Governo continua a escusar-se a cumprir a Lei das Finanças Locais, à luz da qual deverá reembolsar os municípios através do Orçamento de Estado, das verbas que dixam de receber por via destas isenções. Outra questão denunciada foi «a aplicação e gestão governamentalizadas e incorrectas dos fundos comunitários» que estão a provocar «grandes distorções orçamentais e difíceis situações finan-

ceiras em muitos municípios», enquanto o Governo «não está a cumprir as normas comunitárias (em vigor para as intervenções operacionais) quanto aos adiantamentos dos pagamentos das comparticipações», considerando o PCP «esta política do Governo como de autêntica asfixia financeira dos municípios do Poder Local Democrático e do interesse das populações», apelando por isso a todos os eleitos nas autarquias para que reforcem a sua unidade e intensifiquem a luta» pelas suas reivindicações.

Câmara do Montijo sofre boicote

Os eleitos do PS e do PSD na Assembleia Municipal do Montijo inviabilizaram a adopção de medidas de saneamento financeiro da Câmara, propostas pela CDU. Segundo um comunicado divulgado pelo secretariado da Comissão concelhia do Montijo do PCP, daquelas medidas dependem o normal funcionamento dos serviços, a resposta às aspirações das populações e a moralização do relacionamento com vários agentes locais, em especial os fornecedores da Câmara.

Segundo o referido comunicado, a posição dos eleitos do PS e do PSD reflecte o receio de, após o seu desastroso mandato de 1986/89, se verem agora confrontados com o trabalho, a honestidade e a competência dos eleitos do PCP e da CDU, cuja dinâmica é já visível nas iniciativas levadas a cabo nos últimos meses. Cita-se, a título de exemplo, a distribuição de pelouros a todos os eleitos para a Câmara, a jornada de luta contra o alarqa-

mento do Campo de Tiro de Alcochete, o apoio e estímulo das comemorações populares do 25 de Abril.

Firmemente dispostos a não baixar os braços, os eleitos do PCP e da CDU denunciavam a atitude do PS e do PSD como boicote à actividade do executivo e à resolução dos problemas do concelho, tanto mais grave quando coincide com a política do Governo de reduzir drasticamente a capacidade de intervenção dos municípios.

Internacional



Mais de vinte patriotas indonésios foram executados desde 1985. Hoje, o regime ameaça com mais execuções

INDONÉSIA

Repressão reforçada

• Solidariedade com Timor-Leste

Novas ameaças de execução fazem-se hoje ouvir na Indonésia, enquanto a repressão é reforçada. Tudo se passa como se o governo ditatorial de Jakarta utilizasse como reféns, na sua política anti-popular, presos políticos encarcerados há duas dezenas de anos e condenados à morte há 15. As execuções seriam assim «organizadas» em função do crescendo de descontentamento social, como macabro aviso ao movimento popular.

Desde 1985, foram executados 23 democratas indonésios. Em Fevereiro deste ano, foram mortos mais quatro. Desde 7 de Março, mais seis comunistas estão nas antecâmaras da morte. Estes condenados à morte, tal como os que entretanto foram executados, estão presos desde 1965, sob a acusação de terem participado numa «tentativa de golpe de Estado».

As recentes execuções e novas ameaças neste sentido, registam-se em paralelo com o nítido reforço do aparelho repressivo.

Já este ano, novas medidas repressivas foram decididas. O Organismo de coordenação da segurança interna (Bakorstanas), dirigido pelo Exército, foi reforçado. Em 1988, esta polícia política tinha substituído o Comando para o restabelecimento da segurança e da ordem, que nos anos 60 organizou verdadeiros pogroms contra os comunistas. Os «centros

especiais de controlo das desordens sociais», criados há mais de vinte anos, foram agora reorganizados e reforçados. Foi criado um corpo de «inspectores da estabilidade nacional». Simultaneamente foram elaborados planos para reforçar o controlo dos militares no plano de administração pública, incluindo a área dos Negócios Estrangeiros. Uma impressionante rede de estruturas repressivas.

Este esforço do aparelho de repressão, e as execuções que se têm vindo a suceder, parecem estar ligados a um aumento de acções de protesto, em particular contra a espoliação dos camponeses e o escandaloso aprofundamento de desigualdades, num país em que uma enorme parcela da população vive na miséria.

Apelos à solidariedade internacional têm atravessado entretanto as fronteiras da Indonésia. É o caso do apelo divulgado

pelo Movimento dos patriotas revolucionários (Parindo), em que se pede a «todos os Estados e todos os democratas para que se mobilizem na defesa dos direitos do homem, e organizem poderosas acções de protesto para exigir a anulação das condenações à morte e a libertação incondicional dos presos políticos». Pede-se, nomeadamente, o corte de quaisquer formas de ajuda económica ao regime de Jakarta.

Não foram muitas entretanto as respostas a este apelo. Mas a opinião pública internacional está activa. A Holanda decidiu cortar uma ajuda financeira de vários milhões de dólares a Jakarta, como forma de protesto pelas execuções já efectuadas este ano e para exprimir a sua condenação de qualquer outro assassinato «legal».

Ocidental, a violência contra os estudantes. E a violência em Timor-Leste.

Citando a Amnistia Internacional e a Cruz Vermelha Internacional, falou dos massacres havidos em Dili em 7 e 8 de Dezembro de 1975, dos corpos amarrados uns aos outros e lançados ao mar com um peso atado aos pés. Referiu os contínuos assassinatos dos opositores à integração, apesar da amnistia «oferecida» por Suharto em Agosto de 1977: em Fato Berliu, em Lospalos, em Quelicai, em Uato-Lari, em Uato-Carabau, em Viqueque, em Ossu, em Baguia, em Março e Maio de 1977, em Abril de 1979, em Setembro de 1981, em Agosto de 1983, em Abril e Maio de 1984... as deportações em massa para a ilha de Atauro, as condições sub-humanas im-



Da Indonésia para Timor-Leste

Significativa é, entretanto, a ligação que se vem a estabelecer entre a luta dos democratas indonésios contra a ditadura e a do povo maubere pelo seu direito à independência.

A questão de Timor-Leste tem vindo a ganhar crescente eco junto de alguns sectores da sociedade indonésia.

Nos recentes julgamentos de estudantes indonésios que tomaram parte activa em acções de contestação do regime ditatorial, (realizados em fins de Janeiro) apareceram destacadas referências críticas ao comportamento das autoridades indonésias em Timor-Leste.

Concretamente, um estudante do Instituto Técnico de Bandung, denunciou, em tribunal, os massacres levados a cabo em 1965-66, a pretexto de uma tentativa de «golpe comunista», os «assassinatos misteriosos» de 1983-84, o massacre de Tanjung Priok, dos assassinatos em massa na Papua

postas aos presos, a proliferação da tuberculose entre eles, o terror alimentado pela permanente ameaça dos desaparecimentos e execuções sumárias.

«É um segredo público que as instalações governamentais a nível de distrito e os quartéis locais eram utilizados para interrogar e torturar os detidos. Métodos terríveis eram prática corrente durante aqueles interrogatórios, incluindo a tortura por choques eléctricos», denunciou ainda o jovem estudante do Técnico, que concluiu a sua intervenção com uma referência ao retomar da questão de Timor-Leste no plano internacional.

«Antes da recente visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, o bispo Carlos Filipe Ximenes Belo, escreveu uma carta às Nações Unidas levantando de novo a questão da descolonização de Timor-Leste. Houve uma reacção internacional generalizada à esta carta», concluiu o estudante, no tribunal, apresentando na íntegra a referida carta.

POLÓNIA

O reverso da reforma económica

Sintomas de descontentamento popular têm vindo à superfície, em vários sectores, nestes difíceis tempos de austeridade que se vivem actualmente na Polónia. Um descontentamento que também é utilizado com propósitos demagógicos e oportunistas, como se afirma de forma particularmente evidente nas posições assumidas por Walesa, em Gdansk.

Em várias cidades polacas, milhares de estudantes do ensino superior ocuparam os estabelecimentos de ensino, como forma de protesto contra um projecto-lei que limita a gratuidade do ensino universitário no país.

O projecto em causa, em debate no Parlamento, visa o pagamento dos estudos pelos estudantes repetentes e a substituição das bolsas por créditos reembolsáveis depois de tirado o curso.

Os estudantes exigem ainda uma maior participação na escolha do reitor de cada estabelecimento de ensino.

Um outro problema particularmente sentido é o da tendência ao aumento da taxa de desemprego, que há quem admita mesmo poder englobar 10% da população activa em fins de 1990.

Actualmente, a estrutura do desemprego desdobra-se em 30 por cento de recém-licenciados, e 70 por cento de pessoas que há muito não trabalham ou que nunca exerceram uma profissão remunerada, na sua maioria domésticas, que na Polónia beneficiam de um subsídio igual ao salário mínimo nacional.

O descontentamento popular que se vem a registar na Polónia tem naturalmente a ver com a dureza de planos económicos, impostos por um lado pelo próprio estado da economia,

mas também, profundamente marcados pelas exigências do FMI, exigências a que esta organização condiciona normalmente os seus empréstimos.

Os dados sobre a actual situação da economia polaca, são contraditórios. Mas sem dúvida que o preço pago pelos trabalhadores é elevado. Basta referir que os salários, em grande parte desindexados, diminuíram em termos reais de

35% em Janeiro e de 25% em Março.

Em relação aos preços, há que registar uma impressionante quebra da inflação: 80% em Janeiro, 24% em Fevereiro, 5% em Março. O orçamento de Estado, com um pesado défice o ano passado, foi excedentário neste primeiro trimestre. Um outro dado positivo: a balança comercial registou, neste mesmo semestre, um excedente de várias centenas de milhões de dólares.

Entretanto, esta estabilização, para além dos custos sociais implícitos, está a pagar-se com uma impressionante recessão.

A produção industrial baixou de 30%, 40% no têxtil. Com as

inevitáveis consequências no plano do emprego, problema particularmente grave para os trabalhadores em geral, e nomeadamente para os jovens à procura do seu primeiro emprego.

Num recente comentário sobre a situação da economia polaca, num colóquio organizado em Paris pelo centro de estudos prospectivos e de informações internacionais e a Caixa de Depósitos, o economista polaco Jan Piotrowski sublinhava: «Todos os mecanismos foram libertados, mas não há mais intervenção reguladora da administração». Uma intervenção que, em termos sociais, muito provavelmente seria do agrado dos trabalhadores polacos.



Jovem em manifestação anti-racista

Racismo em França Túmulos profanados em Carpentras

Trinta e quatro sepulturas foram profanadas e o cadáver de um octogenário empalado, numa repugnante acção de racismo no cemitério israelita de Carpentras, no Sul de França. Já posteriormente, mais trinta e duas sepulturas foram profanadas no cemitério israelita de Clichy-sous-Bois, nos arredores de Paris, onde algumas das pedras tumulares foram cobertas de cruces suásticas. Também nestes últimos dias, em Wissembourg, na Alsácia, vinte pedras tumulares do cemitério judeu foram violadas.

Face a estas manifestações de racismo, realizaram-se manifestações de protesto um pouco por todo o país. Desfiles percorreram as ruas de várias cidades francesas, designadamente Lyon e Marselha.

Em Paris, uma manifestação silenciosa, que reuniu dezenas de milhares de pessoas, desfilou entre a praça da República e a praça da Bastilha.

As manifestações foram convocadas por movimentos anti-racistas e pelo Conselho Representativo das Instituições Judaicas, com o apoio do Partido Socialista e do Partido Comunista.

Participaram praticamente todos os partidos políticos, sindicatos e organizações sociais, com a óbvia excepção da Frente Nacional de Le Pen.

A Liga Árabe reagiu aos acontecimentos declarando a sua solidariedade sem reservas com a comunidade judaica, «com a qual partilha a sua estupefacção perante o inquietante acórdão do anti-semitismo na Europa».

Internacional

Mandela em Angola num momento histórico

Os povos da região austral do continente africano vivem hoje um momento político-histórico, porquanto «a violência, a luta armada, vão ceder o seu lugar à política pacífica», disse o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, num comício dedicado à visita de Nelson Mandela.

Depois de sublinhar que, finalmente, se tinha entrado, na região, numa era de diálogo, o chefe de Estado angolano defendeu o desmantelamento do *apartheid* e o reestabelecimento da paz, tão rápido quanto possível, na África do Sul e em toda a África Austral, apesar de não ser previsível um processo de negociações fácil.

Passar os acordos à prática

Para Nelson Mandela é questão essencial a concretização dos acordos alcançados.

Referindo-se às recentes conversações na Cidade do Cabo, Mandela afirmou: «Alcançámos um acordo global, no papel, mas os sul-africanos e todos os que estão interessados numa solução política, exigem que se passe à prática».

Para já, e para facilitar os caminhos da concretização do acordado, o ANC encara a observação de um cessar-fogo. «Estamos preparados para considerar um cessar-fogo se o governo levantar o estado de emergência, permitir o regresso dos exilados políticos, incluindo os condenados à morte». «Se o governo está preocupado com a violência, eles próprios devem desmantelar o *apartheid* e renunciar ao uso da força», comentou Mandela.

Nesta fase, uma questão que se impõe com particular premência é a da unidade. Em conferência de imprensa em Luanda, o dirigente do ANC informou de conversações que decorrem com várias formações políticas anti-*apartheid* para encontrar a unidade imprescindível.

«A unidade das diversas forças patrióticas da África do Sul é necessária para que

forcemos o governo a realizar reformas profundas», afirmou Mandela que reafirmou uma outra vez a reivindicação da instauração de «um sistema eleitoral na base de um homem/um voto».

Respondendo a perguntas sobre a actual situação Internacional e em particular no Leste europeu, Nelson Mandela afirmou a sua admiração por Gorbatchov e declarou que «o Ocidente precisa de um dirigente capaz de iniciar um processo de reformas idêntico ao que está em curso na Europa de Leste pela mão de Gorbatchov».

Em defesa do apartheid

Um dos perigos que emerge no processo político encetado na África do Sul, é a agressiva reacção da extrema-direita, que está bem longe de se limitar ao recurso a métodos políticos.

No passado fim-de-semana, numa quinta dos arredores de Joanesburgo, a extrema-direita sul-africana, organizada no movimento neonazi de Resistência Afrikaner (AWB), afirmou a sua intenção de enveredar pela «guerra santa» contra a «revolução negra».

Qualificando de traição a via de diálogo aceite pelo actual governo de Pretória, o chefe do movimento, Terreblanche, ameaçou: «O AWB e toda a direita da África do Sul está a armar-se e a preparar-se para fazer uso das armas, pois contamos proteger-nos a nós próprios».

Note-se que, segundo as estatísticas oficiais, um milhão de brancos tem em seu poder mais de 2,8 milhões de armas de fogo.

Várias organizações negras sul-africanas pediram

PCP comenta visita de De Klerk

Por motivo da viagem do presidente sul-africano ao nosso país, o gabinete de imprensa do PCP publicou uma nota que aqui divulgamos.

A viagem que Frederik De Klerk realiza a Portugal suscita as mais legítimas inquietações, pois ela é precedida de graves declarações do Primeiro-Ministro defendendo o levantamento de sanções económicas.

É sem dúvida positivo que, após décadas de gigantescas lutas do povo sul-africano, sob o mandato de De Klerk se tenham começado a dar passos no sentido do desmantelamento do ignominioso regime de *apartheid*.

A libertação de Nelson Mandela após 27 anos de cativeiro, a legalização do CNA e do Partido Comunista da África do Sul, os recentes acordos entre o CNA e o governo sul-africano, são importantes resultados da luta do povo sul-africano, aliada à solidariedade internacional.

Entretanto, e até que seja completa e definitivamente desmantelado, o *apartheid*

continua a subsistir e a impor as suas retrógradas leis.

Por esta razão, impõe-se o prosseguimento de apoio e de solidariedade activa às justas reivindicações do CNA e do povo sul-africano e à continuação da sua luta abnegada para pôr fim ao regime de *apartheid*.

Enquanto tal objectivo não estiver alcançado, o PCP apoia a posição de que se devem manter em vigor as sanções contra a África do Sul e condena atitudes e acções dos órgãos de soberania que, em vez de contribuírem para que o mais rapidamente possível se liquide o *apartheid*, constituem apoios efectivos à sua sobrevivência.

No entender do PCP, todos os actos do Estado português devem ser pautados por essa realidade.

Por último, o PCP expressa, nesta histórica hora de mudança na África do Sul, o seu firme apoio ao CNA e a confiança de que está próxima a conquista da liberdade e da democracia pelo heróico povo sul-africano.

Os obstáculos à paz em Angola

«As ingerências externas» e as «contradições» da Unita, constituem, nas palavras de José Eduardo dos Santos, os principais obstáculos ao regresso da paz em Angola.

O presidente angolano, que falava num jantar de homenagem a Nelson Mandela, salientou que o seu governo continua a dar provas de vontade de diálogo em busca de «uma solução pacífica e negociada», lamentando entretanto que continuem a existir «numerosas manobras de corredor para sabotar este difícil processo».

Nos últimos dias a Unita tem intensificado acções contra civis na região de Huambo. Para além da destruição de oito postos de alta tensão a quatro quilómetros e meio da barragem de Biopio,

nas imediações de Benguela, que fornece energia eléctrica às províncias de Benguela e Huambo.

Entretanto, nos Estados Unidos, dirigentes da comunidade negra decidiram tomar uma interessante iniciativa: pedir ao Senado a suspensão do auxílio norte-americano à Unita. «Queremos um debate sobre a nossa ajuda militar à Unita, que contribui para um conflito que provocou milhares de mortos», declarou Randall Robinson, director da organização Transáfrica, que apoia uma solução pacífica para a situação criada em Angola.

Uma intervenção da opinião pública norte-americana, que pode de facto ser também um contributo para a Paz. Sem forçar paralelismos, nunca é de mais relembrar o papel dessa opinião pública no fim da guerra do Vietnam.

Cartas a De Klerk

«Nelson Mandela sublinhou ser de importância crucial, nesta conjuntura, que a comunidade internacional mantenha integralmente as sanções contra o regime de *apartheid*. Esta é a única forma de encorajar concretamente o governo sul-africano a realizar as suas promessas e pôr em prática sem demora os compromissos de amnistia geral, libertação de todos os presos políticos e regresso de todos os exilados, fim imediato do estado de emergência. Pôr termo às sanções agora seria correr o risco de fazer abortar o processo em curso, que visa extirpar completamente o *apartheid* — afirma-se em comunicado comum assinado por Nelson Mandela e por Silas Cerqueira, na qualidade de membro da presidência do Movimento Português Contra o *Apartheid* (MPCA).

Esta mesma preocupação foi expressa, por ocasião da visita de De Klerk a Portugal, em cartas dirigidas ao presidente sul-africano, por um grupo de personalidades portuguesas, e pelo MPCA.

Crítica-se em particular a aceitação, como dado adquirido, que a «dinâmica desenvolvida confere à África do Sul e ao seu regime uma respeitabilidade e confiança que levam a pressupor sem risco de refluxo o desencadear da via conducente a uma África do Sul unida, não racial e democrática».

«A criminoso corrupção fomentada e favorecida pelo governo permitiu que 50 pessoas perdessem a vida na derrocada da estação do Cais do Sodré, no dia 28 de Maio. No momento em que as autoridades fascistas apregoavam pelo país os «benefícios» da governação de Salazar, o desastre do Cais do Sodré, devido exclusivamente à incuria e ganância dos capitalistas da Sociedade Estoril e dos empreiteiros da obra, dava um trágico desmentido à propaganda fascista.

Com a cumplicidade do governo e das autoridades, fazem-se todos os dias obras sem segurança que põem em risco as vidas das populações; toda a gente sabe como os fiscais das câmaras e ministérios são comprados a poder de dinheiro para não porem entraves às grandes negociatas. O governo de Salazar mostra-se mais uma vez como o que é: um instrumento ao serviço do grande capital, contra os interesses dos trabalhadores, de todo o povo.

«50 mortos! Castigo para os responsáveis!» - «Avante!», VI série, n.º 330, 2.ª quinzena de Maio de 1963)



«O anseio de todos os povos pela Paz, os acontecimentos de Outubro passado que colocaram a humanidade ante o risco de uma pavorosa guerra nuclear e que fizeram despertar para a luta contra ela novas camadas populacionais, as vitórias conseguidas nos últimos anos sobre os provocadores de guerra, vitórias obtidas pela união de todas as forças amantes da Paz mas em particular pela força e crescente influência do poderoso campo do socialismo — tudo isso não está desligado da divulgação recente duma encíclica do Papa João XXIII em que este defende algumas das teses fundamentais de todos os que sinceramente defendem a Paz.

Na verdade, na encíclica «Paz na terra», o Papa ergue a sua voz contra a corrida aos armamentos, contra a psicose de guerra e defende a proibição das experiências com armas nucleares.

Esta encíclica decerto ajudará os católicos que lutam pela Paz e terá influência nas massas católicas, às quais sofrem no nosso país uma pressão muito grande e constante da parte da maioria dos altos dignitários da Igreja no sentido de apoiarem a guerra em que Salazar e os seus patrões imperialistas envolveram Portugal.

«A encíclica do Papa» - «Avante!», VI série, n.º 329, 1.ª quinzena de Maio de 1963)



«O governo de Caetano lançou por todo país uma onda de violência de terror, numa escalada repressiva de que não é fácil encontrar precedentes. Só no mês de Abril foram presos cerca de mil democratas e estudantes e publicadas várias notas oficiais de carácter terrorista pelo Ministério do Interior, PIDE-DGS e Governador Civil de Aveiro.

No dia 28 de Março, rajadas de metralhadora foram disparadas contra os estudantes concentrados na cantina da Cidade Universitária de Lisboa. Só por sorte não se verificaram novas mortes. Em Abril, novas rajadas de tiros foram lançadas sobre os estudantes de Lisboa, quatro dos quais foram feridos por balas e um deles, de 18 anos, está no hospital em perigo de vida.

No dia 1.º de Maio vedaram a circulação e encerraram os estabelecimentos dos centros das cidades de Lisboa e Porto, e centenas de pessoas foram selvaticamente espancadas.

«Contra o terror caetanista» - «Avante!», VI série, n.º 453, Maio de 1973)



A explosão de alegria, na Namíbia, com os resultados eleitorais de 14 de Novembro. Um passo decisivo na transformação política do Sul de África



Uma rede de problemas



Em conferência de imprensa, a comissão para as questões das pescas, que funciona junto do CC do PCP, chamou a atenção para os problemas que o sector defronta e propôs medidas concretas para a correcção da política até agora seguida (na foto, os camaradas Frederico Pereira, José Vitoriano, Joaquim Miranda e Aleixo Brás)

...e o Governo
a vê-los
passar

PCP propõe Um projecto claro para as pescas

Um projecto claro para as pescas portuguesas na Comunidade Económica Europeia passa por uma estratégia de **defesa dos nossos recursos e dos interesses da economia nacional**; pela **ocupação da nossa zona económica exclusiva**, entendida como a sua exploração racional pelas nossas frotas; pelo **aumento da produção pesqueira**; e pelo **equilíbrio da balança comercial do pescado**, num quadro de harmonização dos interesses da artesanaria e das pescas industriais e de defesa dos direitos dos trabalhadores do mar.

Em conferência de imprensa — com os camaradas **José Vitoriano**, da Comissão Central de Controlo e Quadros do Comité Central do PCP, **Joaquim Miranda**, suplente do CC e deputado ao Parlamento Europeu, **Aleixo Brás**, suplente do CC, e **Frederico Pereira**, dirigente sindical — a comissão para as questões das pescas, que funciona junto do Comité Central do PCP, fez a análise da situação neste sector e deu a conhecer as propostas do Partido.

É preciso

O PCP avançou algumas ideias muito precisas sobre o que é necessário fazer para levar as pescas a bom porto.

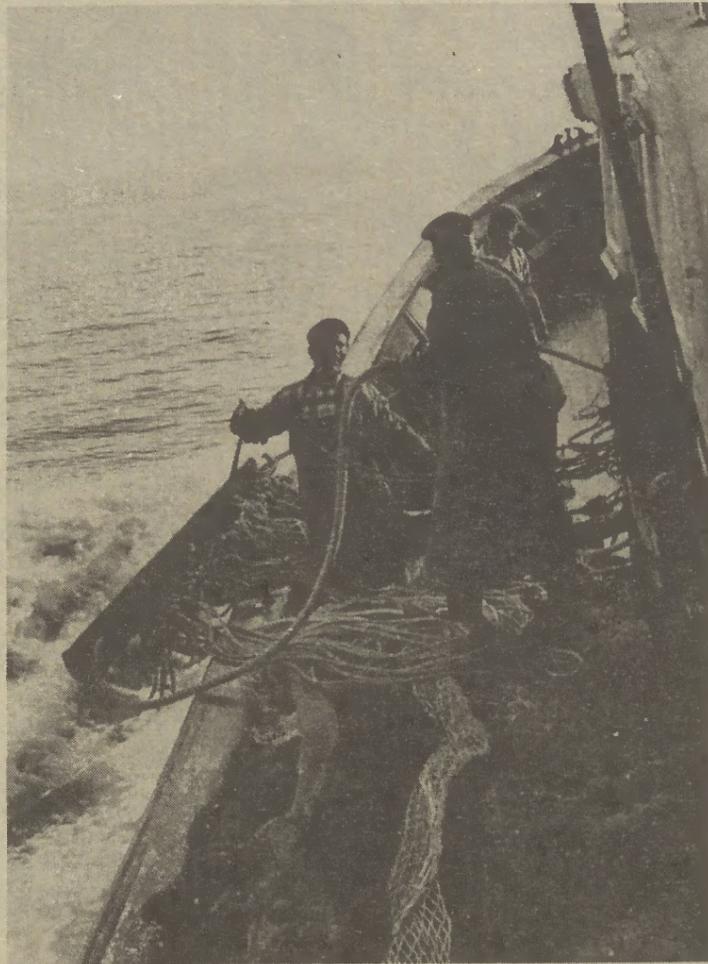
De acordo com o documento divulgado à comunicação social, impõe-se um plano de **investigação pesqueira** fiável.

A faixa costeira deve ser reservada para a exclusiva actividade da **pesca artesanal**; esta deve ser estimulada e defendida.

A pesca de **arrasto** costeira deve manter características nacionais, retirando-se pavilhão e licenças de pesca a navios vendidos a armadores estrangeiros. Defendendo as pescas de largo portuguesas, deve-se evitar que a política de abates reduza a nossa capacidade de competição internacional.

A **primeira venda** de pescado deve ser sempre controlada por armadores e pescadores; por isso, as lotas não devem ser entregues a interesses privados, os seus serviços devem ser melhorados, as pequenas lotas não devem ser encerradas.

A **aquicultura** deve ser desenvolvida como um projecto de importância nacional, mediante a delimitação das áreas de cultura, a aplicação da Lei-Quadro de defesa do ambiente, a formação dos interessados, a sim-



plificação das leis e dos mecanismos reguladores, a criação de infra-estruturas de produção de juvenis, a abertura de linhas de crédito bonificado e a criação de seguros de produção.

Para que os pescadores não continuem a ser trabalhadores discriminados, exige-se a **aplicação da Lei-Geral do Trabalho nas pescas**, tal como se faz em qualquer outra actividade, e o **alargamento da contratação colectiva**.

Por fim, o PCP entende ser necessária uma **posição firme na CEE**, devendo o Governo português assumir energicamente a defesa dos recursos e interesses nacionais. ■

O Governo persiste em ignorar as reclamações dos trabalhadores das pescas, que ainda hoje não têm um regime jurídico do contrato individual de trabalho. Como poucos pescadores são abrangidos por convenções colectivas, as relações laborais mantêm-se ao sabor da tradição e da relação de forças em cada caso concreto



O valor do produto da actividade de armadores e pescadores depende do leilão efectuado nas lotas. Por isso, é com preocupação que encaram a transformação de um serviço público (Lotas e Vendagens) em empresa para vender a quem der mais (dando aos intermediários comerciais a possibilidade de controlar a primeira venda do pescado)



1990 Cuidado!

Os anos decorridos desde a adesão de Portugal à CEE contrariaram as expectativas de acesso a novos pesqueiros exteriores. O ano de 1990 traz perspectivas preocupantes. Entretanto, os problemas vão-se agravando e o Governo continua sem corrigir a sua política.

Por muito que a propaganda oficial esconda, a realidade é que nem tudo corre pelo melhor, nem as pescas têm acumulado sucessos — afirma o PCP, na análise dada a conhecer na passada quinta-feira.

Produção: stop importação: upa

A produção pesqueira em Portugal atravessa uma fase de estagnação, considerando um indicador fundamental como as capturas da frota nacional. Desde 1986 até ao presente, as descargas têm-se situado entre as 250 mil e as 270 mil toneladas anuais.

As capturas nas águas nacionais têm-se mantido, sobretudo com um esforço de exploração dos recursos da zona económica exclusiva (ZEE) portuguesa. Mas, nos pesqueiros exteriores, as dificuldades têm aumentado rapidamente, em especial nos bancos de bacalhau.

Desde 1986 também não se verificou qualquer progresso significativo na produção da aquicultura.

Não é, assim, de admirar que, os anos posteriores à adesão à CEE tenham vindo confirmar uma tendência que já se notava em 1985: as importações de pescado e produtos pesqueiros *dispararam* e são hoje equivalentes às capturas nacionais, considerando o *peso à saída da água*, ultrapassando-as largamente se se tiver em conta o valor no mercado.

Hoje o saldo negativo da balança comercial do pescado e produtos pesqueiros (27 milhões de contos em 1989) representa cerca de metade do valor das capturas nacionais.

É de registar a evolução positiva das exportações no último ano (em particular as exportações de pescado congelado e de conservas de peixe), no seguimento da eliminação dos direitos aduaneiros no contingente fixado no Mercado Comum — para a qual, recorde-se, muito contribuiu o PCP. Mas, registando tal fenómeno, a comissão para as questões das pescas chama a atenção para quanto desta evolução positiva é conjuntural, exigindo medidas coordenadas de apoio às vendas portuguesas no exterior.

Recursos: dar sem receber

Por força da integração no Mercado Comum, houve quem admitisse

ser possível uma abertura de novos pesqueiros exteriores às nossas frotas, na base de um poder negocial português teoricamente maior. Tais expectativas foram contrariadas, e verificou-se mesmo o contrário: depois da adesão à CEE foram reduzidas as quotas nos pesqueiros de bacalhau e foram fechadas as águas canadianas, mas não houve qualquer compensação pela abertura de novas possibilidades de pesca nas Malvinas e na costa ocidental africana.

Contrariamente, a CEE tem sido para as pescas portuguesas uma importante fonte de financiamento, mas também tem contribuído para a redução da capacidade nacional de acesso aos recursos vivos marinhos e em cujo contexto tem sido imposta a presença de frotas estrangeiras a explorar as nossas águas, sem contrapartidas visíveis e com tendência para o agravamento. Como se afirmou na conferência de imprensa, armadores espanhóis controlam já boa parte da nossa frota de arrasto costeiro, que explora os nossos recursos com pavilhão nacional mas efectivamente ao serviço de interesses estrangeiros.

Com a supressão de facilidades às empresas mistas luso-marroquinas, com o fecho do pesqueiro da Namíbia, com a redução de quotas da NAFO (North Atlantic Fisheries Organization), o fecho do acesso à Gronelândia e a redução do número de navios operando nas Malvinas, o ano de 1990 traz perspectivas preocupantes para o acesso de Portugal a novos pesqueiros exteriores.

Quanto à zona económica exclusiva nacional, os indicadores disponíveis traduzem claramente um estado de *sobrepesca* de alguns recursos — e notoriamente dos *stocks* de pescada e carapau. Há que tomar, portanto, adequadas medidas de gestão e protecção, suportadas cientificamente pelos resultados da investigação pesqueira e aceites pela generalidade dos pescadores e armadores nacionais.

Esta aceitação defronta-se com uma manifesta desconfiança das comunidades artesanais (nomeadamente quanto à dimensão das malhagens) face ao comportamento das autoridades, quer na elaboração de regulamentos, quer na fiscalização.

Corre-se portanto o risco de se acentuar a anarquia que tem imperado, pondo ainda mais em causa a renovação dos recursos e a continuidade de uma pesca rentável na ZEE portuguesa ■

Encontro da ORL alerta: Os direitos dos trabalhadores não são para *privatizar!*

Os factos estão a confirmar a ideia defendida pelo PCP de que a ofensiva contra o sector empresarial do Estado é acompanhada pela retirada de direitos e regalias dos trabalhadores, pela limitação da acção das organizações representativas, e pela contenção, ou mesmo retrocesso, da parte do trabalho na distribuição do rendimento nacional.

Esta foi uma das conclusões do recente encontro de militantes do Partido em empresas do SEE do distrito de Lisboa, onde se sublinhou que ainda que com as nacionalizações os trabalhadores não se tenham limitado a alcançar direitos e regalias sociais, eles constituem conquistas de grande alcance.

O Governo de Cavaco Silva e do PSD procura desbravar caminho ao grande capital, de forma a que, quando lhe entregar as empresas, este não tenha quaisquer problemas e possa retirar delas o máximo lucro. Para isso, tentam repor as relações de trabalho existentes antes do 25 de Abril, anular os direitos e regalias, criar mecanismos legais que permitam ao patronato despedir arbitrariamente.

Tal política tem um carácter **marcadamente de classe** e entra em choque com conquistas que foram resultado de anos de luta.

Resistir a esta ofensiva continua a ser de capital importância para o presente e o futuro dos trabalhadores e do País, uma vez que os aspectos políticos, económicos e sociais da democracia estão indissoluvelmente ligados. Por isso se compreende que no encontro da ORL ocupasse um lugar de destaque a discussão das formas mais eficientes de mobilização e organização nas empresas.

Vale a pena

Apesar dos avanços da direita, os trabalhadores, com a sua luta,

têm conseguido ao longo dos anos impedir, dificultar e atrasar a realização dos objectivos da direita. Em contrapartida, onde a luta não tem existido, o patronato e o Governo conseguem avançar mais facilmente.

A acção dos organismos representativos (comissões de trabalhadores e estruturas sindicais) e a luta a partir dos locais de trabalho obrigou também, em muitos casos, a que o Governo e os conselhos de administração mudassem de tática.

A luta em defesa do SEE e dos direitos dos trabalhadores é **legal e constitucional** — sublinhou-se no encontro, que decorreu a 27 de Abril no CT Vitória.

Mesmo depois de revista, a Constituição (artigo 296) garante que os trabalhadores de empresas objecto de privatização manterão todos os seus direitos e obrigações.

Na Lei-Quadro das privatizações não se refere expressamente a garantia de transmissibilidade dos direitos (foi rejeitada uma proposta do PCP para, de acordo com a Constituição, incluir este ponto). Mas o acórdão do Tribunal Constitucional que aprovou a lei afirma que a *salvaguarda constitucional da transmis-*

são automática dos direitos dos trabalhadores para as novas sociedades anónimas, garantida no art.º 296.º, é definitiva, total e directa.

Naturalmente, a luta pela defesa dos direitos já conquistados não exclui, de modo algum, a apresentação de **novas reivindicações** justas, nomeadamente quanto aos horários de trabalho, condições de higiene e segurança, formação profissional, segurança social, etc.

Modernização

Em nome da modernização e da adaptação ao desenvolvimento tecnológico e ao regime concorrencial da CEE, o Governo PSD e os seus administradores procedem a alterações nos estatutos e na estrutura do capital das empresas, efectuam reestruturas internas e da superestrutura — que mais não são do que fases de consumação do processo de privatizações.

Os resultados mostram em se traduz tal *modernização*:

- mesmo com declarações em contrário, é posta em causa, de facto, a existência de acordos de empresas, contratos colectivos ou outros tipos de acordos, especialmente os que garantem a prestação de serviços de saúde;

- são desrespeitados os acordos e contratos em vigor cria-se uma instabilidade generalizada e alastra a insegurança no emprego, com

transferências compulsivas, criação premeditada de excedentes, precarização dos vínculos laborais, despedimentos, compra de postos de trabalho e antecipação de reformas, cada vez maior cedência de trabalhos a empreiteiros...

- é dificultada a actividade das organizações de trabalhadores, procurando desarticulá-las;

- creches, cantinas, refeitórios são entregues a empresas privadas;
- intensificam-se os ritmos de trabalho (com trabalho à hora do almoço, ao serão, ao sábado, trabalho não remunerado, polivalência).

Participação

Os trabalhadores e as suas organizações são os primeiros a exigir a modernização e nesse sentido têm apresentado propostas ao longo dos anos.

Não se opõem, pois, a reestruturas que visem um maior desenvolvimento das empresas; mas **exigem participar nos processos**, querem a garantia de que tais reestruturas não serão feitas à custa da liquidação dos seus direitos e regalias, nem à custa da eliminação de postos de trabalho.

Reclamam formação profissional adequada e valorização das carreiras profissionais, melhor distribuição da riqueza que criam, redução do horário de trabalho, preenchimento

dos postos de trabalho permanentes com trabalhadores efectivos.

Partindo do princípio de que a modernização não pode ser feita à custa de quem trabalha, é desta forma que os militantes comunistas das empresas do SEE do distrito de Lisboa entendem a participação dos trabalhadores e das ORTs, e não na perspectiva da capitulação ou da negociação da venda de direitos ou de postos de trabalho, ou participação na elaboração de listas de excedentários.

Unidade

Os direitos em causa foram conquistados por todos os trabalhadores do SEE colectivamente. Por isso, a resposta à ofensiva do Governo e do patronato deve ser dada de forma colectiva. Para tal, cabe às organizações representativas dos trabalhadores um papel extremamente importante. Contrariando as tentativas para as desarticular, os comunistas entendem que a resposta deve ir no sentido do reforço da unidade, **acertando com a vida o passo da organização**.

Uma resposta concreta tem a ver com o desmembramento de grandes empresas (como a EDP, a RN, a Quimigal, o CTT, a UTIC) e sua transformação em *holdings*. No encontro da ORL chamou-se a atenção para a necessidade de pro-



cessos deste tipo exigirem, em tempo útil e tendo em conta o quadro previsível, medidas para adequar logo que possível a estrutura dos trabalhadores à estrutura da empresa, criando, por exemplo, coordenadoras de grupo para actuarem em conjunto com as comissões de trabalhadores.

Claro que, nos casos onde não sejam criadas *holdings*, há que continuar os esforços para o fortalecimento e ampliação da organização, defendendo e exercendo os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

A unidade tem uma importância

decisiva para o êxito desta luta. Contudo, a situação nas empresas do SEE gera processos contraditórios (listas de excedentários, contratos a prazo, por exemplo), que criam um clima de expectativa e fomentam a desunião.

Igualmente as alterações no poder político levaram a que o PS e UGT, responsáveis por muito do que caracteriza a política da direita (recorde-se a revisão constitucional, o acordo sobre política de rendimentos e a intervenção em algumas empresas) procuram agora brincar a sua imagem: mas tentam afirmar-se com objectivos prejudiciais para a unidade e o movimento organizado dos trabalhadores.

Nas empresas do SEE do distrito de Lisboa há condições para o reforço da unidade e a convergência na acção. Dar corpo a estas condições deve ser uma preocupação fundamental, que exige a unidade a partir dos locais de trabalho, o relacionamento entre diversas estruturas sindicais e as CTs, no quadro da autonomia de cada uma delas e com particular destaque para o movimento sindical unitário.

A unidade e a convergência dos trabalhadores e das diversas estruturas são inseparáveis da defesa dos interesses dos trabalhadores e da unidade na acção; da inicial e dinâmica de massas do movimento sindical unitário; do combate ao divisionismo e aos seus conluíus com o Governo e o patronato sempre que se verifiquem. ■



Propostas concretas

Do encontro de militantes do Partido que trabalham em empresas do SEE no distrito de Lisboa saíram algumas propostas muito concretas de acção para a defesa dos interesses dos trabalhadores, tendo em conta as alterações na tática do Governo e dos conselhos de administração por ele nomeados.

Um e outros procuram hoje fugir ao confronto directo com os trabalhadores, acenando com percentagens nas tabelas salariais em troca de direitos e regalias, de forma a facilitar mais os despedimentos e a intensificação da exploração. Nas reuniões com os ORTs afirmam que nada de mau irá acontecer, que os postos de trabalho serão mantidos. Anunciam e põem em prática as medidas contra as empresas e contra os trabalhadores a pouco e pouco, como se não tivessem ligação umas com as outras. Com tal comportamento, vão alimentando expectativas.

É necessário obrigar o Governo e os CA a assumirem publicamente e por escrito o compromisso daquilo que declaram em reuniões com os representantes dos trabalhadores, formulando as principais questões e reivindicações, publicitando-as antes e depois da resposta.

A entrada de novos trabalhadores, com um muito mais ampliado

desconhecimento dos seus direitos, aumenta a importância da valorização do que foi alcançado e a necessidade do efectivo exercício dos direitos.

Deve ser tarefa de todos — delegados sindicais, comissões sindicais, direcções sindicais, comissões e subcomissões de trabalhadores, células de empresa — empreender uma grande campanha de agitação e propaganda, divulgando os direitos e regalias conquistados pela luta de muitos anos.

Há que encontrar **soluções orgânicas e reivindicativas para que os trabalhadores com estatuto precário** — quer contratados directamente pelas empresas, quer contratados pelos empreiteiros — participem na acção colectiva de defesa dos direitos de todos.

Assiste-se à desarticulação (ou tentativas nesse sentido) de grandes unidades empresariais, com a criação de *holdings*. Em devido tempo e tendo em conta o quadro previsível, devem ser tomadas medidas para, logo que necessário, se proceda à adequação da estrutura dos trabalhadores, criando, por exemplo, comissões coordenadoras de grupo, garantindo as CTs por unidade empresarial, transformando as sub-CTs em CTs e as CTs em coordenadoras. ■

A caminho dos 40 mil contos!

O último apuramento (entretanto, já ultrapassado) registava uma verba superior a 36 500 contos. Falamos, como já perceberam, da campanha de fundos que continua a decorrer a nível nacional, tendo como objectivo a recolha de 150 mil contos para o pagamento dos terrenos da Festa do «Avante!», a aprazível Quinta da Atalaia, no concelho do Seixal.

Com o Congresso do Partido já no próximo fim-de-semana, os comunistas prosseguem as suas tarefas e responsabilidades, incluindo

esta importante campanha, só possível pelo prestígio do Partido junto dos trabalhadores.

Os contactos, os apelos, a divul-

gação de postais ilustrados da Quinta da Atalaia, a preparação das mais diversas iniciativas a pensar no período das férias de Verão e as jornadas de trabalho voluntário na Atalaia (especialmente aos fins-de-semana), contam-se entre as múltiplas facetas da actividade que envolve a campanha e a preparação da Festa do «Avante!»-1990, a primeira a realizar-se em terreno da própria Festa.

O gráfico que aqui publicamos dá uma ideia dos avanços e dos atra-

ços das organizações. Lisboa, Setúbal, Porto e Alentejo vão ter sem dúvida uma palavra a dizer. Com uma maior participação destas organizações, a campanha avançará com outra rapidez. O apelo aqui fica: naquelas regiões do País vamos dar uma ajuda especial à campanha dos 150 mil.

Ajuda especial que envolve todo o tipo de iniciativas e de expressões de solidariedade: do dinheiro que se entrega ou deposita directamente na conta n.º 9956/210/0128198, da agência da sede do Banco Nacional

Ultramarino (BNU), às ofertas dos mais variados objectos e artigos, como fez recentemente o artista plástico Cuileiro, que ofereceu sete serigrafias à campanha.

Adquirindo títulos de participação, divulgando a campanha e a Festa, estamos a contribuir para o avanço de uma tarefa de significativa envergadura no âmbito da actividade do Partido.

No próximo fim-de-semana, no pavilhão Paz e Amizade, em Loures, a campanha dos 150 mil também vai estar presente. ■



A Quinta da Atalaia pode «viajar» pelo País e Mundo fora através do correio. Ou, então, ficar assinalada nas nossas recordações em belas imagens coloridas. São 9 os postais que constituem a colecção editada pelo DEP do PCP, neste momento já um dos materiais de grande receptividade, no âmbito da divulgação da campanha dos 150 mil.

Avante! com a campanha

ORGANIZAÇÃO	Percentagem	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Distrital de VILA REAL	15,17%										
» BRAGANÇA	13,5%										
» BRAGA	38%										
» VIANA DO CASTELO	27,03%										
Regional do PORTO	3,98%										
» CASTELO BRANCO	28,76%										
» GUARDA	9,92%										
» COIMBRA	8,94%										
» AVEIRO	34,37%										
» VISEU	10,66%										
Regional de SANTARÉM	12,10%										
» LEIRIA	6,66%										
» LISBOA	15,11%										
» SETÚBAL	7,18%										
Distrital de ÉVORA	13,28%										
» BEJA	7,15%										
» PORTALEGRE	6,13%										
Regional de FARO	21,77%										
» AGUADUENSE	9,28%										
» MADEIRA	12,49%										
JCP EMIGRAÇÃO CENTRAL E DIVERSOS	2,9%										

Total realizado até 14/5/90 - 36 882 161\$20

150
mil Contos
para o Terreno
da festa

Avante! com a Campanha

Em véspera da CIMEIRA DE WASHINGTON

Alguns comentários

Creio que, de certo modo, a opção está feita, mas há forças desejosas de fazer com que a nova Europa e o novo mundo se baseiem nos mecanismos surgidos durante a «guerra fria». Penso que a única coisa que a «guerra fria» demonstrou é que a opção pela força e pela confrontação não tem saída. A corrida armamentista levou a Humanidade a um perigoso limite e colocou em toda a sua envergadura o problema da sobrevivência. Os métodos da «guerra fria» fracassaram. É importante sublinhar isto, pois volta e meia ouvem-se afirmações de que teria sido precisamente a «guerra fria» a dar origem ao processo de mudanças.

São palavras de Gorbachov, em entrevista à televisão soviética, logo após a cimeira de Malta, a primeira realizada com o actual presidente norte-americano.

Em vésperas de uma nova cimeira, que vai decorrer entre 30 de Maio e 3 de Junho em Washington, estas palavras mantêm toda a sua actualidade.

O desarmamento está hoje de facto no centro dos debates no plano internacional. Todas as propostas mutuamente avançadas, mesmo quando os seus objectivos são menos claros, são invariavelmente apresentadas como tendo em vista o desarmamento.

Estão a ser dados passos concretos, através de intensas negociações, de que deverão resultar acordos que podem abranger áreas diferenciadas e importantes, como a das armas químicas, os ensaios nucleares, o armamento convencional na Europa, o armamento nuclear estratégico norte-americano e soviético. Registam-se cortes nos orçamentos militares, o negócio de armas assinala quebras.

Nos planos regionais, em particular em África, com destaque naturalmente para a Namíbia, tem sido possível encontrar vias políticas para a solução de graves conflitos.

Simultaneamente há muito quem ainda defenda, e nos termos mais oficiais, que só a «dissuasão» das armas, em particular do armamento nuclear, pode abrir os caminhos da paz. Essa, concretamente, continua a ser uma ideia-mestra da NATO.

Na Europa, as profundas transformações entretanto registadas exigem a reformulação do quadro de segurança e de relações políticas no velho continente, rumo a um novo relacionamento em que a cooperação aos mais diversos níveis seja nota dominante. Exigência no fundo geralmente reconhecida, e «Helsínquia-2» virá a ser realidade próxima, mas que engloba perspectivas por vezes bem diferenciadas. Neste particular, a questão alemã, a unificação, o seu posicionamento em relação aos blocos político-militares — é um problema sério que não apresenta soluções fáceis.

Desenvolvimentos actuais

Dois bombardeiros pesados soviéticos, completamente equipados, puderam ser examinados por especialistas norte-americanos, em fins de Abril, numa iniciativa sem precedentes no domínio do reforço da confiança mútua. No passado dia 11, realizou-se idêntica visita de especialistas soviéticos a uma base militar norte-americana. Paralelamente serão efectuadas inspecções experimentais, para verificar o número de ogivas nos mísseis balísticos intercontinentais «MX» (nos Estados Unidos) e «SS-18» (na URSS), as-

sim como o número de mísseis existentes nos submarinos «Trident-2» e «SS-N-23».

Trata-se da concretização de um acordo que visa testar princípios e métodos de controlo, no quadro do próximo Tratado de redução de armas estratégicas ofensivas. Um exemplo muito concreto dos passos que estão a ser dados no caminho do desarmamento, e nomeadamente num domínio tão vital como o das armas estratégicas.

Sem ilusões de facilidades, pois é também neste domínio que se têm afirmado obstáculos de vulto. A tal ponto que, em recentes declarações, o marechal Akromeiev, conselheiro militar do presidente Gorbachov, avisou que as negociações sobre redução das armas nucleares estratégicas (START) ficarão bloqueadas se Washington não aceitar a inclusão das armas nucleares navais.

Uma outra questão particularmente sensível — a evolução no plano político-militar na Europa.

De regresso de Washington, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, afirmou: «Pronunciamos-nos por um novo sistema de segurança na Europa, graças a uma transformação gradual das alianças político-militares em estruturas colectivas, não admitindo a existência de blocos. A futura Alemanha poderá tornar-se membro deste sistema, como os outros Estados.»

Recentes decisões da NATO podem tornar mais difíceis os caminhos nesse sentido. Na reunião ministerial do Grupo de Planeamento nuclear da NATO, que nestes dias se realizou em Kaninaskis, o secretário norte-americano da Defesa, Dick Cheney, disse claramente que «a



A posição da trilateral

Do relatório da Trilateral, do primeiro semestre de 1989

«As relações Leste-Oeste entraram numa nova fase (...) Até à data, os nossos países não encontraram um consenso acerca do significado deste desafio, da medida em que reflecte uma mudança duradoura nas políticas soviéticas ou, sequer, das nossas próprias atitudes em relação a essa mudança.

«Alguns crêem que, enquanto muito mais mudanças não ocorrerem na União Soviética, as democracias industriais devem prudentemente esperar ou continuar as mesmas políticas gerais que seguem desde a II Guerra Mundial. Outros argumentam que a ameaça soviética mudou tão completamente que os arranjos políticos e de defesa existentes podem ser radicalmente alterados.

«Baseados na nossa experiência colectiva de lidar com o mundo comunista, em discussões com os dirigentes soviéticos actuais, incluindo o Sr. Gorbachov, e em estudos de peritos ocidentais, acreditamos que os nossos países têm uma rara oportunidade de mudar a natureza das relações Leste-Oeste de um modo benéfico para o Ocidente, desde que estabeleçam uma agenda e uma estratégia clara. Por outro lado, a passividade ou, o que ainda é pior, uma postura, permitiria que o Kremlin definisse a agenda das relações Leste-Oeste e serviria primordialmente os interesses soviéticos.» ■

desnuclearização da Europa não é uma boa ideia». E precisou que a decisão de abandonar o projecto de modernização dos mísseis Lance, de curto alcance, anunciada por Bush, não deve ser interpretada como um passo no sentido da desnuclearização e defendeu a continuação do programa TASM, destinado a armar os F-16 e F-18 das Forças Aéreas americanas e da NATO com um novo míssil de 400 quilómetros de alcance.

Exprimem-se, simultaneamente, claras preocupações, em relação ao próprio «esvaziamento» de funções atribuíveis à NATO. Em recentes declarações, o secretário-geral da NATO fez questão de afirmar que o mecanismo da Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa só pode «completar» a NATO, mas não substituir o seu papel.

À laia de conclusão

«A venda de 36 Mirage ao emirato Abu Dhabi, é um raio de luz num mercado de armamentos que tudo

indica tende a estagnar ou mesmo a recuar — a menos que a natureza humana reafirme os seus direitos.» Esta espantosa afirmação vem nas páginas de um boletim do patronato francês da metalurgia. E testemunha bem, quer de tendências reais no sentido do desarmamento, quer das «teorias» a que se acaba por recorrer para «justificar» o injustificável. Aliás, não é tão diferente considerar as guerras como resultado da natureza humana ou defender armamento nuclear como factor de dissuasão e de paz.

A 28 de Setembro de 1948, na tribuna das Nações Unidas, Paul-Henri Spaak, que foi secretário-geral da NATO, explicava a Vinchinsky, chefe da delegação soviética: «Sabe qual é a base da nossa política? É o medo, o medo de vocês, o medo do vosso governo, o medo da vossa política.» Com a utilização de tal medo, a sua estimulação a nível dos povos, foi possível alimentar a corrida aos armamentos (e os respectivos lucros...).

Hoje, essa arma está completamente inutilizada. É de facto outra a era que vivemos. ■

Pontos Cardeais



A Cultura é um Penedo

Silva Peneda, o fulgurante ministro do Emprego e da Segurança Social, deu uma longa entrevista ao «Diabo» onde, além de anunciar que «em Portugal já se fala em escassez de mão-de-obra devido ao ritmo de criação de postos de trabalho nos últimos anos», se prestou a um jogo de resposta-pronta acerca de diversas personalidades sugeridas pelo entrevistador. As respostas do ministro são irreversíveis, como se pode ver pela amostra que se segue (onde os comentários a sublinhado são nossos, naturalmente...):

Mao Tsé Tung? — Juventude, energia, contestação. Associe muito isso aos meus tempos de Faculdade (Supõe-se que foram «camaradas» na Associação de Estudantes).
Vasco Gonçalves? — Confusão (Infeliz o general, que até disto é culpado...).
Miguel Cadilhe? — Rigor e competência (Essa é que é essa...).

Almada Negrelros? — Não me vem nada à ideia... Impressionam-me os painéis ali junto à Praça de Espanha (que por acaso são de Abel Manta; fazemos a rectificação só para não acusarem o ministro de analfabetizar ainda mais o País).

Salazar? — Teve duas épocas: uma, de renovação do tecido económico do País; outra, em que se transformou num ditador (absolutamente dialético e já Lavoisier dizia: na Natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma; só depende da época, é claro).

Lenine? — Um dos grandes responsáveis do que se passou nos países de Leste durante 60 anos (Marx morreu, Lenine também, viva La Palisse!).

A deputada italiana Ciccilina? — Uma brincalhona (I beg your pardon?!...)

Jean Paul Sartre? — Lembra-me o Quartier Latin, a Sorbonne. Abalou o mundo com o seu pensamento (menos o dos penedos que, como se sabe, são inabaláveis).

Eurico de Melo? — Um grande amigo e um referen-

cial político (supomos que, ao contrário de Lenine, só será responsável pelo que se passou no Ocidente durante 60 anos).

Torres Couto? — Não me sai nada de uma forma espontânea... Fomos colegas de liceu durante as aulas de canto coral (é de esperar a formação de um dueto, estilo «Só nós dois é que sabemos». Espontaneamente, of course).

Em força

Os incandescentes por conta própria gostam de frases decisivas, da afirmação lapidar que estabelece, por isso, a diferença que subtilmente distingue a ideia iluminada da coisa iluminária. Há muitos anos Salazar dizia «Para Angola e em força»; agora Rocha de Matos, presidente da AIP, garante que o destino nacional é «Para Leste, com cautela, mas em força», fiando-se que o mundo socialista é, tal como pensava Salazar nos primeiros meses da luta nacionalista dos povos de África, um problema a resolver numa «blietzkrieg» colonialista. Distingue-os a cautela. Une-os a extraordinária ilusão de que lhes saiu a sorte grande da História...

Desert... coisas

«Agora que os países industrializados pareciam ter chegado à conclusão de que é necessário tomar medidas urgentes, mesmo que difíceis, os EUA estão a levantar dificuldades e a de-

sertar», acusou a 1ª reunião ministerial de Bergen sobre o Ambiente, que reúne 34 países da Europa e da América do Norte e a propósito da recusa dos EUA em apoiar um princípio de prevenção para a protecção da camada do ozono. É claro que há aqui uma confusão vagamente homófona, pois toda a gente sabe que os EUA não costumam desertar mas desertificar, o que poderá parecer irrelevante numa Babel de 34 países mas, em subtileza silábica, é decisivo na compreensão da coisa. Ou do coiso, que a gente não é do estilo de fazer género...

Integrações

O diário conservador oeste-alemão «Die Welt» citou há dias Valentim Kopteljev, director da secção do departamento, de Relações Internacionais do CC do PCUS, como tendo dito em Potsdam, durante um colóquio organizado pelas igrejas protestantes das duas Alemanhas, que a URSS poderia encarar a possibilidade de aderir à NATO, com a condição desta organização «se transformar e se libertar dos velhos esquemas de pensamento» originados pela guerra-fria, acrescentando, ainda segundo o «Die Welt», que «não temos nada contra os americanos na Europa».

Teríamos portanto uma NATO com toda a gente lá dentro o que, sendo fascinante, só levanta uma perplexidade: sendo esta organização o que é — uma estrutura militar criada agressivamente pelo imperialismo para ameaçar o mundo socialista — no caso da integração da URSS não se percebe para que serviria então a NATO. A não ser, talvez, para nos defendermos dos marcianos...

Gazetilha

por Ignotus Sum

Quem são?

A selva na Drexel.
 Altos riscos, as fraudes, o estouro.
 E foi aqui, neste «bolo de mel», que Portugal deixou as suas onças de ouro...

Mais de trezentas mil, as onças, a voar.

Pobres das onças sonsas!
 Está claro que é questão de perguntar quem são, aqui, os amigos... das onças...

As oportunidades

Na feira das vaidades são auto-elogios, auto-loas:
 — Criámos muitas oportunidades
 — Cavaco diz — para muitas pessoas...

De uma revista americana é que nos vêm estas palavras doutas:
 — Novas oportunidades, sim. Porém mais para algumas pessoas que para outras...

Imagem

Thatcher, a amiga querida do ministro Cavaco, está agora metida num imenso buraco.

Ela foi de erro em erro. Já não há quem lhe chame «dama de ferro». Agora é dama... de arame.

Segura por arames ela está. Olha, Cavaco, o que te sucederá...

Discurso PSD

Se tu me deres eu digo que se não me queres, se negas, se não me vais dar, se eu sei que me queres tramar, então não digo então não vou vou-te lixar chamo-te um figo e já não dou.

Tu dás? Eu sigo
 Não dás? Não sou.

Oportunista?
 Sou realista...

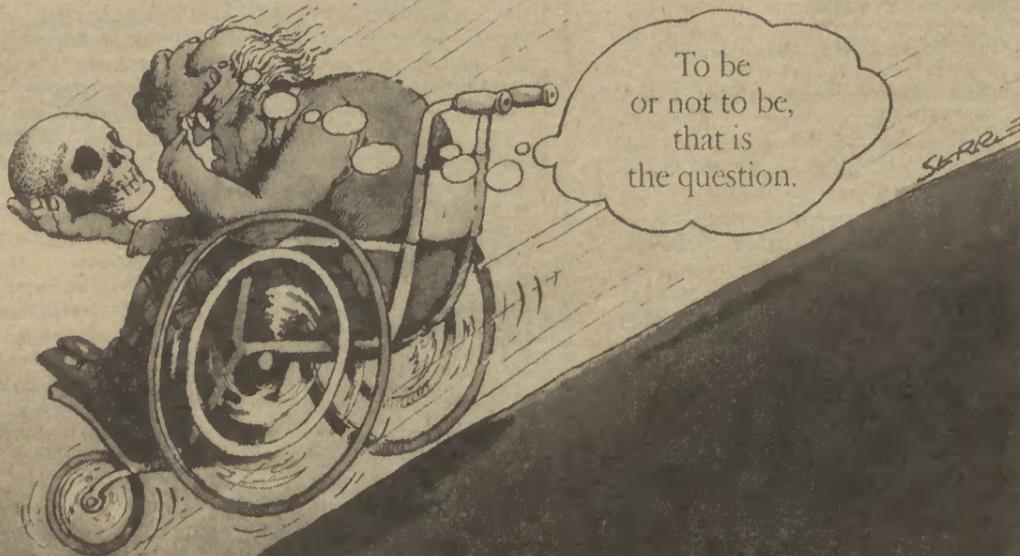
Não é?

Capital estrangeiro em força arranca
 A situação convém.
 Arranca pelo comércio e pela Banca
 — *Tout va bien...*

Pesetas, marcos, libras: autoclismo de quem amor da Pátria já não tem.
 Avançam no Turismo.
 — *Tout va bien...*

O estrangeiro domina a Habitação nos Seguros não deixam um vintém.
 As minas e as pescas já lá vão
 — *Tout va bien...*

Não ignore ninguém estas manobras. Que, afinal, se para o governo de Cavaco *tout va bien* tudo, tudo vai mal para Portugal...



Agenda

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 855

17 de Maio de 1990

5.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO

PCP 

UM
PARTIDO
PARA O
NOSSO
TEMPO ■

LOURES, PAV. PAZ E AMIZADE
18, 19 E 20 MAIO ■ 1990

***XIII Congresso
começa
amanhã***

TV O Programa

Quinta 17

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez (inclui «Sítio do Picapau Amarelo»)
- 12.05 - A Gata Comeu (6º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (42º epis.)
- 14.15 - O Mundo Animal (62º epis.)
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.30 - Matinée - «O Pai Tirano», real. António Lopes Ribeiro (Port/1941, 114 min.)
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo (9º epis.)
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo (114º epis.)
- 21.15 - Nome de Código Kyril (3º epis.)
- 22.10 - Conversas Vadias (11º progr.)
- 22.40 - Murphy Brown (6º epis.)
- 23.10 - 24 Horas
- 23.45 - Remate
- 23.55 - Cartas de Humor

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.45 - Filhos e Filhas (471º epis.)
- 15.10 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Os Centuriões (7º epis.)
- 17.10 - Novo Elucidário Madeirense (7º epis.)
- 17.30 - Os Desafios da Lei (7º epis.)
- 18.20 - Telemercado
- 18.40 - Meu Pé de Laranja Lima (106º epis.)
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.45 - Clássicos da TV - «Reviver o Passado em Brideshead» (2º epis.)
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções (17º epis.)
- 21.55 - Hora da Verdade
- 22.55 - Quinta Dimensão (23º epis.)
- 23.20 - Universidade Aberta

Sexta 18

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde

- 13.30 - Gloss (45º epis.)
- 14.20 - O Mundo Animal (58º epis.)
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.25 - Matinée - «O Meu Maior Pecado», real. Douglas Sirk (EUA/1957, 91 min.)
- 17.30 - Juntos e ao Vivo (5º progr.)
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo
- 21.15 - Missão Impossível (13º epis.)
- 22.10 - O Rosto da Notícia
- 23.15 - Chefe, Mas Pouco
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate
- 00.30 - Cartas de Humor
- 01.00 - Pela Noite Dentro - «Bad Boys», real. Rick Rosenthal (EUA/1983, 123 min.)

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.35 - Filhos e Filhas
- 15.00 - Desporto - Râguebi (Torneio Intern. de Lisboa)
- 16.30 - Heróis (4º epis.)
- 16.55 - As Grandes Viagens de Comboló (últ. epis.)
- 17.55 - Magazine Musical
- 18.20 - Telemercado
- 18.45 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.20 - Espaço Infantil
- 19.50 - As Cidades e as Terras
- 20.15 - Bucha e Estica (7º epis.)
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - D. Beija (34º epis.)
- 23.00 - Rotações
- 24.00 - Haja Música

Sábado 19

RTP1

- 09.00 - TV Rural
- 09.25 - Meu Querido Sábado
- 12.30 - Grandes Tormentos (15º epis.)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Saga da Canção Francesa - Leo Ferré
- 14.05 - Parlamento
- 14.35 - O Barco do Amor (1º epis.)
- 15.25 - Vivamúsica
- 16.15 - Sessão da Tarde - «Os Indomáveis», real. Paul Newman (EUA/1971, 114 min.)
- 18.10 - Viagem Infinita (4º epis.)

- 19.10 - Sete Folhas
- 19.30 - Jornal de Sábado
- 19.45 - Totoloto Europeu
- 21.20 - Jornal de Sábado
- 22.20 - Boletim Meteorológico
- 22.30 - Cenários Perdidos (últº epis.)
- 23.30 - Cinema da Meia Noite - «A Companhia dos Lobos», real. Neil Jordan (GBR/1984, 95 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.10 - Caminhos
- 10.40 - Música n'América



- 11.35 - Um Lar para Animais (9º epis.)
- 12.25 - Telemercado
- 12.50 - Revista Tauromáquica
- 13.15 - Cine-Sábado - «O Mundo é um Manicómio», real. FRANK CAPRA (EUA/1944, 118 min.)
- 15.15 - Estádio
- 19.00 - Primeiro Jornal
- 19.15 - Arca de Noé
- 19.55 - Contos Populares Europeus (7º epis.)
- 21.25 - Estádio/2ª Edição
- 23.30 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»

Domingo 20

RTP1

- 09.00 - Domingão (programa infantil)
- 11.30 - Missa
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Espaço 1999 (16º epis.)
- 14.00 - Napoleão, Meu Amor (7º epis.)
- 14.20 - Runo aos Noventa (2ª parte)
- 15.20 - Primeira Matinée - «Desafio à Coragem», real. Richard Brooks (EUA/1975, 131 min.)
- 17.00 - Concurso 1, 2, 3
- 19.00 - McGyver (34º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Querido John
- 21.10 - Para Além da Guerra (8º epis.)
- 22.50 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - T'Pau Live
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Espaço Infantil
- 14.15 - Novos Horizontes
- 14.35 - Sobrevivência
- 18.00 - Quem Sal aos Seus...
- 18.25 - Imagem e Imagens
- 19.00 - Primeiro Jornal
- 19.15 - Um Mundo para Todos (5º epis.)
- 22.00 - Cineclube - «Desengano», real. Fritz Lang (EUA/1952, 105 min.)
- 23.40 - Leituras

Segunda 21

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard
- 14.20 - O Mundo Animal
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.45 - Matinée - «A Grande Evasão», real. John Sturges (EUA-RFA/1962, 172 min.)
- 17.35 - A Hora do Lecas
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo
- 21.15 - Clube dos Subscritores
- 21.45 - Reencontros (4º epis.)
- 22.45 - Chuva de Malo (3º epis.)
- 23.40 - 24 Horas
- 00.15 - Remate
- 00.30 - Cartas de Humor

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.45 - Filhos e Filhas
- 15.10 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Batalha pelo Planeta (série, 1º epis.)
- 17.00 - Portugal De Nome Intelto
- 17.30 - Itália/90 (8º epis.)
- 18.15 - Telemercado
- 18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Reviver o Passado em Brideshead (6º epis.)
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas
- 22.00 - Teatro Português -



«Rosas e Aplausos para Isabel», de Jaime Salazar Sampaio, encenação de Fernando Midões, intérpretes Eugénia Bettencourt e Henrique Viana.

Terça 22

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas (84º epis.)
- 14.15 - O Mundo Animal
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.30 - Matinée - «Madame X», real. David Lowell Rich (EUA/1965, 96 min.)
- 17.30 - A Hora do Lecas
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo
- 21.15 - Primeira Página
- 22.20 - Crónica do Crime (31º epis.)
- 23.20 - 24 Horas
- 23.55 - Remate
- 00.05 - Cartas de Humor

Filmes

- «A Canção de Lisboa» - 5ª, 15.30, RTP-1
- «O Meu Maior Pecado» - 6ª, 16.00, RTP-1
- «Bad Boys» - 6ª, 00.35, RTP-1
- «O Mundo é um Manicómio» - sáb., 13.20, RTP-2
- «Os Indomáveis» - sáb., 16.15, RTP-1
- «A Companhia dos Lobos» - sáb., 23.30, RTP-1
- «Desafio à Coragem» - dom., 14.30, RTP-1
- «Desengano» - dom., 22.00, RTP-2

- «A Grande Evasão» - 2ª, 14.45, RTP-1
- «Madame X» - 3ª, 15.45, RTP-1
- «Vendaval de Paixões» - 3ª, 21.55, RTP-2
- «Artur, o Alegre Conquistador» - 4ª, 15.15, RTP-1
- «King Kong» - 4ª, 23.00, RTP-1

Teatro

- «Rosas e Aplausos para Isabel» - 2ª, 22.00, RTP-2

Música

- Quinta 20.40, RTP-2: Via Rápida

- Sexta 17.55, RTP-2: Magazine Musical
- 20.40, RTP-2: Via Rápida
- 24.00, RTP-2: Haja Música

- Sábado 10.30, RTP-2: Música n'América
- 13.10, RTP-1: Saga da Canção Francesa - Leo Ferré
- 15.25, RTP-1: Vivamúsica

- Segunda 20.40, RTP-2: Via Rápida

- Terça 20.40, RTP-2: Via Rápida

- Quarta 20.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.45), 6ª (00.20), 2ª (00.15), 3ª (23.55), 4ª (02.10)
- Estádio - RTP-2, sáb., 15.15 e 21.30
- Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.30
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.50



RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.30 - Filhos e Filhas
- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Os Novos Caça-Fantasmas (26º epis.)
- 17.00 - Contos Contados
- 17.30 - O Homem da Margem (8º epis.)
- 18.15 - Telemercado
- 18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Reviver o Passado em Brideshead
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 21.50 - Cinemadols - «Vendaval de Paixões», real. Jacques Rivette (França/1985, 125 min.)
- 23.50 - Universidade Aberta

Quarta 23

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu

- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Também os Rios Correm (11º epis.)
- 14.20 - O Mundo Animal
- 14.55 - Ponto Por Ponto
- 15.25 - Matinée - «Artur, o Alegre Conquistador», real. Steve Gordon (EUA/1981, 97 min.)
- 17.00 - A Hora do Lecas
- 17.50 - Jogo de Cartas
- 18.15 - Futebol - Benfica-Milão (Final da Taça dos Campeões Europeus)
- 21.05 - Vale Tudo
- 22.05 - Telejornal
- 22.40 - Boletim Meteorológico
- 22.45 - Vamos Jogar no Totobola
- 23.00 - Lotação Esgotada - «King Kong», real. John Guillermin (EUA/1976, 130 min.)
- 01.35 - 24 Horas
- 02.10 - Remate
- 02.20 - Cartas de Humor

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.35 - Filhos e Filhas
- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.25 - O Liceu Degraasi (6º epis.)
- 16.55 - O Menino Doutor (série, 1º epis.)
- 17.25 - Os 3 Pastorinhos (2º epis.)
- 18.15 - Telemercado
- 18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.05 - Espaço Infantil
- 19.45 - Reviver o Passado em Brideshead
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - O Riso de Caim (5º epis.)
- 22.25 - Especial Desporto
- 23.25 - Os Alemães na 2ª Guerra Mundial (3º epis.)

Teatro O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 21.30. **Teatro, Doce Teatro**, de Radzinsky, encen. Fernando Heitor.

Chapitô, Rua da Costa do Castelo, 7. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. **Klássikus Kabaret**, texto e encen. de Fernando Gomes.

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a 6ª às 21.30. **O Baile**, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Cinema Stadium, Algés. 6ª e sáb. às 21.30. **Os Três Chapéus Altos**, de Miguel Mihura, adapt. Armando Caldas e Fernando Tavares Marques.

Clube Estefânia, R. Alexandre Braga, 24. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **Inimigos**, de Nigel Williams, encen. José Wallenstein.

Comuna, Pr. de Espanha. **Café Tea-**

tro - Sáb. às 24.00. **Festival da Oitite**, de Carlos Paulo.

Primeiro Acto, Rua Eduardo Augusto Pedroso (Algés). De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17. **As Pulgas**, de Cunha de Leiradella, encen. Miguel Menezes, pelo Grupo Persona.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **What Happened to Madalena Iglésias?**, texto e encen. de Filipe La Féria.

Teatro Aberto, Pç. Espanha. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **Na Solidão dos Campos de Algodão**, de Bernard-Marie Koltés, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **Cenas da Vida de Benilde**, de José Régio, encen. Jorge Listopad.

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fim**, de António Patrício, enc. Xosé Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

ESTORIL **Casino Estoril-Sala de Teatro**, Pç. José Teodoro dos Santos. 4ª e 5ª às 21.30, sáb. às 18 e às 21.30, dom. às 17. **Somente Entre Nós**,

de Reginaldo Faria, encen. Roberto Frota. **Teatro Mirita Casimiro**, Monte Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Quero Ser Rei Esta Noite**, de Peter Shaffer, encen. Carlos Avilez.

LOURES **Teatro da Malaposta**. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Floresta**, de Alexandre Ostrowsky, encen. José Peixoto, pela companhia do CDIAG.

PORTO **Teatro Sá da Bandeira**, Rua Sá da Bandeira, 108. De 4ª a 6ª às 21.30, sáb. às 20 e 23, dom. às 16 e 21.30. **Al Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

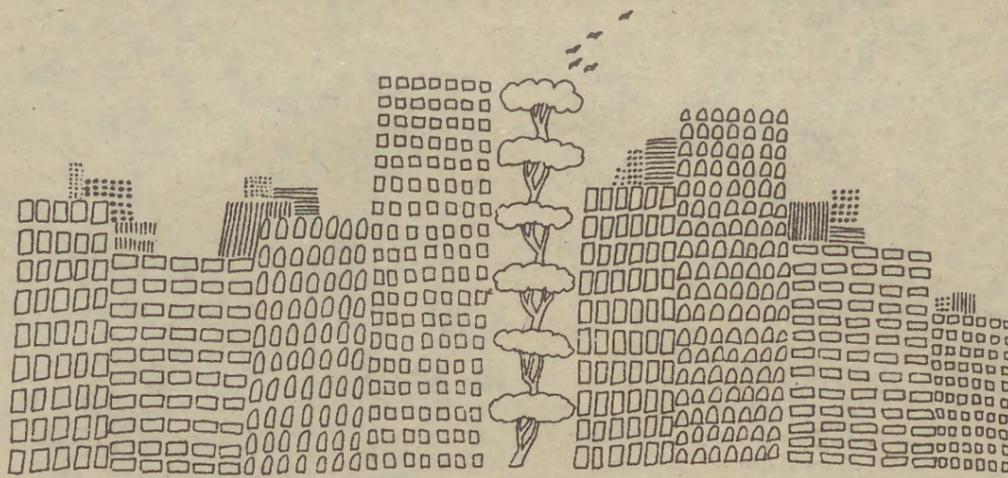
Para crianças **LISBOA** **TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

Cinema A seleção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Cinema Paraíso	★★★	★★★	★★★	★★★
B	O Cozinheiro, o Ladrão, a Sua Mulher e o Amante Dela	★★★★	★★★★	★★★★	★★★
C	Crimes e Escapadelas	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
D	Sempre	—	★★★★	★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Giuseppe Tornatore — **Plaza/1** (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.
- B — Real. Peter Greenaway — **Forum/2** (14.00, 16.30, 19.15, 22.00); **Quarteto/4** (14.15, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa
- C — Real. Woody Allen — **Amoreiras/5** (13.30, 15.40, 19.30, 21.45, 00.15), **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Quarteto/3** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Steven Spielberg — **Alfa/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Amoreiras/8** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24); **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.



...e ainda Música, debates, etc.

Música

O pianista **Sequeira Costa** é solista nos concertos preenchidos com obras de Rossini, Chopin e Haydn que na noite de hoje e amanhã ao fim da tarde (21.30 e 18.30, respectivamente) têm lugar no Grande Auditório Gulbenkian. Também

com a **Orquestra Gulbenkian** e com direcção do maestro **Ivan Fischer**. Na mesma sala realiza-se na **terça-feira** às 18.30 um concerto de **música tradicional Indiana** (peças para sitar, tabla e tâmara) e na **quarta-feira** também às 18.30 um recital pelo pianista **Sergel Babayan**, que interpreta obras de

Bach, Messiaen, Liszt e Rachmaninov. Na próxima semana (dias 24 e 25) têm allugar dois concertos de música coral-sinfónica preenchidos com «Miserere» de Bertoni e «Stabat Mater» de Rossini. Com cantores solistas, Coro e Orquestra Gulbenkian. No sábado às 12.30, no **Teatro de S. Car-**

los, obras de Shostakovich pela soprano **Helena Vieira** e o **Trio de Lisboa**. Na **Sé Patriarcal**, no domingo às 16.00, mais um recital de órgão: **Yves Castagnet** executa obras de Bach, Schumann e Liszt. Ainda no domingo, às 17.00, no auditório do Museu Condes de Castro Guimarães em **Cascais**, recital de piano por **Pedro Burmester** com obras de Schubert e Brahms.

Museus. É de supor que a generalidade dos museus nacionais, públicos e partilhados, vão pelo menos dispensar-nos de pagar entradas; nalguns deles haverá decerto visitas especiais, e será mesmo talvez permitida a entrada em zonas habitualmente reservadas; concertos e espectáculos assinalarão a data. Neste quadro, e pelo que já se conhece de acções programadas, os museus e departamentos municipais distinguem-se - e distinguem-se - de facto, os das autarquias CDU - por iniciativas viradas para toda a população e mais particularmente para a população escolar. É o caso do museu municipal de Alcácer, que inaugura amanhã uma exposição sobre intervenção arqueológica no concelho, dirigida aos jovens e preparada com a sua colaboração.

Mais música

Sérgio Godinho termina no sábado, no auditório do **Instituto Franco-Português**, a série de espectáculos que ali tem estado a realizar. «Escritor de canções» (assim se chama o espectáculo) é uma sucessão encenada de 25 canções, que podem ser vistas e ouvidas ainda hoje, amanhã e depois, sempre às 21.30.

No **Coliseu**, também hoje, amanhã e sábado estará **Maria Bethânia**, que assinala 25 anos de carreira. Os espectáculos têm início às 22.00.

Dia dos Museus

Comemora-se amanhã, dia 18, o **Dia Internacional dos**

Teatro em Almada

A Companhia de Teatro de Almada/Grupo de Campolide anunciou para hoje a estreia, no Teatro Municipal de Almada, da peça de Peter Shaffer «Felicidade e Erva Doce» - uma comédia centrada em duas personagens, interpretadas por Cecília Guimarães e Teresa Gafeira. A encenação é de Joaquim Benite.

Primeira produção teatral deste ano, a estreia desta peça foi retardada ao longo de meses em virtude das dificuldades financeiras que tolgem a companhia, mais uma vez excluída da atribuição de subsídio regular pela Secretaria de Estado da Cultura.



(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado. Vento fraco ou moderado de Noroeste. Possibilidade de aguaceiros fracos e trovoadas durante a tarde nas regiões do interior.

Exposições

LISBOA

Abílio de Matos e Silva - Pintura, desenho e cenografias. Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, Av. Berna. De 3ª a dom. das 10 às 17.00 (até 20/5).

Álvoro Carneiro - Escultura. Galareia DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13 (até 26/5)

Ana Gaivão - Gravura. Cooperativa Gravura, Travessa do Sequeiro, 4, r/c.

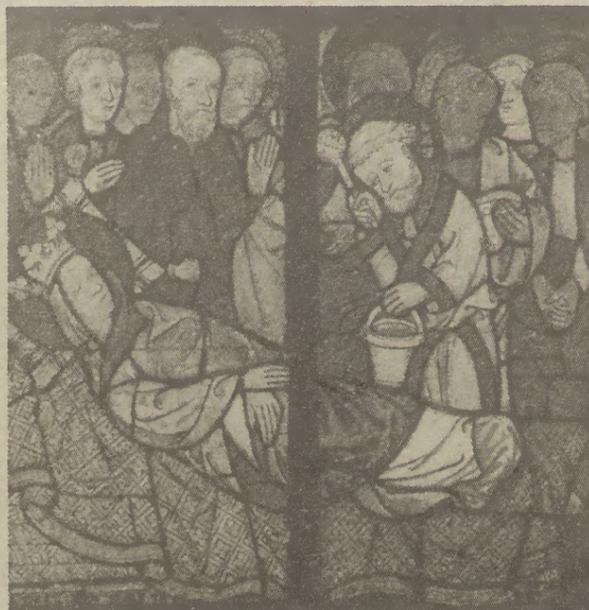
Aníbal Remo - Pintura. Galeria da Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. Das 11 às 22.

António Modesto - Pintura. Galeria Santa Justa, R. Santa Justa, 93, 2ª. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 31/5).

Cabrita Reis - Pintura. Galeria Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 2/6).

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro).

Colectiva de Gravura - gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.



Vitrais da Idade Média alemã na Gulbenkian

15 às 20, de 3ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20 (até 29/5).

Joaquim Baltazar - Pintura. Galeria Interni, Rua Rodrigo da Fonseca, 51. De 2ª a 6ª das 10 às 14 e das 15 às 19.30, sáb. das 9.30 às 13 (até 2/6).

Lucio Muñoz - Pintura recente. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30.

Manuela Almeida - Escultura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3ª a sáb. das 16 às 20 (até 19/5).

Margarida Cepêda

Pintura Soviética no tempo da Perestroika. Galeria Liberdade 190, Av. da Liberdade, 190. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 15/6).

Silva Palmeira - Pintura. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 10/6).

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

Tintin por tintim - colectiva de pintura, escultura, fotografia, vídeo e múltiplos inspirados no herói de Hergé (trabalhos de

«Retrospectiva I», pintura. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3ª a dom. das 14 às 20.

António de Campos Rosado - Escultura. Galeria Pedro Oliveira, Calçada de Monchique, 3. De 2ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 19/5).

Carlos Mesquita - Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30.

Luís Pinto Coelho - Pintura. Galeria Morada, Rua Conde Vizela, 137. De 3ª a sáb. das 11 às 20, 2ª das 15 às 20 (até 6/6).

Nuno Santiago - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777. De 2ª a sáb. das 20 às 12 e das 15 às 22 (até 33/5).

Pedro Calapez - Pinturas recentes. Galeria Atlântica, R. Galeria de Paris, 67. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 24/5).

Pedro Saraiva - Pintura e desenho. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 22/5).

OUTRAS LOCALIDADES

Esmeralda Calvário - Aguarelas. Galeria Múltiplo, Rua 19, nº 855. De 3ª a dom. das 14.30 às 20 (até 1/6) ESPINHO.

Hugo Ferrão - Pintura. Das 15 às 24, Espaço 2, do Casino ESTORIL.

João Sant'ago - Pintura e desenho. Das 15 às 24, Casino ESTORIL.

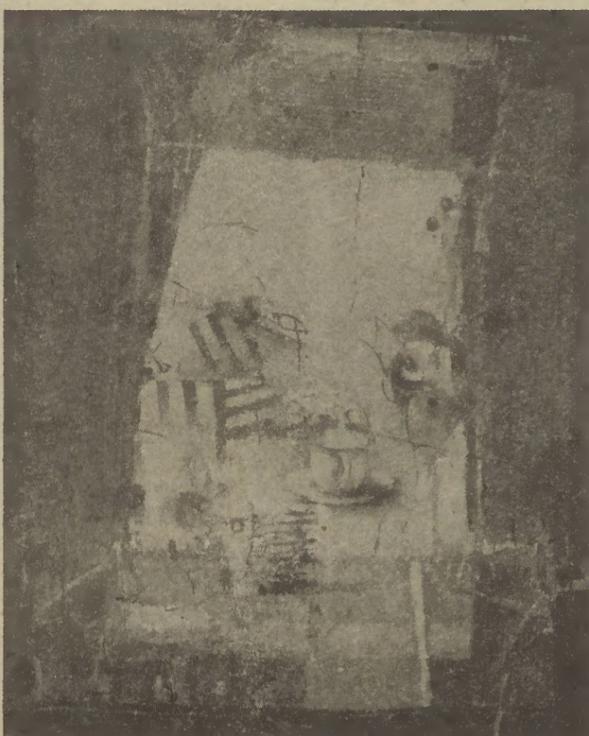
Matilde Marçal - Pinturas recentes. Das 15 às 24, até 23/5, Galeria do Casino ESTORIL.

«Objectos do dia-a-dia saloto». Casa do Adro (Museu Municipal), Rua Fria. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 3/6) LOURES.

III Mostra de Pintura do Concelho de Nisa. Até 20/5, Sociedade Artística NISA.

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ.

Escultura Portuguesa Contemporânea (colectiva). Galeria Municipal, Av. Pedro Victor, 88. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 6/5) VILA FRANCA DE XIRA.



Matilde Marçal: pinturas recentes no Estoril

Duane Michals - «Há palavras que têm que ser ditas», fotografia. CAM/Gulbenkian, R. Dr. Nicolau Bettencourt. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 27/5).

Gil Teixeira Lopes - Pintura e gravura. Galeria Alfa Mixta, Escolas Gerais, 34. De 3ª a s'áb. das 14 às 20.

Glória Elena - Pintura. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14.30 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 25/4).

Helena Almeida - Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 19/5).

Jaime Silva - Pintura. Galeria de São Bento, Rua do Machadinho, 1. Às 2ª das

- Pintura e desenho. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 19/5).

Miguel Horta - Pintura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 19/5).

Noémia Cruz - Escultura. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1ª. De 3ª a 6ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 16/5).

90 Anos de Arte Moderna Portuguesa (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

Carlos Ferreira, **Caesirão**, **Manuel San Pajo** e outros). Gal. Litoral-Novo Século, Rua do Século, 4. De 3ª a sáb. das 13 às 19 (até 19/5).

Vieira Baptista - Pintura. Gal. Soctip, R. D. Estefânia, 195-D. De 2ª a sáb. das 10 às 20 (até 29/5).

O Vitral Alemão da Idade Média. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 20/5).

PORTO

Alberto D'Assunção - Pintura. Galeria Ália Prima, R. Costa Cabral. De 2ª a 6ª das 10 às 12 e das 16 às 22.

António Areal



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por
Fernando Correia
Colecção «Resistência»



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Síntese semanal da IMPRENSA

Descobertas

Nada de confusões...

Sem confundir a linguagem do afecto e a da razão duas coisas devo dizer.

1.ª, Que todas as «glórias» de Maria são antes de mais nada indicações sobre Cristo e o seu Reino. A virgindade de Maria, por exemplo, antes de ser uma virtude é uma prova prática de quem é o filho: um filhos assim, só se for de Deus! Outro exemplo, a Imaculada Conceição, antes de ser «privilegio Mariano» (tão mal entendido, por vezes), foi o que permitiu que ela desse um puro sim a Deus. Só uma liberdade não afectada pode dar uma resposta plena. Os «doutores-teológicos» diriam: «os mistérios de Maria são Cristológicos».

2.ª, Então, e ela? Ela, na sua fidelidade, ensina-nos a ser também cristológicos, a estar no mundo dando Cristo ao Mundo;

Gerando-o, e fazendo dos homens irmãos seus. Ela foi nisso exemplar. E o próprio Cristo no-lo dá por Mãe. Não havíamos de louvar a própria Mãe, chamar-lhe os nomes do apreço com-que fala o coração?

(«Revista Semanário», 12,5)

Semelhanças

Origens humildes – muitos conhecerão a infância do PM português, mas poucos saberão que «Maggie» Hilda Thatcher nasceu sem colher de puro na boca, como filha de um merceiro de província. **Ascensão a pulso** – no mundo académico e político, para Cavaco, no universo bicéfalo do partidarismo britânico, para Thatcher. **Concepção «darwiniana», survivalista** – mais do que solidarista – da experiência política. **Alienação em relação à «vida de sociedade»** e aos salões intelectuais, em favor do convívio com os técnicos, com os burocratas, com os «pensadores orgânicos» (i.e., com os inspiradores directos da acção política). **Preferência pela conflitualidade das situações difíceis:** Maggie Thatcher deu-se melhor quando teve de lutar nas Falkland ou contra o chefe mineiro Scargill, assim como Cavaco brilhou mais quando era minoritário e tinha de vencer uma aliança esquerdista em S. Bento.

Eis alguns sintomas iniciais de semelhança, de **empatia objectiva**. Mas há mais.

Como «Maggie», Cavaco detesta o consenso acima de todas as coisas. E às vezes di-lo. Acredita que os mandatos são «cheques em branco» e que não podem estar dependentes de considerações populistas. Na Downing Street e na Gomes Teixeira, as instruções são: defender a política inicial mesmo que isso faça perder

votos. Os mais cínicos dirão – defender a política oficial, porque é impossível perder mais votos do que os que já se desbarataram.

Maggie e Cavaco introduzem assim a **decisão** na política. E em meios habituais à indecisão como estratégia do Estado, isso é considerado revelador de «**autoritarismo**».

Os dois chefes do Governo são mais temidos do que amados – por adeptos e adversários. Maquiavel achava que isso não era mau. E que era melhor ser temido do que só amado. Talvez isto tenha algo a ver com as insurreições internas entre conservadores e social-democratas, que em rumor são uma espécie de «revolta na Bounty» e que acabam quase sempre no reino da metáfora inócua e impene-trável.

(«O Diabo», 15,5)

Propostas do fuhrer

A viagem que Rudolf Hess, a segunda figura do regime nazi, efectuou à Escócia na noite de 10 de Maio de 1940 teve por objectivo apresentar ao governo britânico uma proposta de Hitler para a partilha do Mundo entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, revelou em Londres um alto funcionário soviético, membro do KGB. Na quinta-feira passada, o KGB revelava em Moscovo que a União Soviética tinha tido conhecimento desta viagem através de Kim Philby, o célebre agente duplo britânico, apenas passados três dias.

A viagem de Hess despertou desde sempre o interesse de muitos historiadores, alguns dos quais colocavam como hipótese que se teria tratado de uma tentativa de Hitler para estabelecer um pacto com os britânicos antes da invasão da União Soviética, programada para meados de Maio de 1941 e adiada até 21 de Junho do mesmo ano. As declarações feitas no sábado à noite por Igor Frelin, com base em informações dadas por espões britânicos que trabalharam para os soviéticos durante a década de 40, são consideradas creíveis pelos historiadores. Como é sabido, o número dois nazi foi capturado e interrogado pelas autoridades britânicas, as quais contudo nunca revelaram as informações que teriam obtido.

Igor Frelin disse que Hess

levou a Londres duas propostas do fuhrer, uma prometendo que, no caso de Londres se manter neutral, a Alemanha cessaria os seus ataques e permitiria que os britânicos pudessem manter o seu império e ainda uma certa influência no Médio Oriente. A segunda proposta de Hitler era a formação de uma aliança germano-britânica contra a URSS e a oferta, em contrapartida, da divisão de grande parte do Mundo entre a Alemanha e a Grã-Bretanha.

O agente do KGB disse que a proposta foi rejeitada pelo então primeiro-ministro Winston Churchill, por não confiar em Hitler e acreditar que se a Alemanha podia vencer a União Soviética também podia vencer o seu país.

(«o diário», 15,5)

Assassinato

O Supremo Tribunal Militar vai hoje julgar o caso dos assassinos de Humberto Delgado. Assim, quase nove anos decorridos sobre a sentença que condenou (à revelia) os dois principais autores materiais do crime a 19 anos e a 18 anos de prisão, eis que o caso volta ao banco dos réus.

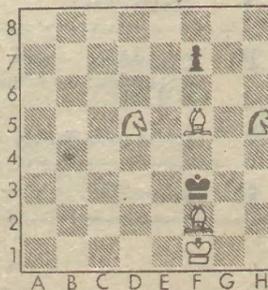
Há uns meses a Interpol contactou a sua congénere portuguesa para saber se Rôsa Casaco e Casimiro Monteiro ainda eram procurados. O Tribunal Militar Territorial de Lisboa reabriu o processo e, em sequência, os juizes elaboraram um acórdão decidindo que a pena contra ambos havia prescrito em Agosto de 1987. Imediatamente os advogados da família agiram no sentido de interpor recurso ao Supremo Tribunal Militar, considerando que «à família era devida justiça e reparação moral».

Hoje, dia em que o caso é julgado no Supremo Tribunal Militar, «Tempo» ouviu Iva Delgado, filha do «General sem Medo», para quem «o acórdão de 12 de Fevereiro mais não é do que um equívoco ou um erro». Iva Delgado relembra que o processo contra os assassinos de seu pai só deu início em Outubro de 1979 e que a sentença data de 1982. Mais ainda: a legislação em vigor, mais precisamente a Lei 8/75 de 25 de Julho, considera imprescritíveis as penas contra os elementos da extinta PIDE.

(«Tempo», 10,5)

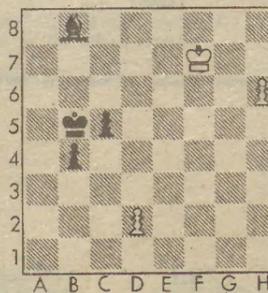
Xadrez

CCLIII — 17 de Maio de 1990
Proposição n.º 253/A
Por: Josef Brever
7389 «Die Schwalbe», Maio 1948
Pr: [2] Pf7-Rf3
Br:[5] Cs.d5, h5-Bs. f2, f5, Rf1



Mate em 4 lances

Preposição n.º 253/B



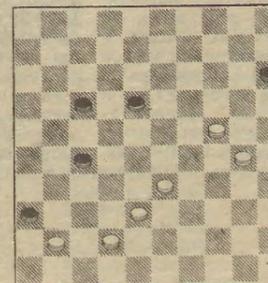
Jogam as Brancas e ganham
Soluções do n.º CCLIII
N.º 253/A — (J.B.): 1 Ba7, f6; Cb6, Rf3; 3. Cc4+, Rf3; 4. Cd2+
N.º 253/B (): 1. Rf6,b3; 2. h7, Bf5; 3. R:f6, b2; 4. h8=Kg.

A. de M. M.

Damas

CCLIII — 17 de Maio de 1990

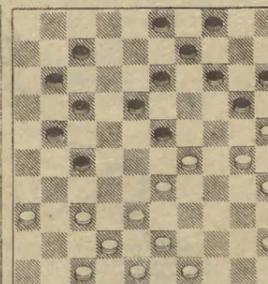
Proposição n.º 253
Por: Serge de Groot
«Dame à la Une» n.º 33
Bruxelas, Fev./1990
Pr: [5]: 15-17-18-27-36
Pr: [6]: 24-30-33-38-41-42



Brancas jogam e ganham

Golpe n.º 253

Por: Igor Koyfman
Campeonato Mundial de Juniores
— Granville, França/Dez. 1989
(Contra: G. Burleson)
Pr: [14]: 3-4-7-11-13-14-15-17-18-20-21-23-27
Br: [14]: 25-29-30-33-35-36-37-38-42-43-45-47-48-49



Brancas jogam e fazem Dama

Soluções do n.º CCLIII
N.º 253 (S. de G.): 20-40 (15x35), 38-32 (36x29), 32x34+
Golpe N.º 253 (IK): [As pretas jogaram 19-23?]
30-24 (23x34), 33-28 (20x29), 28-22 (17x28), 38-32 (27x38), 43x1=D+

Campeonato Mundial de Juniores/1989: 1.º Igor Koyfman (URSS) 14 pts.; 2.º A. Sysov (URSS) 11 pts; 3.º A.M. BA (Costa do Marfim)... 16 concorrentes.

A. de M.M.

60 ANOS DE LUTA

ao serviço do povo
e da pátria



edições Quante!
Uma grande iniciativa de